

Ministério do Meio Ambiente



PPACS

Plano para Produção e Consumo Sustentáveis

**PLANO DE AÇÃO PARA PRODUÇÃO E
CONSUMO SUSTENTÁVEIS - PPACS**

Diretrizes para implementação
do 2º ciclo 2016-2020



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

**Aprendizados do 1º Ciclo e Diretrizes para Implementação do 2º
Ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis**

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	5
Apresentação	8
1. Introdução	10
2. Um Olhar Global sobre o Desenvolvimento Sustentável	12
2.1 Produção e Consumo Sustentáveis na América Latina e Caribe (LAC).....	16
3. Os Caminhos trilhados para a Sustentabilidade Ambiental no Brasil.....	18
3.1 Reflexões sobre Produção e Consumo no Brasil	23 <u>22</u>
3.2 Um olhar para o Futuro	28
4. O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS	29
4.1 O Processo de Construção e Implementação do Plano de Ação	29
4.2 Resultados do Primeiro Ciclo de Implementação do Plano	31
4.3 Aprendizados do Primeiro Ciclo do PPCS	35
I. Dificuldades identificadas para Implementação do primeiro ciclo do PPCS:	35
II. Lições aprendidas	36
III. Diretrizes para o Segundo Ciclo do PPCS	37
5. Estratégias para o Segundo Ciclo por Eixos Temáticos.....	39
5.1 Compras Públicas Sustentáveis.....	46
5.2 Finanças Sustentáveis	50
5.3 Indústria Sustentável.....	53
5.4 Construção Sustentável.....	56
5.5 Varejo Sustentável.....	61
5.6 Agricultura Sustentável.....	66
5.7 Consumo Sustentável.....	72
5.8 Programa Ambiental na Administração Pública – A3P	77
5.9 Gestão de Resíduos Sólidos – Aumento da Reciclagem.....	80
5.10 Relatos Corporativos de Sustentabilidade	86
6. Institucionalidade de PPCS no Brasil	91
7. Instrumentos e mecanismos de implementação	92
7.1 Ações Governamentais (AG)	92
7.2 Acordos de Cooperação Técnica (ACT)	92
7.3 Iniciativas Voluntárias (IV).....	93
7.4 Ações de Parceria (AP).....	93
7.5 Pactos Setoriais (PS).....	93
7.6 Projeto de Cooperação entre MMA e PNUMA	94
7.7 Termos de Adesão e Rede A3P	94
7.8 Certificação e Premiação	94

7.9 Fóruns de Discussão e Implementação	95
7.10 Outros: estudos e pesquisas; campanhas.....	95
8. Monitoramento e Avaliação	96
REFERÊNCIAS.....	100
ANEXOS	104
1. Compras Públicas Sustentáveis.....	104
2. Finanças Sustentáveis	107
Produtos voltados ao Meio Ambiente	110
3. Indústria Sustentável.....	112
4. Construção Sustentável.....	114
5. Varejo Sustentável.....	116
6. Agricultura Sustentável.....	118
7. Consumo Sustentável.....	124
8. Programa Ambiental na Administração Pública – A3P	126
9. Gestão de Resíduos Sólidos – Aumento da Reciclagem.....	128
10. Relatos Corporativos de Sustentabilidade	130

Código de campo alterado

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABRAMAT	Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção
ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ABNT NBR	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACV	Avaliação do Ciclo de Vida
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CBCS	Conselho Brasileiro da Construção Sustentável
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CISAP	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
CMC	Decisões do Conselho do Mercado Comum do Mercosul
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COP21	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
CPS	Consumo e Produção Sustentáveis
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENCE	Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
ESG	Environmental, Social and Governance
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
GEE	Gases de Efeito Estufa
GMC	Grupo Mercado Comum
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICV	Inventário de Ciclo de Vida
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IFC	<i>International Finance Corporation</i>

INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
JPOI	<u>Johannesburg Plan of Implementation</u>
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
OCDE	<u>Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico</u>
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PBACV	Programa Brasileiro em Avaliação do Ciclo de Vida
PBE	Programa Brasileiro de Etiquetagem
PBQP-H	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat
PCS	Produção e Consumo Sustentáveis
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PMCV	Programa Minha Casa Minha Vida
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPCS	Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
PNUMA	<u>Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente</u>
PROCEL	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PRONARA	Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos
Rio+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SAE	<u>Secretaria de Assuntos Estratégicos</u>
SCP	<i>Sustainable Consumption and Production</i>

SEBRAE	Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SGT-N6	Mercosul Subgrupo de Trabalho que trata sobre questões de Meio Ambiente
SLTI	Secretaria de Logística Tecnologia e Informação
UNB	Universidade de Brasília
UNDESA	<u>United Nations Department of Economic and Social Affairs</u>
UNEP	<u>United Nations Environment Programme</u>
10YFP	<i>Ten-Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production</i>

PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Produção e consumo sustentáveis (PCS) é uma abordagem holística para minimizar os impactos ambientais negativos dos sistemas de consumo e produção, ao mesmo tempo em que promove qualidade de vida para todos. Através de uma perspectiva de ciclo de vida, PCS aumenta a gestão sustentável e eficiente dos recursos em todos os estágios da cadeia de valor de bens e serviços. PCS encoraja o desenvolvimento de processos que usam menos materiais e menos substâncias perigosas, geram menos resíduos e resultam em benefícios ambientais.

Tais processos podem também melhorar a competitividade de empresas ao reduzir os custos de produção, transformando desafios ambientais e sociais em oportunidades de negócios e empregos. PCS também encoraja a coleta, o reuso e a reciclagem de recursos valiosos nos fluxos de resíduos. O principal objetivo da mudança para PCS é dissociar crescimento econômico de degradação ambiental.

PCS visa a fazer mais e melhor com menos, reduzindo o uso de recursos, a degradação ambiental, os resíduos e a poluição ao longo do ciclo de vida de bens e serviços, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida para todos.

Alcançar PCS requer uma importante mudança de paradigma nas sociedades, e necessita a cooperação e o engajamento de todos os atores, incluindo políticos, empresários, varejistas, consumidores, trabalhadores, pesquisadores, cientistas, mídia, organizações da sociedade civil e agências de cooperação para o desenvolvimento. Resumindo, envolve todos, desde governos até cidadãos, desde produtores até consumidores finais.

Os princípios fundamentais de PCS são:

1. Melhorar a qualidade de vida sem aumentar a degradação ambiental, e sem comprometer as necessidades de recursos das futuras gerações;
2. Dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, por meio de: redução de materiais / intensidade de energia das atividades econômicas atuais, e redução de emissões e resíduos da extração, produção, consumo e disposição; e promoção da mudança para padrões de consumo para grupos de bens e serviços com menor intensidade de energia e materiais sem comprometer a qualidade de vida;
3. Aplicar o pensamento de ciclo de vida, que considera todos os impactos ao longo da cadeia de produtos e serviços, desde a sua extração, a produção, o consumo e o descarte, ou preferencialmente sua inserção no processo produtivo; e
4. Evitar ou mitigar o efeito rebote, onde os ganhos de eficiência são cancelados pelo resultante aumento de consumo.

Apresentação

A ser desenvolvida pela equipe MMA

1. Introdução

Atualmente nos encontramos em um momento de grandes desafios para a sustentabilidade do planeta Terra, considerando os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais.

Esses desafios se vinculam ao esgotamento dos recursos naturais e a degradação ambiental, como nos casos da desertificação, da degradação dos solos, da escassez de água doce e da perda de biodiversidade. Aliado a esse cenário enfrentamos as mudanças climáticas e seus efeitos negativos, como o aumento da temperatura global, do nível do mar e da acidificação dos oceanos que afetam, em especial, as zonas costeiras, como no caso brasileiro, onde se concentra a maior parte da população.

Em adição aos desafios ambientais, as questões sociais se mostram urgentes considerando que, cerca de 10% da população mundial ainda se situa abaixo da linha de pobreza ¹. No Brasil, segundo previsão do Banco Mundial, até o final de 2017, o país deverá testemunhar um aumento de pessoas vivendo na pobreza (de 2,5 a 3, 6 milhões de pessoas), resultado da prolongada crise econômico. Outros importantes desafios são a desigualdade de gênero e do desemprego, particularmente entre os jovens.

Por outro lado, esse também é um momento de grandes oportunidades, pois nas últimas décadas observam-se avanços no caminho do desenvolvimento sustentável, com maior acesso a informação e tecnologias da comunicação, além da conectividade global que, possui grande potencial em acelerar o progresso humano, permitindo que o desenvolvimento das sociedades seja baseado no conhecimento, na inovação científica e tecnológica.

Nesse complexo contexto é fundamental o entendimento de que, o crescimento econômico e o atendimento às necessidades básicas da população mundial não podem ser sustentados pelos atuais padrões de produção e consumo. Nesse sentido, é fundamental repensar a lógica de que, o bem estar humano está associado diretamente ao crescimento econômico e ao aumento uso dos recursos naturais. Consequentemente, a busca por eficiência no uso dos recursos é a chave para desenvolver o caminho de transição para um modelo de desenvolvimento sustentável e sem a ruptura dos sistemas econômicos.

Tecnicamente a eficiência no uso dos recursos significa, nesse caso, a obtenção de resultados mais elevados com menos insumos e que se refletem em indicadores, como o Produto Interno Bruto (PIB). Dessa forma, uma economia eficiente se delinea em um cenário em que os sistemas de produção e consumo são otimizados quanto ao uso de recursos naturais, conduzindo à redução dos impactos ambientais. Para tanto, é preciso se trabalhar nas duas pontas do mercado: a produção - fazer mais com menos - e a demanda - consumir melhor, de forma mais consciente².

A transição descrita acima compreende um processo de transformação dos atuais sistemas de produção e consumo insustentáveis para os sustentáveis, necessitando que ocorram mudanças simultâneas nas diferentes perspectivas, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e ecológicas. Nesse sentido, é importante que os países desenvolvidos e em desenvolvimento busquem desenvolver seus planos de Produção e Consumo Sustentáveis, com políticas públicas que direcionem suas economias para sistemas mais eficientes, nos quais os processos produtivos são repensados e os consumidores desempenhem um papel

¹ Segundo relatório Banco Mundial: <http://www.abc.com.br/cidadania/2015/10/banco-mundial-atualiza-valor-da-linha-da-pobreza-para-us-190-por-dia>

² (www.resourcepanel.org/glossary e <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>)

ativo na demanda por produtos e serviços mais sustentáveis.

No caso brasileiro, o país já conta com políticas que dão sustentação legal e possibilitam colocar o Brasil na vanguarda da transição para o consumo e a produção sustentáveis, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,³.

Assim, as agendas temáticas do 2º Ciclo do Plano de Produção e Consumo (PPCS) trazem no seu escopo dois pilares fundamentais para seguir nesse caminho de transição:

- I. Aumento da eficiência dos processos produtivos; e
- II. Mudança de padrão de consumo da população.

³ Para saber mais: <http://www.agenda2030.org.br>.

2. Um Olhar Global sobre o Desenvolvimento Sustentável

A **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92)** consolidou o conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, proposto no Relatório Nosso Futuro Comum de 1987, que buscava superar o conflito entre desenvolvimento e proteção ambiental. Além disso, no contexto das decisões da Rio 92, estabeleceu-se a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21, e posteriormente foi assinada a Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação, em 1994. Assim, a Rio-92 representou, desse modo, um importante ponto de inflexão na discussão internacional sobre desenvolvimento sustentável.

A **Agenda 21** é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. No Capítulo 4, reconhece que “as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios”.

A **Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas** foi aprovada 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro (Rio 92), e em 1994, entrou em vigor, contando atualmente com 196 países signatários. Tem como objetivo estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado em um prazo suficiente que permita aos ecossistemas se adaptarem naturalmente às mudanças do clima, assegurando que a produção de alimentos não seja ameaçada e estimulando que o desenvolvimento econômico prossiga de maneira sustentável.

O Protocolo de Kyoto constitui um tratado complementar aprovado em 1997, na COP-3, realizada em Kyoto. Mas, somente entrou em vigor em 2005, logo após o atendimento às condições que exigiam sua ratificação. O tratado definiu metas mais rígidas e propôs um calendário pelo qual os países membros (principalmente os desenvolvidos) teriam o compromisso de reduzir a emissão de gases do efeito estufa em, pelo menos, 5,2% em relação aos níveis de 1990 no período entre 2008 e 2012. Hoje ratificado por 192 países teve sua duração estendida para 2020 na COP-18, realizada em Doha, Qatar, em 2012.

O **Acordo de Paris** foi aprovado, na 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC, em Paris, em 2015, quando foi adotado um novo pacto com o objetivo de fortalecer a resposta

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável propõe um desenvolvimento **que atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades** e está baseado em três pilares: **social, o econômico e o ambiental**. (Relatório Nosso Futuro Comum, de 1987).

global as ameaças da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países em lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável. Esse compromisso prevê manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de promover esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

A **Convenção Diversidade Biológica** foi estabelecida durante ECO-92 – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 e entrou em vigor em 1993. A convenção possui três pilares: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos – e se refere à biodiversidade em três níveis: ecossistemas, espécies e recursos genéticos. Atualmente conta com mais de 160 países signatários.

A convenção conta com diversos instrumentos para sua implementação, dentre esses cita-se o plano estratégico que tem sua revisão a cada 10 anos. O plano em vigor, Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e seus Objetivos de Biodiversidade de Aichi, foi estabelecido em outubro de 2010, na décima reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica em Nagoya, no Japão. Os Objetivos de Biodiversidade de Aichi oferecem uma abordagem inovadora e visionária que integra a biodiversidade com os aspectos sociais e econômicos, que são considerados o cerne dos problemas da biodiversidade e, portanto, constituem a chave para a solução. O plano fornece um quadro abrangente sobre a biodiversidade, não apenas para as convenções relacionadas à biodiversidade, mas para todo o sistema das Nações Unidas e todos os parceiros envolvidos na gestão da biodiversidade para o desenvolvimento de suas políticas. Destaca-se o Objetivo Estratégico B, “Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável”, que abrange as Metas 5 a 10, todas relacionadas à redução das ameaças a biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável, sendo assim fundamental no escopo do PPCS. (Para conhecer mais: <https://www.cbd.int/2011-2020/about>).

A **Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável**, realizada em Johannesburgo - África do Sul no ano de 2002, analisou os resultados alcançados e indicou o caminho a ser seguido para implementação dos compromissos da Rio-92. Além disso, reafirmou metas relativas à erradicação da pobreza, à promoção da saúde, à expansão dos serviços de água e saneamento, à defesa da biodiversidade e à destinação de resíduos tóxicos e não-tóxicos, incluiu ainda a discussão sobre energias renováveis e responsabilidade ambiental das empresas, bem como, a necessidade de que todos os atores sociais somem esforços na promoção do desenvolvimento sustentável.

O **Plano de Implementação de Johannesburgo**, em seu capítulo III, demandou o desenvolvimento de um Quadro Decenal de Programas (10 Years Framework Program – 10YFP) para “acelerar a mudança para consumo e produção sustentáveis, e promover um crescimento econômico e social no limite da capacidade de carga dos ecossistemas, dissociando o crescimento econômico da degradação ambiental”. Assim, a Produção e Consumo e Sustentáveis (PCS) foram reconhecidos como um objetivo global e requerimento essencial para o desenvolvimento sustentável.

O **Processo de Marrakesh** foi lançado em 2003, sendo um processo de multi-atores e construído de baixo para cima, com o objetivo de implementar a Produção e Consumo

Sustentáveis (PCS). O Processo promoveu e implementou projetos sobre PCS e forneceu insumos significativos para a elaboração do Quadro de Programas de 10 anos no PCS (10YFP, na sigla em inglês). O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN-DESA) atuaram como Secretaria Executiva desse processo global, com participação ativa de governos nacionais, setor privado, sociedade civil, agências de desenvolvimento, Agências das Nações Unidas e outras partes interessadas. Durante o processo foram identificadas necessidades e prioridades regionais de PCS, além de apoiar o desenvolvimento de estratégias regionais na maioria das regiões, bem como a implementação de 33 projetos de demonstração em todo o mundo. (Para conhecer mais: <http://www.unep.fr/scp/marrakech/>)

O “**Futuro que Queremos**”, foi a declaração final da Conferência Rio+20, na qual os chefes de Estado reconheceram que são indispensáveis mudanças na forma como as sociedades consomem e produzem para se alcançar o desenvolvimento sustentável global. Para tanto,

concordaram em fortalecer o seu compromisso com a adoção do Programa-Quadro de 10 Anos em Consumo e Produção Sustentáveis (10YFP). Desta forma, reafirmaram que, para a realização do desenvolvimento sustentável, é necessário: promover o crescimento econômico sustentável, equitativo e inclusivo; criar maiores oportunidades para todos; reduzir as desigualdades; melhorar as condições básicas de vida; promover o desenvolvimento social equitativo para todos; e promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas, o que contribui notadamente com o desenvolvimento social e humano, sem negligenciar a proteção, a regeneração, a reconstituição e a

“...a erradicação da pobreza, a mudança dos modos de consumo e produção não viáveis para modos sustentáveis, bem como a proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social, são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável”. (O Futuro que Queremos, 2012)

resiliência dos ecossistemas diante dos desafios, sejam eles novos ou já existentes.”

O **Marco Decenal de Programas de Produção e Consumo Sustentáveis (10YFP)** é um instrumento operacional da Rio+20, além de responder ao estabelecido do Plano de Implementação de Johannesburgo (2002).

O 10 YFP é um quadro de ação global para fortalecer a cooperação internacional para acelerar a mudança para PCS nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, apoiando a capacitação e a assistência técnica e financeira aos países em desenvolvimento para essa mudança.

O PNUMA atua como Secretaria do 10YFP, com recursos voluntários, e também administra o Fundo Fiduciário para apoiar a implementação do PCS nos países em

Principais objetivos do 10YFP

1. Apoiar políticas e iniciativas regionais e nacionais para acelerar a mudança para o PCS contribuindo para a eficiência dos recursos e desacoplando o crescimento econômico da degradação ambiental, criando novas oportunidades de trabalho / mercado e contribuindo para o alívio da pobreza.
2. Fornecer assistência financeira e técnica e capacitação para os países em desenvolvimento, apoiando a implementação das atividades do CPC nos níveis regional e nacional.
3. Servir como uma plataforma de compartilhamento de informações e conhecimento em ferramentas, iniciativas e práticas recomendadas, aprimorando cooperação e desenvolvimento de novas parcerias, incluindo parcerias público-privadas. (<http://www.unep.fr/scp/marrakech/10yfp.htm>)

desenvolvimento. Além do fundo outro instrumento é o Portal Global de PCS (SCP Clearinghouse - <http://www.scpclearinghouse.org>), que oferece uma oportunidade para compartilhar e encontrar informações sobre PCS em todo o mundo, possibilitando a construção de redes, identificação de parceiros e o fortalecimento das capacidades, bem como a constituição de uma plataforma de informações do 10YFP.

O documento “Transformando nosso mundo: **A Agenda 2030 pra o Desenvolvimento Sustentável**” foi aprovado pelos líderes de governo e de estado por consenso, na “Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2015”, que teve lugar na sede da ONU, em Nova York, em setembro de 2015.

A agenda reflete os novos desafios de desenvolvimento e está ligada ao resultado da Rio+20, a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, que foi realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro – Brasil. Esse evento representou ocasião para que os líderes dos Estados Membros da ONU anunciassem seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a materialização da declaração “O Futuro que Queremos”.

A Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Ela busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável.

A Agenda consiste em uma Declaração, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, e um arcabouço para acompanhamento e revisão.

Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a completarem suas propostas e responderem aos novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. (Para saber mais: <http://www.agenda2030.org.br>).

Produção e consumo sustentáveis é um tema transversal que permeia vários ODS e metas, com destaque para os ODS 02, 08, 11, 12 e 13, como segue:

- ✚ *ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. O PCS tem o potencial de apoiar no aumento da eficiência dos recursos e da produtividade da agricultura, contribuindo para reduzir os impactos negativos dessa atividade sobre os ecossistemas, além de promover o consumo sustentável de alimentos, incluindo a redução da perda de alimentos na cadeia produtiva, a redução de resíduos, e promover dietas mais saudáveis;*
- ✚ *ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Promove o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, e, em particular, a meta 8.4 trata de “Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança;*

- ✦ O ODS 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Este objetivo que visa aumentar o número de cidades e assentamentos humanos por meio da implementação de políticas integradas de inclusão, de eficiência dos recursos, de mitigação e adaptação às alterações climáticas, se relacionada diretamente com as políticas de construção e de construção sustentável, além de outras iniciativas relativas a PCS.
- ✦ ODS 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. O fortalecimento da educação e da informação aos consumidores, e a promoção de estilos de vida sustentáveis contribuem claramente para o ODS 12, particularmente sua meta 12.8, que visa a garantir que, até 2030, as pessoas em todos os lugares tenham informação relevante e sensibilização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza (Meta 12.8).
- ✦ ODS 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. De forma geral as ações e iniciativas relativas a PCS podem contribuir com a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a mitigação das mudanças climáticas, principalmente no que se refere as metas 7.2 - até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global; e 7.3 - até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

2.1 Produção e Consumo Sustentáveis na América Latina e Caribe (LAC)

A América Latina e Caribe (LAC) foram pioneiros no tema de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS), quando em 2003, foram estabelecidos a Estratégia Regional de PCS e o Conselho Regional de Peritos Governamentais sobre PCS. A partir desse momento o PCS se tornou uma prioridade para a região, apoiados pelo Fórum de Ministros de Meio Ambiente regional.

O Fórum de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, em março de 2014, provou o Quadro Decenal de Programas sobre PCS (10YFP), com seguintes prioridades regionais: Políticas Nacionais, PME (pequenas e médias empresas), Compras Públicas Sustentáveis e Estilos Sustentáveis de Vida e demandando a adoção de programas adicionais, no nível internacional, sobre PME, Sistemas Alimentares Sustentáveis e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Os Governos dos países da América Latina e Caribe, com o apoio do PNUMA, definiram a Estratégia Regional de Consumo e Produção Sustentáveis (2014-2022) e seu Plano de Ação 2015-2016, para promover a transição da região para estilos de vida mais sustentáveis. Sendo que, em maio de 2015 o Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe adotaram a Estratégia e o plano de ação. Também definiram como mecanismos para sua implementação:

1. Conselho Regional de Especialistas de Governo sobre Produção e Consumo Sustentáveis e os Pontos Focais Nacionais (PFN);
2. Desenvolvimento de capacidades e sensibilização;
3. Mobilização de recursos financeiros;
4. Disseminação e comunicação;
5. Reporte e monitoramento.

Estratégias prioritárias na América Latina e Caribe (LAC)

1. Políticas, programas e estratégias nacionais de PCS;
2. Compras públicas sustentáveis;
3. Estilos de vida sustentáveis e educação;
4. Informação ao consumidor;
5. Turismo sustentável, incluído o ecoturismo;
6. Edificações e construção sustentáveis;
7. Sistemas alimentares sustentáveis;
8. Pequenas Médias Empresas;
9. Gestão integrada de resíduos sólidos.

Outro importante marco para PCS na América Latina foi quando o Conselho do Mercado Comum do Mercosul aprovou a “Política de Promoção e Cooperação em Produção e Consumo Sustentáveis no Mercosul” (Decisão CMC nº 26/2007). Essa Política regional orienta no sentido de melhorar a eficiência dos processos produtivos, reduzindo os riscos para a saúde humana e para o meio ambiente. Com os princípios e compromissos adotados pelos Estados Parte do Mercosul, ocorreu mudança na lógica, buscando o consumo mais sustentável, gestão ambiental das empresas orientada para o uso racional e eficiente dos recursos naturais, prevenção da contaminação e melhoria da competitividade.

Uma das principais iniciativas do Mercosul para avançar na agenda do PCS, o projeto ECONORMAS Mercosul fez parte do Programa Indicativo Regional (PIR) 2007-2013 para cooperação da União Europeia com o Mercosul.

Em 2014, o SGT nº 6 – Meio Ambiente adotou em seu Programa de Trabalho 2015-2016, o qual inclui no item Competitividade e Meio Ambiente: a) Implementação da Dec. CMC N° 26/07 “Política de Promoção e Cooperação em Produção e Consumo Sustentáveis no MERCOSUL”; e b) revisão do Projeto de Acordo de Política de Gestão Ambiental de Resíduos Especiais e de Responsabilidade Pós-Consumo.

O Ministério do Meio Ambiente do Brasil, em 2015, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade e segurança dos produtos originários do MERCOSUL, e fortalecer a capacidade de conciliar o crescimento da atividade econômica e comercial com a gestão sustentável dos recursos e o fortalecimento da proteção ambiental, propôs ao SGT nº 6 – Meio Ambiente, com duas linhas estratégicas: (i) compras públicas sustentáveis; e (ii) relatórios de sustentabilidade.

3. Os Caminhos trilhados para a Sustentabilidade Ambiental no Brasil

Assim como o tema da produção e consumo sustentáveis ganha a cada dia maior relevância no cenário internacional, da mesma forma acontece no cenário nacional. Atualmente o Brasil é detentor de um arcabouço político e legal que permite caminhar para sustentabilidade integrada nas diferentes áreas de abrangência desse novo conceito.

O Brasil como signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB instituiu o Programa Nacional de Biodiversidade - PRONABIO, em 1994 (Decreto Nº 1.354), com o objetivo de coordenar a implementação de compromissos da CDB no país e em 2003 foi alterado para a Comissão Nacional da Biodiversidade - CONABIO (Decreto do PRONABIO, Nº 4.703).

A **Política Nacional da Biodiversidade** – PNB (Decreto nº 4.339, 2002), tem como principais objetivos: promover a integração de políticas nacionais do governo e da sociedade; estimular a cooperação interinstitucional e internacional para a melhoria da implementação das ações de gestão da biodiversidade; conhecer, conservar e valorizar a diversidade biológica brasileira; proteger áreas naturais relevantes; promover o uso sustentável da biodiversidade; respeitar, preservar e incentivar o uso do conhecimento, das inovações e das práticas das comunidades tradicionais. Assim para viabilizar o alcance desses objetivos e suprir lacunas na gestão da biodiversidade no país, foi construído o PAN-Bio -Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para a implementação da PNB (2006) em conjunto com os setores gestores da biodiversidade do país. O PAN-Bio constitui um importante passo para a busca conjunta, entre governo e sociedade, para a conservação e utilização sustentável da nossa biodiversidade. (Para conhecer mais: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade>).

Após um amplo processo de consulta pública se estabeleceu as **Metas Nacionais de Biodiversidade** (Resolução CONABIO n.º 06, 2013), consolidada pela Estratégia e Plano de Ação Nacionais de Biodiversidade (EPANB). Desta forma, o Plano de Ação busca suprir a lacuna de um instrumento que forneça uma orientação constante e harmônica para que as ações direcionadas à biodiversidade ou que a afetam, planejadas e executadas pelos diversos setores. A EPANB consolida como um meio de interligação entre outras iniciativas de âmbito nacional ou regional que tratem de temas específicos ligados à biodiversidade, tais como recursos genéticos, espécies invasoras, produção e consumo sustentáveis, entre outros. No escopo da PCS destaca-se o Objetivo B, *“Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável”*, abrange as Metas 5 a 10.

EPAMB: Objetivo Estratégico B e suas respectivas Metas 5 a 10:

- **Meta 5:** Até 2020 a taxa de perda de ambientes nativos será reduzida em pelo menos 50 % (em relação às taxas de 2009) e, na medida do possível, levada a perto de zero e a degradação e fragmentação terão sido reduzidas significativamente em todos os biomas;
- **Meta 6:** Até 2020, o manejo e captura de quaisquer estoques de organismos aquáticos serão sustentáveis, legais e feitos com aplicação de abordagens ecossistêmicas, de modo a evitar a sobre-exploração, colocar em prática planos e medidas de recuperação para espécies exauridas, fazer com que a pesca não tenha impactos adversos significativos sobre espécies ameaçadas e ecossistemas vulneráveis, e fazer com que os impactos da pesca sobre estoques, espécies e ecossistemas permaneçam dentro de limites ecológicos seguros, quando estabelecidos cientificamente;
- **Meta 7:** Até 2020, estarão disseminadas e fomentadas a incorporação de práticas de manejo sustentáveis na agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna, assegurando a conservação da biodiversidade;
- **Meta 8:** Até 2020, a poluição, inclusive resultante de excesso de nutrientes, terá sido reduzida a níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas e da biodiversidade;
- **Meta 9:** Até 2020, a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras deverá estar totalmente implementada, com participação e comprometimento dos estados e com a formulação de uma Política Nacional, garantindo o diagnóstico continuado e atualizado das espécies e a efetividade dos Planos de Ação de Prevenção, Contenção, Controle;
- **Meta 10:** Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre recifes de coral e demais ecossistemas marinhos e costeiros impactados por mudanças de clima ou acidificação oceânica terão sido minimizadas para que sua integridade e funcionamento sejam mantidos.

A **Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)** foi instituída pela Lei das Águas, (Lei Nº 9.433, 1997), que também criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). A lei traz como princípios fundamentos a compreensão de que a água é um bem público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, mas que deve priorizar o consumo humano e de animais, em especial em situações de escassez. A água deve ser gerida de forma a proporcionar usos múltiplos (abastecimento, energia, irrigação, indústria) e sustentáveis, e esta gestão deve se dar de forma descentralizada, com participação de usuários, da sociedade civil e do governo. (Para conhecer mais: <http://www.mma.gov.br/agua>)

De acordo com a lei, o Estado compartilha com os diversos segmentos da sociedade uma participação ativa nas decisões. Cabe à União e aos estados, cada um em suas respectivas esferas, implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), legislar sobre as águas e organizar, a partir das bacias hidrográficas, um sistema de administração de recursos hídricos que atenda as necessidades regionais.

OBJETIVOS DA LEI DA ÁGUA

- I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

A **Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)**, foi instituída pela Lei nº 12.187, de 2009, buscando garantir que os desenvolvimentos econômico e social contribuam para a proteção do sistema climático global, bem como, define estratégias e propõe políticas relacionadas ao monitoramento e à implementação dos planos setoriais de mitigação e adaptação. Nesse contexto o MMA promove a cooperação técnica e científica com entidades relacionadas ao tema para que o país alcance os compromissos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa. Os principais instrumentos para sua execução PNMC são: o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a Comunicação do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas

sobre Mudança do Clima. (Para conhecer mais: <http://www.mma.gov.br/clima>).

O Brasil como um dos signatários da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) assinou o Acordo de Paris em dezembro de 2015. Esse acordo une esforços para adotar uma economia de baixo carbono até o fim deste século. O Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e apresentou o indicativo de redução de 43%, até 2030. Ambos são comparados aos níveis de 2005.

O Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), instituído em 2016 (Portaria nº 150), é um instrumento que tem como objetivo promover a redução da vulnerabilidade nacional à mudança do clima e realizar uma gestão do risco associada a esse fenômeno. PNA são abordados 11 setores: Agricultura; Recursos Hídricos, Segurança Alimentar e Nutricional, Biodiversidade, Cidades, Gestão de Risco de Desastres, Indústria e Mineração, Infraestrutura, Povos e Populações Vulneráveis, Saúde e Zonas Costeiras (Para conhecer mais: <http://www.mma.gov.br/clima/adaptacao/plano-nacional-de-adaptacao>).

Um exemplo de Plano Setorial estabelecido nesse contexto foi o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). O Plano tem por finalidade a organização e o planejamento das ações a serem realizadas para a adoção das tecnologias de produção sustentáveis, selecionadas com o objetivo de responder aos compromissos de redução de emissão de GEE no setor agropecuário assumidos pelo país. É composto por sete programas: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs); Sistema Plantio Direto (SPD); Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN); Florestas Plantadas; Tratamento de Dejetos Animais; e Adaptação às Mudanças Climáticas.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

foi estabelecida pela Lei 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10, estabelece novos princípios, objetivos e instrumentos para a gestão de resíduos sólidos do Brasil. Ademais, estabelece o princípio da responsabilidade compartilhada, os geradores de resíduos públicos e privados, incluindo os consumidores, têm responsabilidade definida e devem cooperar para que os objetivos da PNRS sejam alcançados.

A Lei de Resíduos Sólidos considera como geradores de resíduos sólidos todas as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo (art. 3º, IX). Dessa maneira, deixa clara a responsabilidade de todos (indústrias, importadores, comerciantes, empresários, poder público, órgãos ambientais e consumidores), tanto na busca pela diminuição dos resíduos gerados na fonte (produção), quanto na fase intermediária (distribuição, comercialização) e, ainda, nas atividades diárias de consumo e de destinação final.

A Lei também, previu a necessidade de se rever todo o processo de produção e o ciclo de vida dos produtos, incluindo o reaproveitamento de materiais descartados na fase pós-consumo e a destinação adequada dos rejeitos.

A Política Nacional de Educação Ambiental foi estabelecida pela Lei 9.795, de 1999, que define a educação ambiental como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Assim, é considerada como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

A Educação Ambiental também tem um papel fundamental, tanto na sensibilização sobre a

importância da adoção de práticas de uso mais sustentáveis como de consumo mais

São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;
- VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- VII - gestão integrada de resíduos sólidos;
- VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;
- IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;
- X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;
- XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:
 - a) produtos reciclados e recicláveis;
 - b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;
- XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;
- XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;
- XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

sustentável. As pessoas são agentes de mudança, tanto no campo, como na área urbana. Dentro desse contexto o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), em sua 4ª edição (2014), tem suas ações focadas em assegurar, no âmbito educativo, a integração

São objetivos fundamentais da Educação Ambiental:

- I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – a garantia de democratização das informações ambientais;
- III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo. Assim sendo, considerando a educação ambiental como um dos instrumentos fundamentais da gestão ambiental, o ProNEA desempenha um importante papel na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão, a construção e a implementação de políticas públicas que possibilitem solucionar questões estruturais, almejando a sustentabilidade socioambiental.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO foi criada pelo do Decreto 7.794/2012, com o objetivo apoiar a efetividade do desenvolvimento rural sustentável e como uma resposta às crescentes preocupações de organizações sociais ligadas ao meio rural e às florestas, bem como do público em geral, sobre a necessidade de produzir alimentos saudáveis em sintonia com

a conservação dos recursos naturais.

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo é o principal instrumento de execução da política, buscando integrar e qualificar as diferentes políticas e programas dos dez ministérios parceiros na sua execução. Seu principal objetivo é implementar programas e ações de modo a promover a transição da agricultura convencional para a produção agroecológica e orgânica para aumentar a oferta de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais. O segundo ciclo do Plano, (2016-2019), foi definido pela Portaria Interministerial nº 1/2016, articulando diversos Ministérios, unidades setoriais e entidades governamentais em torno de programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, sendo que foram estabelecidos seis eixos estratégicos: Produção; Uso e Conservação de Recursos Naturais; Conhecimento; Comercialização e Consumo; Terra e Território e Sociobiodiversidade.

Dentro da PNAPO, ainda destaca-se os seguintes programas: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Programa de Garantia de Preço na Agricultura Familiar- PGPAF; Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade – PNBSB; Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – PFAPR; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; Programa Bolsa verde; Programa federal de apoio ao

manejo florestal comunitário e familiar – PMFC; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.

Por último, o **Cadastro Ambiental Rural – CAR** (a Lei nº 12.651/2012) é um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental. Essa é uma ferramenta importante para auxiliar no planejamento do imóvel rural e na recuperação de áreas degradadas, fomentando a formação de corredores ecológicos e a conservação dos demais recursos naturais, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental.

3.1 Reflexões sobre Produção e Consumo no Brasil

Os níveis atuais de extração de recursos naturais e o impacto ambiental gerado pelos nossos padrões de consumo e produção excedem cada vez mais os limites planetários e a capacidade de carga dos ecossistemas, resultando em degradação ambiental, poluição, perda de biodiversidade e aquecimento global. Associado a isso, a concentração de população nos centros urbanos e seus estilos de vida aumentam a demanda por recursos naturais e produtos, com tendência de elevação a padrões de consumo insustentáveis.

No contexto brasileiro, as políticas que permitem o país desenvolver um caminho de transição para economias ecológicas inclusivas, embora bem estruturadas, ainda necessitam de regulamentação, possuem poucos recursos financeiros para sua implementação e o acesso aos mecanismos financeiros é muitas vezes oneroso ou inacessível. Adicionalmente, temos ainda pouca capacidade instalada para o desenvolvimento de tecnologias verdes, fato que se torna um obstáculo para que as partes interessadas, públicas e privadas, adotem práticas de produção mais limpas, com baixo carbono e mais eficientes em termos de recursos. Outra importante questão é que a economia do Brasil se sustenta em uma estrutura econômica baseada no aumento da produção e do consumo, que busca a equidade socioeconômica.

Consumo

Um fator fundamental para o consumo é a renda da população. No Brasil, ainda existe uma alta concentração de renda, sendo que os 10% mais ricos concentram entre metade e 2/3 de toda a renda do país desde 1974, os outros 90% terminam tendo uma influência menor na movimentação da desigualdade. A tabela abaixo mostra a evolução do rendimento médio mensal entre os anos de 2012 e 2015.

Ano	2012	2013	2014	2015
Rendimento mensal médio	1.437	1.567	1.679	1.746

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Observa-se que, conforme a renda aumenta, o padrão de consumo também se altera. As despesas dos 10% de menor renda se concentram em habitação e alimentação, somando 70% do total. Conforme a renda aumenta, os bens e serviços ligados à saúde, educação e transporte passam a ser mais visados, sendo que a quantidade per capita de quase todos os bens de consumo sobe com a renda⁴. O aumento da renda leva tanto a uma mudança dos tipos de itens de consumo, como ao aumento do volume do que é consumido (Figuras 1 e 2 abaixo). Dessa forma, fica evidente que a maior parcela da população brasileira está limitada, devido a renda insuficiente, para usufruir dos bens e serviços disponíveis no mercado.

Ocorre que, conforme aumenta a renda, aumenta o consumo e conseqüentemente a pressão sobre os recursos naturais. Em termos de pegada ecológica⁵, o aumento de 1% na renda de um indivíduo com renda familiar per capita de R\$ 2.268 (10% mais ricos) levaria a um aumento de 0,0094 gha, enquanto o aumento de 1% na renda de um indivíduo com renda familiar per capita de R\$ 170 (10% mais pobre) levaria a um aumento de 0,0046 gha. A distribuição da pegada ecológica por cada percentil de renda no Brasil está representada na Figura 1

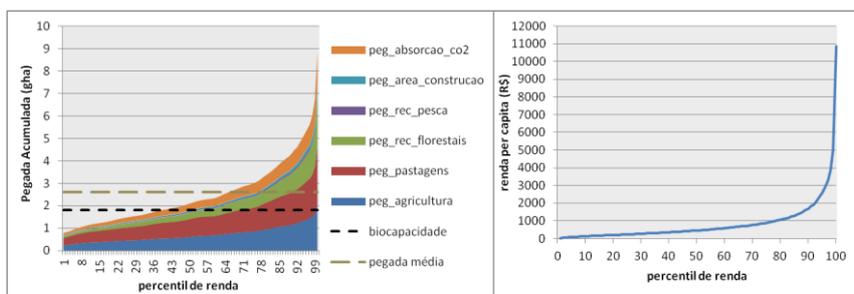


Figura 1: Pegada Acumulada por percentil de renda

Fonte: SAE (2015)

Nos atuais padrões de produção e de consumo no Brasil, as famílias que apresentam uma pegada ecológica no limite da biocapacidade do planeta são aquelas que têm renda familiar per capita de R\$ 470, ou seja, que é comprometida em sua maior parte com alimentação e habitação.

Emissões de Gases Estufa (GEE)

Gases de Efeito Estufa (GEE), ou simplesmente Gases Estufa, são substâncias gasosas naturais responsáveis pelo aquecimento da Terra. Eles são vitais para a manutenção da vida do planeta, já que absorvem parte da radiação infra-vermelha emitida principalmente pela superfície terrestre, e dificultam seu escape para o espaço, mantendo a Terra aquecida. Apesar de ser um fenômeno natural e vital para manutenção da vida na Terra, o aquecimento exagerado do planeta se tornou um dos maiores desafios atuais da sociedade.

⁴ Padrões de Consumo e Desenvolvimento Sustentável: Tendências do Crescimento e Redistribuição de Renda sobre o Meio Ambiente (SAE, 2015).

⁵ Metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais. Expressada em hectares globais (gha), permite comparar diferentes padrões de consumo e verificar se estão dentro da capacidade ecológica do planeta. Fonte: WWF Brasil.

Para especialistas, o fenômeno anormal é causado pelas ações humanas e pela adoção maciça de atividades que emitem os GEE.

As principais atividades antrópicas que causam o aquecimento estão ligadas a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento, a agricultura, pecuária e a ação das indústrias, emitem na atmosfera uma grande quantidade de gases que aumentam o efeito estufa (Para conhecer mais: <http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2011/novembro/ecod-basico-gases-de-efeito-estufa>).

O Brasil está colocado no ranking mundial como um dos grandes emissores de gás estufa, sendo que as principais fontes de emissão são o desflorestamento, principalmente no Cerrado que está fora de controle, a expansão da frota de veículos enquanto que o etanol está perdendo mercado, em oposição aos combustíveis fósseis que estão crescendo rapidamente.⁶

Também observa-se um aumento das emissões no setor de energia, tanto em termos relativos quanto absolutos. Esse setor é a maior fonte, junto com a agropecuária, com 37% das emissões cada, em 2012. O setor energético foi o que mais cresceu nos últimos anos. Entre 2005 e 2012, verificou-se aumento de 35,9% nas emissões. Dentro desse setor, estão consideradas as atividades de geração de energia elétrica, e de produção e consumo de combustíveis.

Já o setor da agropecuária, também é uma grande fonte de GEE que, apresentou na década de 1995-2005 um aumento de 23,8% nas emissões, sendo que período de 2005-2012 houve um aumento de 7,4%. A pecuária bovina é a atividade que mais contribui para emissão de GEE, parcela devida à fermentação entérica e à disposição de esterco nas pastagens, que liberam grande quantidade de gás metano.

A dinâmica de emissões do setor industrial tem acompanhado as variações do Produto Interno Bruto (PIB). Este é um setor altamente demandante de combustíveis fósseis, ficando atrás apenas dos transportes, e consumiu 41% da energia elétrica produzida no Brasil no ano de 2012⁷.

Todos os setores acima mencionados serão mais demandados com o aumento da renda no Brasil. Certamente, alguns bens de consumo, devido a sua elasticidade qualidade-renda, apresentam um limite em termos de quantidade conforme aumenta a renda. No caso dos alimentos, por exemplo, a relação entre despesas e quantidades consumidas é decrescente em função da renda⁸. Isso significa que, conforme aumenta a renda, aumenta o consumo quantitativo de alimentos, no entanto numa taxa cada vez menor em relação à renda.

No entanto, até que a quantidade absoluta de demanda por alimento se estabilize, há no Brasil um amplo espaço para incremento de consumo de alimentos na maioria das faixas de renda. Converte-se com isto a estimativa de aumento de consumo de carne bovina no Brasil, em 1,5% ao ano durante o período de 2015 a 2025. Se for considerado o aumento das exportações para os próximos 10 anos, estima-se que a produção total de carne bovina aumentará no Brasil em 23,3% nesse período. Seguindo a mesma tendência, a produção total de leite deverá aumentar em 27,7% no período⁹.

Observa-se, também, que com a elevação da renda, maior é a quantidade de bens

⁶ WBG. Retaking the Path to Inclusion, Growth and Sustainability. Brazil Systematic Country Diagnostic. June 2106.

⁷ Anuário estatístico de energia elétrica 2013 (EPE, 2013).

⁸ SAE (2015).

⁹ Projeções do Agronegócio: Brasil 2014/15 a 2024/25 - Projeções de Longo Prazo. (MAPA, 2015).

industrializados adquiridos como, por exemplo, carros, motos e aparelhos de ar condicionado, dentre outros conforme mostra a Figura 2 acima.

Recursos Hídricos

Em termos globais o Brasil possui grande oferta de água, cerca de 12% de toda a água doce do planeta. Esse recurso natural, entretanto, encontra-se distribuído de maneira heterogênea no território nacional. Passam pelo território brasileiro em média cerca de 260.000 m³/s de água, dos quais 205.000 m³/s estão localizados na bacia do rio Amazonas, restando para o restante do território 55.000 m³/s de vazão média.

Além destas questões espaciais, o regime fluvial sofre variações ao longo do ano que estão estreitamente relacionadas ao regime de precipitações. Na maior parte do Brasil existe uma sazonalidade bem marcada com estações secas e chuvosas bem definidas, de forma que ao final do período seco podem-se observar vazões muito abaixo da vazão média e inclusive ausência de água. Essa variabilidade das chuvas e vazões também é interanual, gerada pela ocorrência de anos mais secos e outros mais úmidos. Para manter uma maior garantia de água ao longo do tempo é necessária a utilização de reservatórios ou açudes, capazes de reservar água nos períodos úmidos para ofertar nos períodos mais secos

Observa-se expressivo aumento da agricultura irrigada no Brasil nas últimas décadas, crescendo sempre a taxas superiores às do crescimento da área plantada total. Nos últimos anos, tem-se destacado a expansão dos métodos de irrigação localizada e por pivô central.

Ainda quantitativamente, 24,1% dos sistemas de abastecimento de água urbanos são considerados satisfatórios, 42,5% requerem ampliação e 33,4% requerem um novo manancial¹⁰. Existem áreas com maior vulnerabilidade quanto à oferta, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade dos recursos hídricos. Essas áreas estão em todas as regiões do país¹¹, apresentando características próprias que as colocam em situações críticas.

A qualidade da água no Brasil é muito variável em termos regionais, sendo que com valores mais baixos do IQA (Índice de Qualidade da Água) estão localizados em áreas urbanas, isso se deve principalmente as concentrações elevadas de fósforo na água, sendo que as principais fontes de poluição hídrica são os esgotos domésticos, no meio urbano, e o uso de fertilizantes, no meio rural.

Esse excesso de fósforo pode desencadear um processo conhecido como eutrofização, no qual a flora aquática se reproduz de forma excessiva provocando o desequilíbrio dos ecossistemas aquáticos. A eutrofização é um problema especialmente grave em corpos hídricos lênticos, tais como os reservatórios. Um problema sério decorrente da eutrofização em relação ao abastecimento de água é a proliferação de algas tóxicas nos mananciais, visto que seu controle e remediação ainda são bastante complexos. Além dos riscos para o abastecimento público e à saúde, os efeitos da eutrofização também podem comprometer diversos usos dos recursos hídricos, como a navegação, produção de energia hidrelétrica, dessedentação de animais, pesca e recreação.

Outro segmento é que pode ser considerado como um poluidor das águas é a indústria, pois os efluentes industriais, incluindo os metais pesados e hidrocarbonetos, foram detectados nos corpos hídricos e nos sedimentos no entorno dos grandes centros urbanos,

¹⁰ Atlas Brasil do Abastecimento Urbano de Água (ANA, 2011).

¹¹ Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2014: Encarte Especial sobre Crise Hídrica (ANA, 2014).

como São Paulo e Recife¹². Em 2015, o rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco, que causaram impactos na qualidade da água prejudicaram diversos usos da água na bacia do Rio Doce, especialmente o abastecimento público de água.

Pegada de Materiais

A Pegada de Materiais¹³ mede a quantidade de matéria-prima que um país consome, indicando a quantidade de matéria-prima utilizada na produção de tudo que é consumido no país, além do que foi importado e exportado. A pegada de materiais é importante para identificar quais as forças que ditam o uso e consumo de recursos naturais, bem como, facilita a discussão sobre os impactos ambientais associados a extração desses materiais.

A análise da Pegada de Materiais per capita do Brasil mostra um aumento no período de 1990-2008, em níveis superiores ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao CDM (Figuras 2 e 3). Isso demonstra que os ganhos de produtividade não estão sendo suficientes para reduzir a demanda por matéria-prima por unidade de PIB, ou seja, no período analisado, não ocorreu o desacoplamento (figura 3) entre a atividade econômica e o uso dos recursos naturais, nem em termos relativos, nem em termos absolutos.

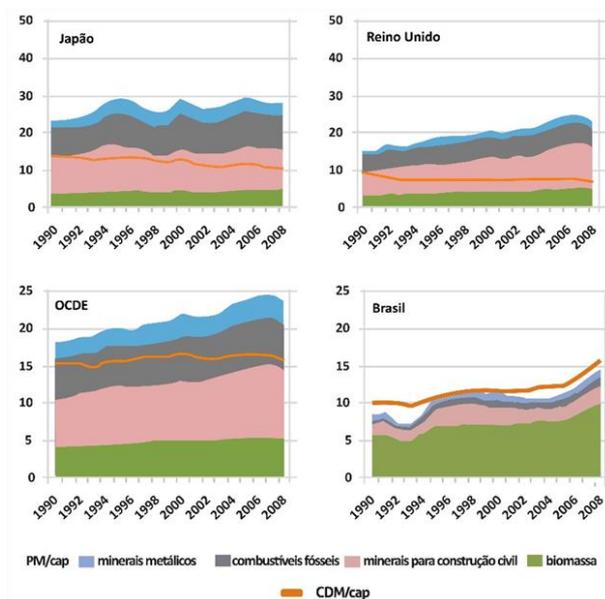


Figura 2: Pegada de Materiais per capita (PM/cap) em quatro categorias e Consumo Doméstico de Materiais per capita (DMC/cap) do Japão, Reino Unido, países da OCDE e Brasil no período de 1990–2008. A unidade de medida é t/cap.
Fonte: Adaptado de Wiedmann e colaboradores (2015).

¹² WBG. Retaking the Path to Inclusion, Growth and Sustainability. Brazil Systematic Country Diagnostic. June 2016.

¹³ Pegada de Materiais é definida como a alocação global de extração de matéria prima utilizada para a demanda final de uma economia (Wiedmann *et al.*, 2015).

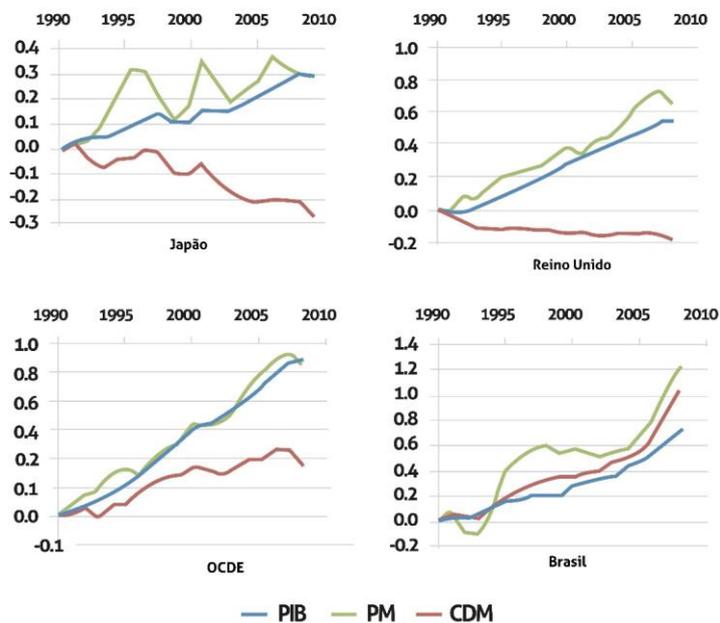


Figura 3: Mudanças relativas no total de uso de recursos (PM e CDM) e PIB no período de 1990 e 2008, no Japão, Reino Unido, países da OCDE e no Brasil.
 Fonte: Adaptado de Wiedmann e colaboradores (2015).

Complementarmente, ao analisar a Pegada de Materiais de diversos países, incluindo os desenvolvidos, pode-se observar que a pressão sobre os recursos naturais não diminui conforme a população humana se torna mais rica. Pois, em economias desenvolvidas, a Pegada de Materiais per capita (PM/cap) tornam-se consideravelmente maiores do que seu Consumo Doméstico de Materiais/per capita (CDM/cap), em função de suas economias pós-industriais e sua dependência de importações para o consumo final.

3.2 Um olhar para o Futuro

Ao mudarmos os atuais padrões de produção e consumo para uma economia verde inclusiva, onde o uso circular e mais eficiente dos recursos do planeta e do consumo sustentável e equitativo, as estruturas econômicas podem ser transformadas para serem mais ecológicas e mais inclusivas. A eficiência no uso de recursos é um pilar fundamental para a transição para o consumo e a produção sustentáveis. Para tanto, é fundamental dissociar o crescimento econômico, do uso insustentável dos recursos e do impacto ambiental negativo. Para tal, é preciso trabalhar nas duas pontas do mercado: a produção (fazer mais com menos) e a demanda (consumir melhor, de forma mais consciente).

Assim, o desenvolvimento de Planos de Produção e Consumo Sustentáveis, com políticas públicas que direcionem suas economias para sistemas mais eficientes, nas quais os processos produtivos sejam reestruturados e os consumidores desempenhem um papel ativo na demanda por produtos e serviços mais sustentáveis, trazem um novo olhar para futuro.

4. O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS

Corroborando com as discussões sobre PCS em nível internacional e nacional, nas quais foi considerada fundamental a necessidade de se reduzir a intensidade de recursos naturais nos processos produtivos, aumentar a eficiência, produtividade e ao mesmo tempo garantir padrões de consumo mais sustentáveis, o

Ministério do Meio Ambiente em parceria com um grupo que envolveu um diversificado rol de instituições, tanto governamentais como da sociedade civil, lançou em 2011 o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS, como resultado de um processo de construção amplo e participativo.



Para saber mais: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional>

Plano de Produção e Consumo Sustentáveis

O objetivo primordial do PPCS é fomentar dinâmicas e ações, no médio e longo prazos, que mudem o atual paradigma de produção e consumo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.

Os objetivos gerais são:

1. Fomentar no Brasil um vigoroso e contínuo processo de ampliação de ações alinhadas ao conceito de PCS, tal como estabelecido pela ONU no Processo de Marrakesh, compartilhando com os nossos parceiros nacionais e internacionais o esforço por promover também a sustentabilidade no plano global;

2. Integrar a iniciativa de disseminação de PCS ao esforço de enfrentamento das mudanças climáticas, e também a outras frentes prioritárias para a sociedade brasileira, como o combate à pobreza, a distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento, a conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais.

O objetivo específico é fornecer as diretrizes básicas e eleger as prioridades para que um conjunto de ações cabíveis, articuladas entre si, possa efetivar mudanças expressivas e mensuráveis, tanto nos padrões de consumo como de produção, que possam ser reconhecidos como mais sustentáveis.

4.1 O Processo de Construção e Implementação do Plano de Ação

Seguindo as premissas do Processo de Marrakesh, a primeira versão do PPCS incluiu a definição dos principais conceitos, antecedentes e escopo, assim como a indicação das estruturas de sua implementação e a definição das prioridades do Plano, com a definição de seus respectivos responsáveis.

Essa versão foi, então, submetida a um processo de revisão, entre 2009 e 2010, envolvendo a equipe técnica do MMA, o Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis – instituído pela Portaria MMA nº 44, de 2008 – e parceiros. Ao longo do processo de elaboração do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS, o Comitê Gestor de Produção e Consumo identificou um conjunto de 17 temas prioritários que constituíram a estrutura do PPCS. Conforme indicado no Plano, a seleção dos temas não implicou na exclusão de outros como áreas de interesse e atuação, que poderiam ser agregados ao PPCS de acordo com a demanda da própria sociedade.

Nesse mesmo período, foi elaborado o projeto de cooperação “Eficiência de Recursos e Produção e Consumo Sustentáveis”, entre o Ministério do Meio Ambiente e o PNUMA, assinado em setembro de 2010 e ainda vigente. O projeto, – que tem por objetivo “promover no Brasil um forte e contínuo processo de disseminação de ações alinhadas com o conceito de Consumo e Produção Sustentáveis, estabelecido pelo Processo de Marrakesh, integrado aos esforços nacionais para abordar as mudanças climáticas, a redução da pobreza, o desenvolvimento econômico e a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais” – tem sido um dos principais instrumentos de apoio à realização de estudos, campanhas e outras atividades e ações necessárias à implementação do Plano.

Dando continuidade ao processo de elaboração do Plano, entre setembro e novembro de 2010, o documento foi disponibilizado para consulta pública, tendo a versão final incorporado as contribuições desse processo,

bem como as atualizações necessárias até seu lançamento em setembro de 2011.

No segundo semestre de 2014, foi elaborado um relatório de implementação do PPCS, que consolidou as medidas e iniciativas que contribuíram com os esforços de modificação dos padrões de produção e consumo no Brasil no 1º ciclo de implementação do Plano, cobrindo o período entre 2011 e 2014, e apresentou alguns desafios e oportunidades, que sinalizam aperfeiçoamentos, bem como novas ações, parcerias e iniciativas para fortalecer a implementação do Plano em seu 2º ciclo e, com isso, o compromisso brasileiro com o desenvolvimento sustentável.

Esse levantamento das iniciativas governamentais e de setores da sociedade civil, incluindo os setores produtivos de bens e serviços, desenvolvidos e/ou implementados no contexto do 1º ciclo de implementação do PPCS indicou ser possível avançar para um modelo mais sustentável de desenvolvimento no País, que garanta uma melhor qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

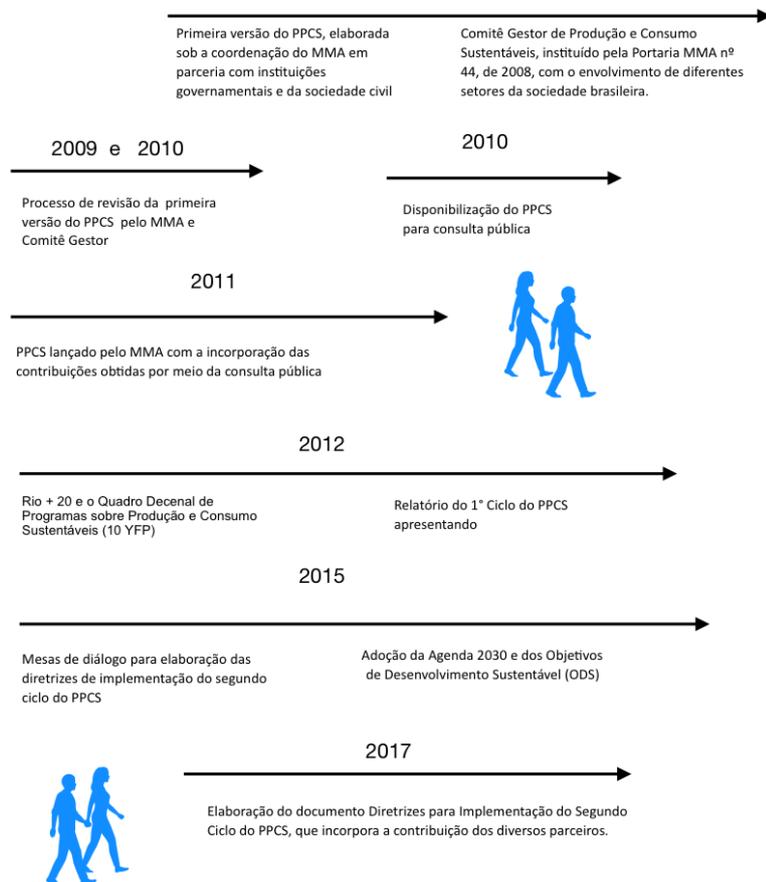
A aprovação da Agenda de Desenvolvimento 2030 na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (setembro 2015), que apresentou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas, constituiu-se um desafio adicional no contexto de implementação do Plano, que passou a requerer uma parceria global fortalecida, com a participação ativa de todos, incluindo governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia e Nações Unidas. Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a completar o trabalho desses e responder a novos desafios, são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Especialmente importante no contexto da Agenda 2030 é o ODS 12, pelo qual os países se comprometem a “assegurar padrões de consumo e de produção sustentáveis”.

Cabe ressaltar que, a esses desafios, ainda devem ser somados àqueles referentes ao atual contexto político, institucional e econômico do Brasil, bem como às dificuldades referentes às mudanças climáticas e a crise hídrica que vem afetando vários estados brasileiros. As incertezas relativas a essa realidade ambiental trazem certamente desafios complementares para governos, empresas e a sociedade como um todo, mas que podem também constituir oportunidades para a adoção de tecnologias mais eficientes, a inovação de processos e uma mudança de comportamentos, que se reflitam em padrões mais sustentáveis de consumo e de produção no País.

Dando continuidade aos esforços de implementação do Plano, ainda em 2015, foram realizadas mesas redondas de diálogos, que envolveram uma gama de parceiros representantes dos diversos setores da sociedade e que, tiveram como objetivo a elaboração de diretrizes para a implementação do segundo ciclo do Plano (2016-2020), bem como a revisão e atualização de seus eixos temáticos de implementação.



Linha síntese das ações pelo MMA e parceiros.



4.2 Resultados do Primeiro Ciclo de Implementação do Plano

A estratégia de implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis foi estruturada para operar em ciclos de quatro anos, redefinindo as prioridades de acordo com a evolução do padrão de ecoeficiência da economia brasileira e de novos engajamentos do país aos compromissos globais.

Sendo assim, no primeiro ciclo de 2011 a 2014 foram trabalhadas seis prioridades listadas no Quadro 1 abaixo.

<ul style="list-style-type: none"> • Educação para o consumo sustentável <ul style="list-style-type: none"> • Compras públicas sustentáveis • Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da reciclagem de resíduos sólidos <ul style="list-style-type: none"> • Varejo e consumo sustentáveis • Promoção de iniciativas em construção sustentável 	
<ul style="list-style-type: none"> • Integração de políticas em PCS • Fortalecimento de uma articulação nacional em PCS • Inovação e difusão de tecnologias em PCS • Desenvolvimento de indicadores em PCS • Divulgação e capacitação em PCS • Agricultura e pecuária sustentáveis • Fomento à produção e consumo sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição do impacto social e ambiental na geração e uso de energia • Rotulagem e análise do ciclo de vida • Rotulagem para expansão sustentável do uso de biocombustíveis • Estímulo a criação e expansão de negócios/mercados com inclusão social e menor impacto ambiental

Quadro 1: Os 17 temas que constituíram a estrutura do 1º Ciclo do PPCS, com destaque as 6 prioridades.

A experiência do 1º ciclo revelou, como um dos caminhos para produzir bens e serviços de modo mais eficiente, usando menos recursos e gerando menos resíduo e poluição, o fortalecimento do papel de articulação das políticas que direta e indiretamente têm forte influência na promoção de mudanças no padrão de produção e consumo no Brasil.

As iniciativas governamentais e de vários setores da sociedade civil, inclusive dos setores produtivos de bens e serviços, desenvolvidos e/ou implementados no contexto do Plano estão sumarizadas abaixo. Para o relatório



completo, acessar

<http://www.mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/90-producao-e-consumo-sustentaveis>.

Prioridade 1 – Educação para o Consumo Sustentável

Com o objetivo de formar uma nova geração de cidadãos que consigam integrar a sustentabilidade em suas decisões pessoais e profissionais, as iniciativas na área de educação para o consumo buscaram dar resposta à necessidade de novos modelos culturais e educacionais, alcançando milhares de cidadãos por meio de ações de formação/capacitação e de comunicação, com o uso dos mais recentes e inovadores instrumentos e tecnologias de informação, comunicação e aprendizagem. Nesse sentido, os processos formativos e de capacitação incluíram cursos semipresenciais e a distância, e publicações digitais; enquanto as iniciativas de informação e comunicação abarcaram campanhas de conscientização e mobilização, e a realização de estudos e pesquisas, entre outras.

Prioridade 2 – Compras Públicas Sustentáveis

Ao longo dos quatro anos cobertos pelo Relatório (2011-2014), as compras sustentáveis saíram de R\$ 13,5 milhões para uma participação de R\$ 40,4 milhões nas aquisições da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, o que significou um crescimento de 200% em 2013, em relação a 2010.

As contratações públicas sustentáveis representaram, em 2013, 0,06% do total das compras públicas, num aumento significativo em relação a 2011, início do Plano, quando somavam 0,02%. Já nos três primeiros meses de 2014, as compras sustentáveis movimentaram R\$ 7,9 milhões na aquisição de bens, por meio de 168 processos. Na comparação com o mesmo período de 2013, as aquisições sustentáveis sofreram um aumento de 66%. Para o alcance desses resultados, foram fundamentais os normativos legais e regulatórios, a capacitação e o treinamento de gestores públicos, e a organização da logística interna de compras do governo.

Prioridade 3 – Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

O Programa A3P duplicou o número de parceiros do Programa no período entre 2011 e 2014, tanto em adesões formais - 118 novos Termos de Adesão -, como na Rede A3P - 900 novos membros, totalizando 1.300 instituições cadastradas.

Ao longo do 1º Ciclo do PPCS foram realizadas campanhas de sensibilização, três edições do Fórum Nacional da A3P, três edições do Prêmio A3P de Melhores Práticas de Sustentabilidade, o lançamento do Selo de Sustentabilidade na Administração Pública - Selo A3P e cursos presenciais e a distância para servidores públicos. Essas iniciativas resultaram em economias significativas no consumo de água e energia, entre outros insumos, além da correta destinação de resíduos nas instituições que aderiram e implementaram o Programa.

Prioridade 4 – Aumento de Reciclagem de Resíduos Sólidos

Com a publicação da Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, o País passou a contar com importantes princípios e instrumentos para avançar na agenda do gerenciamento de resíduos sólidos. Entre 2010 e 2014, o governo federal investiu mais de R\$ 1,2 bilhão no fomento à elaboração de planos de resíduos sólidos, em infraestrutura e na inclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis. Esses investimentos resultaram no crescimento do número de municípios brasileiros que elaboraram seus planos de resíduos sólidos, na disposição final adequada implementada e no apoio a empreendimentos de catadores de materiais recicláveis. Além disso, os estados brasileiros receberam apoio para elaboração dos planos estaduais de resíduos sólidos. No entanto, se observa ainda, uma predominância de lixões como forma de disposição de resíduos sólidos, principalmente os resíduos sólidos urbanos.

Outras iniciativas relevantes implementadas durante o 1º Ciclo do PPCS foram o Programa Cataforte – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, o Prêmio Cidade Pró-Catador e a criação de associações empresariais, como a Coalizão Empresarial para a Logística Reversa de Embalagens, que definiu metas de recuperar resíduos sólidos recicláveis que são descartados diariamente no Brasil. É importante destacar que ainda são necessárias outras ações para aumentar a reciclagem no Brasil, tais como a desburocratização dos processos de transporte e licenciamento de atividades recicladoras; investimento em tecnologia para tratamento de rejeitos; capacitação de operadores e plano de mídia para os consumidores.

Prioridade 5 – Varejo Sustentável

Desde o início do PPCS, o setor incrementou suas iniciativas e práticas voltadas para: redução no uso de recursos e na geração de resíduos, principalmente aqueles gerados pelo uso de sacolas plásticas; ampliação do número de lojas ecoeficientes; aumento no número de pontos de entrega voluntária de embalagens e resíduos; aumento na oferta de produtos sustentáveis em quatro categorias - alimentos, utensílios, vestuário, e limpeza e higiene; e incentivo a produtos que apresentam selos de qualidade e que incluam critérios socioambientais em seus processos de certificação, entre outras.

Prioridade 6 – Construções Sustentáveis

No setor de construções, diversas iniciativas foram implementadas como, por exemplo: o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H que, desenvolveu em parceria entre o setor público e o privado, sistemas matriciais avaliativos. Outro resultado positivo das iniciativas de sustentabilidade para o aperfeiçoamento do setor da construção civil no Brasil, por meio do PBQP-H, é o esforço para melhorar o desempenho no âmbito da redução do consumo de água, o desempenho funcional de equipamentos, a estanqueidade das torneiras e a aplicação de inovação e de novas tecnologias para produtividade e qualidade do habitat, entre outros.

Outras iniciativas foram o Programa Minha Casa Minha Vida que, introduziu diretrizes de sustentabilidade em seus projetos; o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) que, em seu componente dedicado às Edificações, em parceria com Inmetro, trabalhou com etiquetagem voluntária e eficiência em edifícios públicos e comerciais; o ProjetEEE (Eficiência Energética em Edifícios) que, disponibilizou uma ferramenta online que oferece soluções de eficiência energética, desenvolve material informativo e didático sobre etiquetagem, e estudos sobre projetos de eficiência energética; o Selo Casa Azul da Caixa Econômica Federal, o qual classifica socioambientalmente os projetos habitacionais financiados pela CAIXA; distribuição de material informativo sobre sustentabilidade na construção e reformas particulares; estudos sobre estado da arte da construção sustentável; iniciativas voltadas para ampliar a destinação adequada e o reaproveitamento de resíduos da construção civil; e a certificação e gestão sustentável de arenas esportivas, particularmente aqueles realizados em função da realização da Copa do Mundo 2014.

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA PESQUISA:

- Ministério do Planejamento
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério do Desenvolvimento Social
- IPEA
- CAIXA
- Santander
- ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
- ABIT- Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
- FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais
- CNI - Confederação Nacional da Indústria
- FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia -
- IBRACON - Instituto Brasileiro do Concreto
- Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.
- Caterpillar Brasil Ltda.
- FIESP - Federação das Indústrias do Estado de SP
- ONU Meio Ambiente
- ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados
- Alana
- Instituto Akatu
- CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

4.3 Aprendizados do Primeiro Ciclo do PPCS

Com o intuito de identificar barreiras, observadas ao longo da implementação dos distintos eixos temáticos do PPCS, em seu primeiro ciclo, bem como buscar recomendações com vistas a possibilitar a prática das ações previstas para o segundo ciclo de maneira mais efetiva, foi realizada uma pesquisa junto aos parceiros da sociedade brasileira, representantes dos diferentes setores que compõem o PPCS.

Abaixo seguem os principais pontos indicados pela pesquisa.

I. Dificuldades identificadas para Implementação do primeiro ciclo do PPCS:

Percepções do Setor Público:

- Dificuldade de internalizar o tema nas diferentes unidades institucionais;
- Falta de visão sistêmica nas instituições governamentais;
- Inércia comportamental;
- Falta de articulação institucional entre governos federal, estaduais e municipais para prestar apoio mútuo, compartilhar informações e induzir as ações necessárias;
- Fragilidade institucional, em especial no nível municipal e nos municípios de pequeno porte;
- Descontinuidade das ações, tendo em vista a finalização de programas e recursos;
- Modelo organizacional baseado em processos, o que demanda muita negociação interna a fim de promover a incorporação nas práticas sustentáveis;

Percepções do Setor Privado:

- Carência de políticas públicas claras e efetivas que propiciem o desenvolvimento e implementação de novos processos e tecnologias mais sustentáveis;
- Insegurança jurídica;
- Fragilidade da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP). Há a percepção de que o tema fica à deriva, perdido dentre tantos outros assuntos geridos pelo MMA;
- Dificuldade em se trabalhar de forma mais próxima do Estado para o desenvolvimento projetos práticos, no sentido da permanente inclusão da sustentabilidade nos mesmos;

- Governo muito focado em regulamentação (comando-controle), quando poderia trabalhar com as oportunidades relacionadas ao tema;
- Imposição pelo governo de práticas que incorporem muito custo ao processo produtivo, desvinculadas do devido reconhecimento de valor pelo mercado (Ex.: Avaliação do Ciclo de Vida e rotulagens). Outro risco associado a tal exigência é de que seus custos podem encarecer o produto para o consumidor, ou seja, somente uma pequena parcela da sociedade conseguirá pagar um sobrepreço por esses produtos;
- A própria legislação ambiental é uma barreira para o desenvolvimento de novas técnicas e/ou tecnologias, que são benéficas para o meio ambiente. Adota-se o princípio da precaução, o que impede muitas vezes que soluções ambientalmente corretas sejam colocadas em prática;
- Carência de incentivos que estimulem as práticas de sustentabilidade nas instituições;
- Carência de padronização no que é entendido como um requisito de sustentabilidade e o que deve ser cobrado nos processos de licitação;
- O tempo de análise de processos de licenciamento ambiental, bem como legislações que muitas vezes não são claras nas questões de interpretações, escopos e atendimento das mesmas;
- Cumprimento das responsabilidades de cada elo da cadeia;
- Dificuldade de se encontrar no mercado fornecedores qualificados para assegurar que os serviços estejam dentro da especificação e da qualidade desejadas;
- Atual situação do mercado considerando a crise política;
- Baixa conscientização dos consumidores;
- Dificuldade em se colocar as ações em prática devido ao tamanho das organizações.

II. Lições aprendidas

Seguem algumas lições aprendidas sobre a implementação do PPCS, que foram registradas no decorrer das entrevistas realizadas junto aos parceiros do MMA.

Iniciativas de PCS podem melhorar a competitividade para indústria brasileira

De forma geral o engajamento a esse tipo de agenda (PCS) pode melhorar a competitividade para na indústria brasileira. A competitividade que busca a melhoria nos processos de produção, aumento da eficiência - com menos desperdícios, com menos recursos naturais e melhoria nos processos e produtos. Esse avanço nos processos agrega valor aos produtos e os selos de qualidade são importantes ferramentas para tal.

Há demanda do mercado para processos e produtos mais sustentáveis

O mercado atual apresenta mudanças geracionais que são muito significativas e que devem ser consideradas. Por exemplo, a nova geração de jovens não deseja mais possuir um veículo próprio, como as gerações passadas. Atualmente se observa uma tendência dos jovens preferirem utilizar aplicativos para locomoção, como *UBER* ou *Cabyfii* e não se preocuparem mais com os riscos, provenientes da direção nas grandes cidades e também com os altos custos, decorrentes do uso e manutenção de veículos. Essa tendência

possivelmente refletirá nas quantidades futuras de produção de veículos. Nesse sentido, é fundamental qualificar as empresas para que possam atender as demandas do mercado, com identificação de possibilidades de novos mercados mais sustentáveis. Com base nesse aprendizado depreende-se que, no setor produtivo quem se preparar mais rápido e melhor poderá ganhar novos mercados.

É preciso avançar para uma economia sustentável (PCS) de forma gradativa, evitando rupturas no setor produtivo

O setor produtivo entende que o avanço para uma economia sustentável (PCS) deve se dar de forma gradativa, sem ruptura no setor produtivo. Dessa forma espera-se que se facilitará o processo de entendimento das mudanças em curso o qual acontecerá em mais ou menos tempo, dependendo da capacidade do governo e da sociedade.

Ainda se registra a percepção (do setor produtivo) de que, o governo está atrasado, em comparação ao setor produtivo e a sociedade civil, na implementação de programas que busquem maior sustentabilidade nos processos, como são os casos da Confederação Nacional de Indústrias (CNI), do Instituto Econômico de Desenvolvimento (IED) e da Bolsa de Valores, que possuem importantes programas nesse sentido, colocando o Brasil no bloco de frente dessas mudanças no mundo.

O Governo possui importante papel na liderança do processo de mudança

Ainda se observa que a motivação é individual, no sentido do que cada instituição já desenvolve, mas ainda pouco se pensa de forma a se considerar uma estratégia nacional, por meio de um plano de Estado.

Nesse sentido, considera-se fundamental o papel do governo para impulsionar para aonde o país deve caminhar. Já o papel do setor privado é instigar e cobrar do governo sua função protagonista. Por exemplo, compras sustentáveis, alguns ministérios têm outros não.

É preciso fortalecer a implantação das dimensões de sustentabilidade no país

O PPCS pode fortalecer a implantação das dimensões de sustentabilidade no país e, principalmente, contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro junto aos fóruns internacionais. Para tanto é primordial um planejamento estratégico para sua efetivação, em parceria com os diversos atores envolvidos

III. Diretrizes para o Segundo Ciclo do PPCS

Abaixo se encontram recomendações, por setor representado no PPCS, resultantes do processo de reflexão sobre o primeiro ciclo de implementação do PPCS, e que podem ser consideradas como diretrizes para o aumento de efetividade na implementação do próximo ciclo do PPCS.

Do governo:

- Que o tema da PCS alcance os dirigentes de hierarquia mais elevada da administração pública;

- Divulgar, conscientizar e capacitar. Sem estes mecanismos muitos gestores governamentais não implementam ações por não terem o conhecimento necessário;
- Maior divulgação do PPCS nas mídias e redes sociais para melhorar o entendimento e a participação da população visando a mudança de hábitos;
- Integração e compartilhamento das ações e resultados tanto do setor público como do privado;
- As empresas devem enxergar oportunidades nas questões ambientais. Hoje a questão ambiental representa risco para a atividade e os órgãos ambientais praticam o comando e controle, ao invés de incentivar práticas de produção mais sustentáveis.

Do Setor Privado

- Fortalecimento da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP) e/ou a criação de um órgão ou agência específica para cuidar da pauta de Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil;
- Deve-se considerar a estratégia de inovação tecnológica do país, alteração de nossa carteira de exportação, incentivo fiscal e investimentos em formação de capacidade técnica;
- Deve-se considerar o desenvolvimento dos mercados, incentivando no setor privado a adoção gradual de ferramentas e práticas de gestão mais simples, menos custosas e mais imediatas em sua aplicação, (considerando principalmente nas pequenas e médias empresas) como um novo rumo para padrões mais altos de produção e consumo sustentável e, por conseguinte, de competitividade;
- Facilitar o acesso de micro e pequenas empresas nas linhas de crédito, para o financiamento em PCS, não basta somente criar a linha de crédito, e desenvolver capacidade das empresas para seu acesso, considerando a sustentabilidade como oportunidade e não somente como risco/custo;
- A gestão de aspectos e impactos referentes a sustentabilidade das instituições pode se dar, por exemplo, pela demonstração de eficiência, melhoria de processos, sistemas de prevenção de poluição, tratamento de resíduos, indicadores ambientais facilmente comparáveis etc., e não são somente aqueles obtidos por meio de ACV;
- Definição e utilização de metodologias de mensuração e verificação dos critérios de sustentabilidade para produtos e serviços que abranjam diversas modalidades, dentre estas a auto declaração e não se restringirem apenas a rótulos, selos e certificações;
- Elaboração e promoção de manuais de boas práticas setoriais considerando as particularidades do setor, ou práticas de mercado consolidadas;
- Criação de mecanismo de comunicação pautado nos resultados das ações/projetos realizados, com maior divulgação do PPCS;
- Potencializar o papel de mobilizador do governo no processo de engajamento, debate, mensuração e publicação de resultados do PPCS junto aos atores sociais, tornando-os coparticipes do processo;
- Ampliar e amadurecer o debate acerca dos distintos eixos temáticos com a sociedade civil, levantando oportunidades relacionadas ao tema, antes de buscar a sua regulamentação.

Do Terceiro Setor:

- Aplicar a Economia Comportamental - é preciso destinar recursos para comunicação, na discussão de tributos de incentivo, desincentivo a determinadas práticas e produtos e realizar estudos para identificar padrões de consumo nas diferentes classes sociais e regiões do país;
- Sensibilizar e mobilizar os consumidores para o poder transformador da sociedade e do meio ambiente por meio da compra, uso e descarte de produtos ou serviços , por meio do envolvimento de formadores de opinião, dando o exemplo e mostrando os impactos positivos com resultados mensuráveis;
- Estimular o uso dos combustíveis renováveis gerando desonerações aos consumidores que devolvem energia à rede ou a geram em pequenas quantidades, ampliando a capacidade do sistema de evitar desperdícios e promover a eficiência energética.

5. Estratégias para o Segundo Ciclo por Eixos Temáticos

Os dez eixos temáticos que seguem são o resultado do processo de avaliação dos avanços realizados no 1º ciclo de implementação do PPCS (2011-2014) e do diálogo realizado com os distintos setores, considerando os contextos nacional, regional e global para a implementação de padrões mais sustentáveis de produção e de consumo no Brasil. O quadro abaixo sintetiza as estratégias identificadas em cada um dos dez eixos temáticos, os quais são detalhados nos textos que seguem.

EIXO TEMÁTICO	ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS CENÁRIOS DESEJADOS
COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	1) Fortalecimento da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
	2) Criação de um fórum permanente de diálogo entre os setores público e privado para promover o debate sobre o tema de produção e consumo sustentáveis;
	3) Definição e utilização de metodologias de mensuração e verificação dos critérios de sustentabilidade para produtos e serviços, em parceria com o setor privado e academia;
	4) Alinhamento das ações realizadas pelos governos federal e estaduais sobre compras públicas sustentáveis;
	5) Proposição de melhorias do arcabouço jurídico;
	6) Construção, de forma colaborativa, de rótulos, selos e normas com critérios ambientais, sociais e econômicos;
	7) Fomento à adoção de critérios de sustentabilidade em sua cadeia produtiva pelas empresas de grande porte;
	8) Conscientização da importância de incorporar a perspectiva socioambiental nas contratações públicas e privadas;
	9) Capacitação continuada de todos os envolvidos nas contratações públicas sustentáveis;
	10) Apoio à implementação de um sistema de informação para compras públicas sustentáveis.
FINANÇAS SUSTENTÁVEIS	1) Implementação e melhoria contínua de sistemas de gestão socioambiental;
	2) Aprimoramento e disseminação das melhores práticas de avaliação e mensuração de impactos sociais e ambientais;
	3) Realização de programas de treinamento e assistência técnica para formação de equipes qualificadas no sistema financeiro para avaliar e monitorar os riscos sociais e ambientais dos negócios;
	4) Desenvolvimento de iniciativas em políticas de estado e fiscais que estabelecessem os preços de atividades/produtos/serviços segundo seu impacto socioambiental, com tributação diferenciada, incentivos e regulação específica;
	5) Criação, em parcerias bancos/setor público, de novos instrumentos econômicos (benefícios financeiros, creditícios, etc) que viabilizem projetos socioambientais de longo prazo;
	6) Desenvolvimento dos mercados de carbono e energia, buscando a regulação desses mercados;
	7) Estimulo à criação, fortalecimento e ampliação de fundos socialmente responsáveis;
	8) Estimulo à criação, fortalecimento e ampliação de programas de microcrédito;
	9) Estimulo à criação de linhas de crédito, benefícios e incentivos fiscais para o desenvolvimento de tecnologias mais limpas;

	10) Estímulo ao desenvolvimento e oferta de seguros ambientais;
	11) Definição de critérios socioambientais para financiamentos e repasses de recursos públicos para projetos e obras;
	12) Estímulo a adoção da ABNT NBR 16001- Responsabilidade Social - Sistema de Gestão requisitos.
INDÚSTRIA SUSTENTÁVEL	1) Otimização do consumo de matérias-primas;
	2) Otimização do consumo de energia;
	3) Redução da emissão de gases de efeito estufa, seguindo as diretrizes do Plano Indústria;
	4) Intensificação da reutilização e da reciclagem de materiais;
	5) Maximização do uso sustentável de recursos renováveis;
	6) ; Melhoria dos atributos ambientais dos produtos
	7) Fomento a uma transição gradual para o modelo de economia circular.
	8) Potencializar os canais de comunicação com as partes interessadas e disseminação de boas práticas socioambientais
CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL	1) Fomento ao desenvolvimento do Programa PBQP-H para garantia da qualidade dos produtos e serviços da Construção Civil;
	2) Fomento ao desenvolvimento do PBE Edifica, no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE, para a etiquetagem voluntária do nível de eficiência energética de edifícios comerciais, de serviços e públicos;
	3) Fomento à parceria com Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, municípios e estados para a ampliação dos critérios de sustentabilidade nas habitações de interesse social;
	4) Apoio e fortalecimento do Projeto Esplanada Sustentável (PES);
	5) Apoio, em parceria com a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), dos programas no setor de construções sustentáveis, compreendendo: água, energia, resíduos, sistemas e materiais, mudanças climáticas, desenvolvimento humano, meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento urbano;
	6) Apoio a programas no setor construção civil nos temas de ecodesign e arquitetura sustentável; eficiência energética, uso racional da água, inovação tecnológica, redução de Gases de Efeito Estufa - GEE na cadeia de produção, infraestrutura urbana, valorização do trabalhador da construção civil, treinamento e melhoria da mão de obra, gestão da qualidade e de resíduos e conservação ambiental;
	7) Apoio e participação em programas no setor de construção sustentáveis, compreendendo os seguintes temas: água, energia, resíduos, sistemas e materiais, mudanças climáticas, desenvolvimento humano, meio ambiente infraestrutura e desenvolvimento urbano;
	8) Elaboração de guias e manuais que mostrem os impactos das escolhas de materiais, componentes e sistemas em construções sustentáveis, seja em reformas ou retrofits, de modo a induzir a utilização de técnicas e materiais de menor impacto socioambiental;
	9) Elaboração de estudos e publicações que promovam a adoção de práticas sustentáveis no setor da construção e nas edificações;

	10) Elaboração, em parceria com o CBCS/PNUMA, de estudos de referência com a metodologia de ACV e governança da área de Materiais e Componentes de Construção do PBACV (Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida), e discussão com atores estratégicos do setor, que permita a introdução acelerada de boas práticas de produção e consumo sustentáveis na cadeia produtiva da construção;
	11) Acompanhamento do desenvolvimento da indústria de reciclagem de resíduos da construção civil e a normatização dos produtos reciclados; DIRETRIZ
	12) Incentivo ao uso, por meio de linhas de crédito, financiamentos e subsídios, em edifícios e residências – prioritariamente em habitações de interesse social e obras públicas –, de sistemas de aproveitamento de energia solar, fotovoltaica e energia solar fototérmica, e energia eólica e outras formas de energias renováveis;
	13) Incentivo ao desenvolvimento de método de avaliação da acessibilidade aos sistemas de transportes em futuros empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, como recomendação ou normativa e contribuindo para a construção de cidades melhor adaptadas à sustentabilidade;
	14) Promoção de iniciativas de capacitação nos municípios com vistas a fomentar novos padrões de estruturação urbana, por meio do Plano Diretor de Mobilidade Urbana, e tendo em vista a implementação de Lei nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana;
	15) Apoio ao aperfeiçoamento do modelo de gestão do Fundo Socioambiental - FSA CAIXA de modo a fortalecer as políticas e programas de sustentabilidade para construções;
	16) Apoio ao desenvolvimento de especificações de desempenho dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS baseado na NBR 15575;
	17) Promoção de iniciativas visando a ampliar as fontes de energia participantes do sistema de compensação: fontes renováveis e cogeração qualificada DIRETRIZ;
	18) Fomento à criação de linhas de recursos não reembolsáveis específicas para projetos de pesquisa e inovação tecnológica focados em sistemas de aproveitamento da energia solar e biogás.
VAREJO SUSTENTÁVEL	1) Combate às perdas e ao desperdício de alimentos;
	2) Aumento da oferta de produtos mais sustentáveis;
	3) Estímulo à certificação e a selos que garantam Sustentabilidade e origem dos produtos;
	4) Diminuição das embalagens em excesso nos produtos;
	5) Apoio a produtores e fornecedores locais;
	6) Investimento em comunicação e mobilização, e envolvimento dos consumidores com a sustentabilidade;
	7) Implementação de programas de gestão dos resíduos;
	8) Ampliação do número de lojas ecoeficientes.

	9) Mudança de embalagens plásticas para embalagens alternativas para as compras
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	1) Combate ao desperdício e às perdas de alimentos;
	2) Aumento da oferta de produtos mais sustentáveis;
	3) Estímulo à certificação e a selos que garantam a qualidade e origem dos produtos;
	4) Apoio a produtores e fornecedores locais, especialmente aqueles em transição agroecológica ou produção orgânica;
	5) Fortalecimento da comunicação e sensibilização;
	6) Crédito e Financiamento especialmente aqueles específicos e apropriados para a produção agroecológica;
	7) Fortalecimento e ampliação da Assistência Técnica e Extensão Rural para uma agricultura sustentável;
	8) Programas de P&D para o desenvolvimento de tecnologias para transição para agroecologia;
	9) Outras ações: controle e gerenciamento dos impactos socioambientais na produção agrícola; incentivo ao desenvolvimento de produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais; e a racionalização da oferta de produtos, fazendo uso de entregas a granel com a redução do uso de embalagens.
CONSUMO SUSTENTÁVEL	1) Ampliação do debate para estimular padrões mais sustentáveis de consumo e sobre a (in)sustentabilidade dos atuais padrões em todos os setores da sociedade;
	2) Qualificação e divulgação de informação para subsidiar o debate sobre consumo;
	3) Ampliação do acesso aos bens, serviços e práticas sustentáveis para, além de priorizar o encorajamento para a escolha de bens e serviços mais sustentáveis, derrubar as barreiras para o acesso aos meios que possibilitem a mudança de comportamento;
	4) Identificação e incentivo a iniciativas sustentáveis inovadoras, além das práticas sustentáveis clássicas, em diversos setores da sociedade, desde iniciativas individuais ou de pequenos grupos coletivos de bairro até de pequenas, micro e grandes empresas;
	5) Regulação da publicidade e da comunicação mercadológica, e combate ao consumismo infantil para encorajar a adoção de padrões de consumo para o Desenvolvimento Sustentável.
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P -	1) Continuidade no crescimento de números de parceiros da A3P, com novos arranjos de governança e estratégias de municipalização diferenciadas, que sejam eficientes e adequadas para as distintas realidades do País;
	2) Articulação do Programa com o MPOG, com a criação, em caráter obrigatório, de unidades específicas para tratar do tema da sustentabilidade nas instituições públicas, e a criação de um Comitê Setorial para tratar da implementação da Agenda nos órgãos militares e de segurança;
	3) Fortalecimento das ações relacionadas aos eixos temáticos da A3P, especialmente no eixo de licitações sustentáveis;
	4) Criação de uma agenda permanente de cursos de capacitação, que incluam: 1) capacitação presencial e à distância, sobre os seis eixos temáticos da A3P, para as 27 unidades da federação; 2) formação de agentes multiplicadores; 3) cursos específicos de capacitação por eixo da

	Agenda; e 4) programa de intercâmbio entre as instituições; e ampliar as parcerias com outras instituições que promovam capacitação;
	5) Elaboração de materiais específicos de orientação da A3P por setor: a) municípios com até 50.000 habitantes; b) órgãos e entidades públicas; c) instituições financeiras; d) tribunais; e) empresas públicas; e f) universidades e institutos federais;
	6) Implantação do sistema de monitoramento online da A3P (Ressoa) e do Banco de Boas Práticas, com a publicação de relatórios regulares de impactos do Programa;
	7) Inclusão de ações da A3P junto às escolas públicas, em parceria com o MEC, para apoiar a implementação do projeto Escolas Sustentáveis;
	8) Elaboração de uma proposta de metodologia para certificação pública da A3P. A ideia é que, a partir da certificação, seja possível apoiar financeiramente projetos de sustentabilidade, ligados aos 6 eixos temáticos da A3P.
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1) Planejamento e Gestão para implementação da PNRS, em todos as esferas de governo, por meio dos planos nacional, estaduais, municipais e intermunicipais de resíduos sólidos;
	2) Coleta Seletiva dos resíduos, separados previamente na fonte geradora, como ação fundamental para a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos – RSU e instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
	3) Implementação de sistemas de compostagem;
	4) Logística reversa e reciclagem, com base na responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto - fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos;
	5) Análise do Ciclo de Vida do produto – ACV, para definir o perfil ambiental do produto ou processo, bem como possibilitar que os fluxos de matéria e energia envolvidos no ciclo de vida de um bem sejam medidos e relacionados a diversas categorias de impactos ambientais.
	6) Incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados (previsto na Lei Federal nº 12.305/2010);
	7) Incentivo à Economia Circular e incorporação de conceitos de ciclo de vida para embalagens e produtos visando o seu aproveitamento e reciclagem após o descarte.
RELATOS DE SUSTENTABILIDADE	1) Criação de condições para que empresas públicas que integram os Orçamentos de Investimentos da União, Estados e Municípios divulguem anualmente Relatos Corporativos de Sustentabilidade na modalidade Relate ou Explique, adotando roteiro compatível com o porte, materialidade e relevância dos impactos sociais e ambientais;
	2) Incentivo às grandes empresas de capital fechado (alterando a Lei nº 11.638/2007) e limitadas, de grande porte, a publicar informações financeiras e não financeiras;
	3) Criação de incentivos para divulgação integrada de informações não financeiras e financeiras, na modalidade Relate ou Explique, como critério para participação em compras públicas sustentáveis, política de incentivos fiscais e acesso facilitado ao crédito, licenciamento e

	concessões;
	4) Identificação de parâmetros de sustentabilidade setoriais e globais que permitam gerar compromissos voluntários com as associações empresariais e outras organizações da sociedade interessadas, cujo instrumento de verificação de desempenho em relação a esses compromissos sejam os Relatos Corporativos de Sustentabilidade;
	5) Utilização da capacidade de indução das agências reguladoras, considerando a aplicabilidade e a relevância quanto aos impactos sociais e ambientais dos setores regulados, para exigir e/ou recomendar a prática do Relato Corporativo de Sustentabilidade das empresas reguladas;
	6) Criação de plataforma digital, de acesso público, para disponibilizar banco de dados com as informações das organizações e dados oficiais do Governo, acolher relatos de boas práticas, documentos/materiais de divulgação, acolher acervo de informações necessárias ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), indicadores e metas, relacionados com os compromissos da base produtiva do País, com a melhoria do desempenho socioambiental e da governança das empresas, e acolher a divulgação de relatos, viabilizando o monitoramento estatístico pela sociedade e as partes interessadas;
	7) Consideração, de forma efetiva, da aplicação do sistema internacional XBRL (Extensible Business Reporting Language) - dicionário estruturado que explica o conjunto de conceitos utilizados por um país, um grupo de países ou um domínio particular (bancos, seguradoras, bolsa de valores);
	8) Adoção de medidas de estímulo ao relato das pequenas e microempresas (P&ME) na cadeia de valor das empresas públicas e privadas, por meio da modalidade Relate ou Explique, em processos compatíveis com o porte, materialidade e relevância quanto aos impactos sociais e ambientais, das P&ME;
	9) Proposição às instâncias pertinentes do Governo federal de um modelo de relato anual compatível com a natureza, materialidade, relevância e capacidade gerencial das suas organizações, bem como sua publicação no website do órgão;
	10) Início de processos de diálogos com setores específicos não contemplados no GT, de modo a ampliar o processo de escuta, engajamento e construção de uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade;
	11) Estabelecimento de mecanismo de governança como instrumento de coordenação e de diálogo permanente com as partes interessadas, com o objetivo de viabilizar uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade e para uma gestão integrada de recursos financeiros e não financeiros.



5.1 Compras Públicas Sustentáveis

Descrição e contexto

Compras públicas sustentáveis são os procedimentos administrativos formais que contribuem para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras.

Segundo o Art. 3º da Lei No 8.666/1993, Licitação Sustentável é aquela que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. (Redação dada pela Lei no 12.349, de 2010).

De forma geral no mundo, as estruturas administrativas governamentais são responsáveis por uma grande parcela da movimentação na economia de seus países. O governo, normalmente, é o principal consumidor da economia nacional.

Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, África do Sul, foi elaborado um plano de implementação que incita autoridades a levar em consideração o desenvolvimento sustentável em suas tomadas de decisões. Nesse sentido, o documento explicita a importância das licitações "... englobando ações para promover políticas de licitação pública que incentivem o desenvolvimento e a difusão de bens e serviços ambientais saudáveis".

No Brasil, tal prática já vem sendo adotada há pelo menos sete anos, em iniciativas estaduais e no Governo Federal, como , por exemplo, cita-se os casos dos estados de São Paulo (Decreto Estadual nº 50.170/2005) e de Minas Gerais (Decretos Estaduais nº 44.903/2008 e nº 46.105/2012), que usam de forma sistemática o poder de compra do Estado como instrumento de política pública, voltado para a ampliação de práticas de sustentabilidade do setor produtivo brasileiro.

Prova desses avanços consiste na busca constante por parte dos governos em aprimorar seus mecanismos de compras e contratações, a partir da inserção de requisitos de sustentabilidade nos processos administrativos. Para tanto, a vontade política e o empreendimento de esforços por parte dos gestores públicos têm se demonstrado essenciais à viabilização das compras e contratações sustentáveis. No ANEXO 1 se apresenta um análise sucinta sobre o eixo temático.

Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

O 2º Ciclo do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS tem o intuito de continuar fomentando dinâmicas e ações que mudem o atual paradigma de produção e consumo, de forma a contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade brasileira. Nesse sentido, o Governo Federal entendeu que não é suficiente definir normas de conduta responsável para o setor público e, por indução, para o setor privado, todavia, deve assumir uma posição de liderança e, ao mesmo tempo,

dar exemplo de gestão socioambiental mais eficiente, capaz de induzir grandes transformações em prol da sustentabilidade no setor produtivo. Para isso é importante ampliar as compras públicas sustentáveis no âmbito da administração pública e incentivar as empresas a ampliarem, também, seu portfólio de produtos e serviços sustentáveis.

DIRETRIZES para a Implementação do Segundo Ciclo do PPCS

- Garantir transparência, agilidade e padronização dos processos e nos requisitos de sustentabilidade;
- Estimular que nos processos de compras sejam incorporados os aspectos sociais e ambientais, não somente por que o Governo Federal reconhece sua responsabilidade de proteção ao meio ambiente, mas porque reconhece sua habilidade no uso do poder do Estado para promover produtos com melhor desempenho ambiental, geração de emprego e o bem estar da população;
- Utilizar o poder de compra de modo estratégico de forma a fomentar as políticas públicas já existentes, tais como a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Política Nacional de Habitação (PNH), a Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB) e a Política Nacional de Recursos Hídricos, dentre outras;
- Estimular que o setor produtivo passe a incorporar aspectos ambientais e sociais nos seus processos produtivos e de suprimentos, por meio de exigências de critérios de sustentabilidade, inseridos nas compras públicas;
- Fomentar a perspectiva socioambiental e de inovação nas contratações privadas;
- Promover o diálogo entre as instituições envolvidas para discussão de lições aprendidas e para a implantação de ferramentas mais eficazes de compras e contratações com critérios de sustentabilidade;
- Fortalecer os instrumentos de comando e controle existentes e desenvolver novos que promovam a ampliação das compras públicas sustentáveis no âmbito Federal e Estadual;
- Estimular a capacitação permanente e contínua dos servidores atuantes nos setores de licitações, contratos, suprimentos, almoxarifado, apoio jurídico e demais envolvidos nos processos licitatórios em geral;
- Promover o alinhamento das ações realizadas pelos governos federal e estaduais sobre compras públicas sustentáveis.

Estratégias para para o Segundo Ciclo do PPCS

As estratégias identificadas para avançar rumo ao cenário almejado, foram organizadas em função da previsão de implementação no curto, médio e longo prazos, conforme descritas abaixo.

Curto prazo:

- 1) Fortalecimento da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

- 2) Criação de um fórum permanente de diálogo entre os setores público, privado e academia para promover o debate sobre o tema de Produção e Consumo Sustentáveis; Definição e utilização de metodologias de mensuração e verificação dos critérios de sustentabilidade para produtos e serviços, com suporte de profissionais e instituições que indiquem a forma correta de incluir as exigências de cunho social e ambiental, e verificar o seu atendimento após a contratação, garantindo-se a preservação da competitividade e a legalidade. No caso da União, essas orientações devem ser prestadas pela Advocacia Geral da União – AGU e pelo Tribunal de Contas da União – TCU, com apoio técnico da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, juntamente com os setores envolvidos nos objetos das especificações técnicas;
- 3) Proposição de melhorias do arcabouço jurídico a fim de fortalecer os instrumentos de comando e controle existentes, e desenvolver novos, que promovam o aumento das compras públicas sustentáveis nos âmbitos federal e estadual.

Médio prazo:

- 4) Construção, de forma colaborativa e inclusiva, de rótulos, selos e normas com critérios ambientais, sociais e econômicos, dentro da estrutura do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade do INMETRO;
- 5) Fomento à adoção de critérios de sustentabilidade pelas empresas de grande porte em suas cadeias produtivas;
- 6) Conscientização da importância de incorporar a perspectiva socioambiental nas contratações públicas e privadas;

Longo prazo:

- 7) Capacitação continuada dos responsáveis envolvidos nas contratações públicas sustentáveis, nas áreas de compras, fiscalização e planejamento, bem como dos fornecedores de bens e serviços para a administração pública; e
- 8) Apoio à implementação de um sistema de informação capaz de gerar uma base de dados para as compras públicas sustentáveis.

Para tanto, foram identificadas ações que contribuem com esse objetivo e que devem ser exploradas na continuidade da implementação do PPCS:

- (i) preparar, com o auxílio dos setores industriais e de serviços, fichas técnicas com requisitos mínimos para a aquisição de bens/serviços com melhor perfil socioambiental;
- (iv) estimular os órgãos das administração pública a introduzir o plano de compras sustentáveis anual nos Planos de Logística Sustentável;
- (v) apoiar a implementação de um sistema de informação para gerar uma base de dados para as compras públicas sustentáveis;
- (vi) implementar um modelo eletrônico de pesquisa (anual) sobre as compras públicas sustentáveis;
- (vii) elaborar diagnósticos sobre as compras públicas sustentáveis no Brasil para subsidiar novas propostas de políticas públicas para implementar uma estrutura de contratações

sustentáveis entre os Estados e Municípios;

(viii) capacitar os responsáveis envolvidos nas contratações públicas sustentáveis (áreas de compras, fiscalização e fornecedores, incluindo MPE);

(ix) Fomento a implementação de sistema de gestão de responsabilidade nas empresas.



5.2 Finanças Sustentáveis

Descrição e contexto

O princípio básico das finanças sustentáveis é a integração de critérios sociais e ambientais, além dos econômicos, às atividades, produtos, serviços e relacionamentos das organizações, o que significa, por exemplo, analisar o risco socioambiental na hora de conceder créditos.

As instituições do setor financeiro são responsáveis pela gestão dos recursos que movimentam toda a economia e, como tal, têm potencial para contribuir significativamente com o desenvolvimento sustentável. A consciência sobre esse papel tem feito com que as finanças sustentáveis ganhem cada vez mais relevância no cenário nacional e internacional.

Dessa forma, o setor financeiro está cada vez mais sensível ao tema da incorporação das variáveis socioambientais em suas práticas de negócios, reconhecendo e assumindo seu papel de veículo do desenvolvimento sustentável, por meio da participação de bancos, companhias seguradoras e fundos de pensão em iniciativas como o Pacto Global, os Princípios para o Investimento Responsável, os Princípios do Equador e o *Carbon Disclosure Project*. Outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central (cooperativas de crédito, financeiras, agências de fomentos, sociedades de crédito mercantil, entre outras) têm incorporado variáveis socioambientais em suas práticas de negócios.

Um número crescente de ferramentas de gestão e transparência (como os relatórios) procuram explicitar a relevância estratégica de políticas de sustentabilidade no setor financeiro, enquanto a análise de investimento agrega novas variáveis ao processo decisório, fundamentalmente ligadas às questões de governança corporativa e responsabilidade socioambiental. No ANEXO 2 se apresenta uma análise sucinta sobre o eixo temático.

Cenário almejado para o Segundo Ciclo do PPCS

Entende-se que é fundamental para alcance dos objetivos do segundo ciclo do PPCS que se alavaque, de modo negociado, voluntário e planejado, a internalização da variável socioambiental nas atividades, tanto internas quanto externas, desenvolvidas pelas entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Nesse sentido, a contribuição da comunidade financeira pode estar na indicação de que empresas, governos e cidadãos devem alinhar a alocação de recursos ao conceito de sustentabilidade, que sugere que, no longo prazo, não há sociedade desenvolvida com empresas fracas, nem empresas vencedoras em sociedades derrotadas. Isto pode ser visto como uma extensão natural da ênfase usual da gestão financeira corporativa em criação de valor, passando-se a considerar, na discussão sobre *value drivers* das organizações, um

conjunto maior de grupos de interesse.

Cabe destacar, ainda, que a sustentabilidade corporativa pode ser inserida no setor financeiro de diversas formas, como na criação de novos produtos, com características específicas ligadas à inclusão social ou à preservação ambiental; no aperfeiçoamento de processos existentes, como a inserção de variáveis socioambientais na avaliação de risco de crédito, nas decisões de financiamento e alocação de recursos e, ainda, na adoção de critérios de sustentabilidade para o desenvolvimento e seleção de fornecedores.

Diretrizes:

- Articular esforços entre as diferentes esferas de governo, as empresas e a sociedade direcionando o Sistema Financeiro Brasileiro para uma trajetória mais sustentável;
- Fomentar na comunidade financeira o direcionamento de recursos para as atividades produtivas alinhadas com o conceito de finanças sustentáveis;
- Imprimir esforços de articulação entre instituições de financiamento, formuladores de políticas e controladores de sistemas financeiros para financiar uma economia verde inclusiva de forma mais eficaz;
- Fomentar esforços com vistas a incorporar critérios socioambientais ao processo de tomada de decisão financeira.

Estratégias para Implementação do Segundo Ciclo do PPCS

- 1) Implementação e melhoria contínua de sistemas de gestão socioambiental e fomento à adoção da ABNT NBR 16001 – Responsabilidade Social-Sistema de Gestão – Requisitos e gradual obtenção de sua certificação por organismos acreditados pelo INMETRO;
- 2) Aprimoramento e disseminação das melhores práticas de avaliação e mensuração de impactos sociais e ambientais;
- 3) Realização de programas de treinamento e assistência técnica para formação de equipes qualificadas no sistema financeiro para avaliar e monitorar os riscos sociais e ambientais dos negócios;
- 4) Desenvolvimento conjunto, entre o setor financeiro, o público e o produtivo, de iniciativas em políticas de estado e fiscais que estabelecessem os preços de atividades/produtos/serviços segundo seu impacto socioambiental, com tributação diferenciada, incentivos e regulação específica, com o objetivo de viabilizar economicamente produtos com impacto ambiental reduzido;
- 5) Criação, em parcerias bancos/setor público, de novos instrumentos econômicos que viabilizem projetos socioambientais de longo prazo, com garantias de fundos institucionais e/ou subscrição parcial de emissão de títulos por bancos de desenvolvimento, com suporte técnico de instituições multilaterais – Banco Mundial, IFC etc., com retorno financeiro e ambiental adequados ao investidor e ao emprestador, além da estabilidade de regras e segurança jurídica;
- 6) Agregação de esforços com o setor público na intenção de desenvolver soluções para os gargalos que impedem o pleno desenvolvimento dos mercados de carbono e energia,

buscando a regulação desses mercados;

7) Estímulo à criação de fundos socialmente responsáveis, em consonância com a tendência mundial da emissão dos títulos verdes, com o objetivo de aplicação em projetos com temáticas socioambientais, garantindo rentabilidades atrativas para os investidores;

8) Estímulo à criação e ampliação de programas de microcrédito;

9) Estímulo à criação de linhas de crédito, benefícios e incentivos fiscais para o desenvolvimento de tecnologias mais limpas e modelos de negócio sustentáveis;

10) Estímulo ao desenvolvimento e oferta de seguros ambientais.

11) Definição de critérios socioambientais para financiamentos e repasses de recursos públicos para projetos e obras; e

12) Estímulo a elaboração de relatórios corporativos de sustentabilidade, por meio de divulgação de modelos, relatórios e planilhas de preenchimento automatizadas, visando a evidenciação dos principais indicadores socioambientais a serem reportados.



5.3 Indústria Sustentável

Descrição e contexto

O conceito de indústria sustentável se remete a adoção de projetos sustentáveis com vistas à geração de energia limpa e renovável, além de medidas de ordens sociais e ambientais que possam ser vantajosas para a perspectiva ambiental, econômica e social.

Economias bem-sucedidas no processo de industrialização são aquelas que atingem um estágio de desenvolvimento industrial em que são capazes de desenvolver e absorver novas tecnologias e disseminar as mudanças tecnológicas para todo o resto da economia.

Por outro lado, estruturas industriais onde a renda obtida com exportação é prioritariamente oriunda de processos que demandam o uso intensivo dos recursos naturais e mão de obra não qualificada, podem se mostrar insuficientes para sustentar o crescimento de longo prazo. Os estímulos gerados pelo crescimento baseado na abundância de recursos são limitados para promover uma mudança estrutural, além de torná-lo mais vulnerável às mudanças na economia internacional e ao comportamento da demanda externa.

A indústria desempenha um papel extremamente relevante na economia brasileira, responsável por cerca de 13%¹⁴ de toda a riqueza produzida no País. No Brasil, por categoria de uso, essa atividade divide-se em indústrias de bens de capital, bens intermediários, bens de consumo duráveis, semiduráveis e não duráveis. Por setores, a indústria brasileira divide-se em indústrias extrativas minerais (com destaque para as indústrias de extração de petróleo e gás natural, além das indústrias de extração de minério de ferro); indústrias de transformação (com os maiores faturamentos nas indústrias de alimentos e bebidas, têxteis, vestuário, madeira, calçados e couros); indústrias de produção e distribuição de eletricidade, gás e água; e as indústrias de construção. De forma geral, pode-se definir sustentabilidade como sendo a inserção da variável socioambiental nos modelos de crescimento econômico. A questão ambiental deixa de ser tratada como uma restrição, e passa a ser interpretada como um ponto necessário, avaliado e estrategicamente tratado. Já, nos termos do Processo de Marrakesh, "produção sustentável" pode ser entendida como sendo a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar impactos ambientais e sociais.

Nessa perspectiva e prioritária a integração entre a política nacional de desenvolvimento sustentável com a política industrial, voltada para a racionalidade no uso dos recursos naturais e inovação nos processos de produção. Além disso, é necessário compatibilizar a política industrial com as políticas macroeconômicas, de competitividade (como política de defesa da concorrência) e regulatórias (como direitos de propriedade autorais, mercado de trabalho, transferência tecnológica e proteção do meio ambiente). No ANEXO 3 se apresenta uma análise sucinta sobre o eixo temático.

Cenário almejado e estratégias para sua realização

O grande desafio a ser enfrentado durante a implementação do 2º ciclo do PPCS será o delineamento de instrumentos capazes de adequar o planejamento governamental que, em conjunto com outras iniciativas da sociedade civil e da área empresarial, contribuam na reversão de tendências restritivas à melhoria do bem-estar da população brasileira dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável.

Considerando que, na maioria das sociedades boa parte das necessidades e desejos são atendidos por produtos e serviços, a minimização dos impactos socioambientais deverá necessariamente incluir a trajetória dos produtos, desde a extração dos recursos necessários à sua produção, passando por todos os elos da cadeia produtiva e seguindo pela distribuição, comercialização, uso e destinação final - uma análise de perspectiva de ciclo de vida (termo adotado na nova ISO 14001) dos processos produtivos. Nesse sentido, o planejamento estratégico de uma organização deve ter o foco na produção e consumo sustentáveis.

Do ponto de vista dos efeitos provocados pela produção industrial no meio ambiente, há que se destacar conceitos relevantes na construção desta estratégia que conduzirá a execução das ações e iniciativas do 2º ciclo do PPCS conceitos relevantes, tais como o da produção mais limpa (P+L), ecoeficiência, perspectiva do ciclo de vida, sustentabilidade ao longo da cadeia de suprimentos (*Green Supply Chain*) e logística reversa, como sendo elementos fundamentais para a elaboração e execução de um plano de sustentabilidade nas empresas.

Além dos conceitos tecnológicos já conhecidos e consolidados na indústria brasileira, é importante atentar para novos modelos de negócio que podem proporcionar ganhos de eficiência e sustentabilidade na indústria. A Economia Circular, por exemplo, é um conceito inovador que pressupõe a substituição do modelo linear de produção (baseado em extração, produção e consumo) por um modelo fundamentado na gestão do fluxo de materiais por meio de design de produto, logística reversa, inovação do modelo de negócios e colaboração intersetorial, proporcionando o aproveitamento mais eficiente possível dos recursos naturais, dos materiais e dos produtos finais e propondo uma quebra de paradigma onde o “uso” substitui o “consumo”. Outra estratégia relevante para desenvolvimento da atividade industrial de menor impacto socioambiental passa pela descentralização da produção industrial nacional por incentivos ao consumo de produtos locais, ao desenvolvimento de novos negócios por meio de micro e pequenos empreendedores ligados a atividades industriais ou de transformação, além do desenvolvimento de mecanismos de prevenção do processo de concentração de negócios e renda em grandes grupos industriais. Tais mecanismos devem auxiliar o desenvolvimento, portanto, de um contexto favorável à produção e consumo de bens industrializados de maneira descentralizada, que incentive, por sua vez, um ambiente de negócios nesse setor, com especial enfoque a micro e pequenos empreendedores em atividades industriais demandantes de tecnologias já consolidadas, a exemplo da agroindústria. Em relação às questões tecnológicas, que são determinantes do sucesso no setor industrial, ciclos futuros do presente programa podem buscar incentivar mecanismos de pesquisa aberta, em parceria com universidades e centros de pesquisa, a fim de fornecer capital tecnológico aos pequenos negócios industriais.

Estratégias para a Implementação do Segundo Ciclo do PPCS

Avançar a agenda de sustentabilidade nos setores industriais passa por considerar estratégias que, ao mesmo tempo, contribuam para aumentar a eficiência das empresas, reduzam os custos de produção e melhorem sua competitividade, ajudem a proteger o meio ambiente e a aumentar a qualidade de vida das pessoas:

- 1) Otimização do consumo de matérias-primas;
- 2) Otimização do consumo de energia;
- 3) Redução da emissão de gases de efeito estufa e da geração de resíduos;
- 4) Intensificação do reuso e da reciclagem de materiais e do uso de materiais reciclados quando possível;
- 5) Maximização do uso sustentável de recursos renováveis;
- 6) Melhoria de atributos ambientais dos produtos;
- 7) Fomento a uma transição gradual para o modelo de economia circular.
- 8) Potencializar os canais de comunicação com as partes interessadas e disseminação de boas práticas socioambientais; e
- 9) Estabelecer um grupo de trabalho com as partes interessadas para avaliação dos itens de produção que acarretam mais gastos de recursos naturais sem agregar valor a sociedade.

Além desses, outros três elementos transversais devem sempre ser levados em consideração: (i) formas de capilarização/descentralização (federalização) da agenda, (ii) estratégia de comunicação, (iii) estratégia de monitoramento e avaliação; (iv) estratégia de inovação tecnológica; (v) incentivo fiscal e investimentos; (vi) formação de capacidade técnica.

Por fim, é necessário o esforço de todos os representantes da indústria e dos demais setores que possuem alinhamento com os temas tratados, no sentido de contribuírem de forma efetiva na busca de soluções e na geração de ideias inovadoras que possam ajudar no desenvolvimento de ações e iniciativas para a implementação das diretrizes identificadas.



5.4 Construção Sustentável

Descrição e contexto

O conceito de Construção Sustentável refere-se ao desempenho de sustentabilidade dos edifícios ao longo de todo o seu ciclo de vida, incluindo design, produção de materiais, transporte, construção, uso e manutenção, renovação, desconstrução e reciclagem. Por meio desse conceito se busca otimizar o desempenho e reduzir os impactos negativos em relação ao uso de materiais, energia, água e terra, bem como a qualidade e conforto do ar interior e a geração de resíduos, águas residuais e emissões atmosféricas, incluindo gases de efeito estufa, partículas e Outros poluentes.

Construção Sustentável

No âmbito da Agenda 21, a construção sustentável é definida como: "um processo holístico que aspira a restauração e manutenção da harmonia entre os ambientes natural e construído, e à criação de assentamentos que afirmem a dignidade humana e encorajem a equidade econômica".

O setor da construção civil representa 10,5% do PIB brasileiro e as empresas do setor da construção empregam cerca de 2,6 milhões de pessoas (IBGE, 2016). Conforme o Conselho Internacional da Construção – CIB aponta a indústria da construção como o setor de atividades humanas que mais consome recursos naturais e utiliza energia de forma intensiva, gerando consideráveis impactos ambientais. Além dos impactos relacionados ao consumo de materiais e energia, há aqueles associados à geração de resíduos, efluentes e emissões.

O Brasil ocupa atualmente o quarto lugar entre os que mais produzem prédios verdes no mundo, atrás apenas de EUA, China e Emirados Árabes, segundo a USGBC (United States Green Building Council), responsável pelo selo de construção responsável mais respeitado, o LEED (Liderança em Energia e Design Ambiental, em português).

Tal posição no cenário da construção sustentável mundial se deve as iniciativas desenvolvidas no Brasil, relativas à sustentabilidade que agregaram conteúdo e valor à temática, de acordo com as demandas da própria sociedade, como são os casos do

Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H, do Sistema de Qualificação Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC); e do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT). Outra iniciativa de grande importância para a certificação de edificações públicas é o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, em seu componente dedicado às Edificações, que trabalha com etiquetagem voluntária de eficiência em edifícios públicos e comerciais.

Considerando que, estima-se a necessidade de mais de um bilhão de novas casas no mundo para satisfazer uma população crescente e cada vez mais urbana para o ano de 2050 e que, no Brasil, o déficit habitacional é de aproximadamente cinco milhões e meio de domicílios, é fundamental proporcionar o aumento da sustentabilidade nesse setor, incentivando estilos de vida mais compatíveis com as premissas da sustentabilidade. No

ANEXO 4 se apresenta uma análise sucinta sobre o eixo temático.

Cenário almejado e estratégias para sua realização

A expectativa para o 2º ciclo do PPCS é que, a experiência de indução do setor da construção civil seja reforçada por meio da adoção de práticas que melhorem o desempenho socioambiental, desde o projeto até a construção efetiva, passando por criteriosa seleção de materiais e alternativas menos impactantes ao ambiente e à saúde humana.

No âmbito das edificações, a redução do consumo de matérias-primas é uma prioridade. A promoção da industrialização da construção permitirá reduzir as perdas e, em consequência, os impactos ambientais da construção, além da redução de resíduos. A sustentabilidade depende da inovação. A criação de um programa de fomento à ecoinovação tem um potencial significativo de retorno ambiental e de ganho de competitividade da indústria (CBCS, 2014).

O papel das políticas públicas em superar barreiras e realizar programas é essencial. Para tanto, uma visão integrada e estratégica do setor faz-se necessária. Os relatórios dedicados ao assunto abordam as necessidades e apresentam recomendações organizadas em três grupos: ações institucionais de planejamento e gestão, ações de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, e ações de sensibilização e capacitação profissional.

Dessa forma, ratifica-se a necessidade de apoiar a adoção das metas em cidades e assentamentos humanos de modo a superar as demandas do setor como um todo: ampliação de conhecimento, campanhas de esclarecimento e sensibilização da população, capacitação técnica dos profissionais que atuam no setor; ferramentas específicas; incentivos e linhas de financiamentos específicos; legislação e regulamentos específicos, entre outros.

Para tal, identifica-se a necessidade de focar na parceria entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil, que possibilitem, considerando a disponibilidade de insumos e matérias-primas, e as especificidades de cada região.

Diretrizes:

- Incentivar mudanças do processo produtivo convencional na direção de projetos integrados flexíveis, com possibilidade de readequação para futuras mudanças de uso e atendimento de novas necessidades, reduzindo as demolições;
- Buscar soluções inovadoras, que promovam o uso racional de energia ou de energia renováveis e cogeração qualificada;
- Fomentar a gestão racional e eficiente da água;
- Promover a redução e/ou eliminação do uso de matérias com alto impacto ambiental;
- Incentivar a redução dos resíduos da construção, com modulação de componentes, para diminuir perdas, e especificações que permitam a reutilização de materiais;
- Promover projetos colaborativos, empregando Tecnologia da Informação na Construção (TIC);
- Fomentar o desenvolvimento de métodos de Avaliação do Ciclo de Vida (ACV);
- Incentivar modelos e ferramentas para a avaliação de desempenho de edifícios, infraestrutura e suas partes, incluindo métodos e equipamentos de ensaio;

- Fomentar modelos de sistema de gestão do conhecimento que sirvam de suporte para a implantação de Sistema de Códigos de Práticas Nacional;
- Promover o desenvolvimento de pesquisas sobre aplicação de Tecnologias da Informação na construção, desde o projeto até a construção, operação e manutenção de edifícios e infraestruturas;
- Incentivar o desenvolvimento de materiais, componentes, equipamentos e sistemas ecoeficientes;
- Fomentar o desenvolvimento de sistemas de produção, envolvendo temas como: gestão de custos, prazos e riscos; gestão de pessoas; logística e gestão de suprimentos; e produção enxuta;
- Promover a geração e disseminação de informações sobre métodos e ferramentas para a gestão do uso, operação e manutenção; e
- Incentivar o desenvolvimento de métodos e ferramentas para conforto ambiental e de energia na escala urbana;
- Incentivar linhas de crédito, financiamentos e subsídios, para sistemas de aproveitamento de energia solar, energia eólica, bem como e outras formas de energias renováveis prioritariamente em habitações de interesse social e obras públicas imóvel e da região.

Estratégias para para o Segundo Ciclo do PPCS

Para o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, no eixo de construções sustentáveis, foram identificadas como estratégias e ações para o 2º ciclo de implementação:

1) Fomento ao desenvolvimento do Programa PBQP-H para garantia da qualidade dos produtos e serviços da Construção Civil, por meio do Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação - CTECH, com especial enfoque aos sistemas:

- Sistema de Avaliação da Conformidade de Serviços e Obras – SIAC;
- Sistema de Qualificação Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos – SiMaC; e
- Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores – SiNAT.
- Sinmetro – Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial do Conmetro, envolvendo: avaliação, conformidade, normalização e metrologia.

2) Fomento ao desenvolvimento do PBE Edifica¹⁵, no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE, para a etiquetagem voluntária do nível de eficiência energética de edifícios comerciais, de serviços e públicos, conforme o modelo do Regulamento Técnico da Qualidade elaborado por MME/Eletróbrás/INMETRO:

- Fomento de uma infraestrutura de certificação de desempenho energético operacional, incluindo: benchmarks de consumo energético e modelos de Lei de Transparência, para adoção por

¹⁵ As informações referentes ao PBE podem ser encontradas na página Legal do programa ([www.inmetro.gov.br / pbe](http://www.inmetro.gov.br/pbe))

Projeto Esplanada Sustentável

O Projeto Esplanada Sustentável (PES), estabelecido pela Portaria Interministerial nº 244/2012, é uma iniciativa conjunta de quatro Ministérios: Planejamento; Meio Ambiente; Minas e Energia; e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem por objetivo principal incentivar órgãos e instituições públicas federais a adotarem modelo de gestão organizacional e de processos estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal:

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento/esplanada-sustentavel>

- municípios relevantes; Aumentar a abrangência e a efetividade de avaliação de eficiência de sistemas de ar-condicionado e equipamentos eletrônicos
- 3) Fomento à parceria com Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, municípios e estados para a ampliação dos critérios de sustentabilidade nas habitações de interesse social e na terceira fase do Programa Minha, Minha Vida – PMCMV3;
 - 4) Apoio e fortalecimento do Projeto Esplanada Sustentável (PES);
 - 5) Apoio, em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e demais entidades representantes da cadeia produtiva, dos programas no setor de construções sustentáveis, compreendendo: água, energia, resíduos, sistemas e materiais, mudanças climáticas, desenvolvimento humano, meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento urbano;
 - 6) Apoio a programas no setor construção civil nos temas de **ecodesign** e arquitetura amiga do meio ambiente; eficiência energética, uso racional da água, inovação tecnológica, redução de Gases de Efeito Estufa - GEE na cadeia de produção, infraestrutura urbana, valorização do trabalhador da construção civil, treinamento e melhoria da mão de obra, gestão da qualidade e de resíduos e conservação ambiental;
 - 7) Apoio e participação em programas no setor de construção sustentáveis, compreendendo os seguintes temas: água, energia, resíduos, sistemas e materiais, mudanças climáticas, desenvolvimento humano, meio ambiente infraestrutura e desenvolvimento urbano;
 - 8) Elaboração de guias e manuais que mostrem os impactos das escolhas de materiais, componentes e sistemas em construções sustentáveis, seja em reformas ou retrofits, de modo a induzir a utilização de técnicas e materiais de menor impactos socioambiental;
 - 9) Elaboração de estudos e publicações que promovam a adoção de práticas sustentáveis no setor da construção e nas edificações;
 - 10) Elaboração, em parceria com o CBCS/PNUMA, IBICT, INMETRO, entidades representativas da indústria, CBIC, Abramat e UNB, de **estudos de referência** com a metodologia de ACV e governança da área de Materiais e Componentes de Construção do Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida (PBACV), e discussão com atores estratégicos do setor, que permita a introdução acelerada de boas práticas de produção e consumo sustentáveis na cadeia produtiva da construção;
 - 11) Acompanhamento do desenvolvimento da indústria de reciclagem de **resíduos da construção civil** e a normatização dos produtos reciclados;
 - 13) Incentivo ao desenvolvimento de método de avaliação da acessibilidade aos sistemas de transportes em futuros empreendimento de programas habitacionais, como Minha Casa Minha Vida – PMCMV, podendo tornar-se recomendação ou normativa e contribuindo para a construção de cidades melhor adaptadas à sustentabilidade;
 - 14) Promoção de iniciativas de capacitação nos municípios com vistas a fomentar novos padrões de estruturação urbana, por meio do Plano Diretor de Mobilidade Urbana, e tendo em vista a implementação de Lei nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana;
 - 15) Apoio ao aperfeiçoamento do modelo de gestão do Fundo Socioambiental - FSA CAIXA de modo a fortalecer as políticas e programas de sustentabilidade para construções;

- 16) Apoio ao desenvolvimento de **especificações de desempenho** dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS baseado na NBR 15575;
- 18) Fomento à criação de linhas de recursos não reembolsáveis específicas para projetos de **pesquisa e inovação tecnológica** focados em sistemas de aproveitamento da energia solar e biogás.
- 19) Promoção de sistemas de construção modular;
- 20) Previsão em projeto e desenvolvimento do processo de desconstrução dos sistemas ao final da vida útil;
- 21) Criação de ferramentas para determinação da vida útil do projeto;
- 22) Atualizar, ampliar e implementar programas de gestão da demanda de água; Promover planos regionais e municipais de conservação de água; Aperfeiçoar o arcabouço institucional e legal (leis, decretos, regulamentos, portarias e normas); Planejar a implantação de programas de substituição e adequação de sistemas e equipamentos sanitários;
- 23) Incentivar a implantação de programas de capacitação, qualificação e especialização de profissionais, considerando:
- Fomento para ampliação e abrangência em nível nacional de capacitação técnica dos profissionais da construção, de maneira a garantir uma construção sustentável em todos os segmentos da construção em todo o país;
 - Criação de programas de educação continuada;
 - Atualização das grades curriculares das áreas de engenharia e arquitetura;



5.5 Varejo Sustentável

Englobando todas as atividades envolvidas na comercialização de bens ou serviços diretamente aos consumidores finais, o varejo está estrategicamente localizado entre estes e os fornecedores, o que lhe confere um papel de fundamental importância como intermediador na cadeia de suprimentos.

Por ser um importante elo de ligação, o varejo tem capacidade de promover mudanças em prol da sustentabilidade. As atividades do varejo, pelo lado da produção ou da oferta, contribuem com 5-10% dos impactos ambientais da cadeia, enquanto os demais 90-95% dos impactos são gerados pela cadeia de suprimentos e transporte dos produtos (*Conservation International e Food Marketing Institute apud CARDOSO, 2008*). Dessa forma, o varejo pode impulsionar a sustentabilidade ao adotar critérios de compra que superem o tradicional binômio preço-qualidade, incentivando seus fornecedores a desenvolver produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais.

Pelo lado da demanda, o varejo tem a possibilidade de auxiliar os consumidores a utilizarem critérios socioambientais em suas decisões de compra, tanto disponibilizando produtos mais sustentáveis como fornecendo informações no ponto-de-venda.

Assim, seja por meio da oferta de produtos mais sustentáveis, da mobilização da cadeia produtiva ou pela conscientização e informação dos seus consumidores, o setor varejista pode efetivamente contribuir para a minimização de impactos sociais e ambientais da produção e do consumo.

O varejo é um setor estratégico no sentido de tornar os padrões de produção e consumo no país mais sustentáveis. Por isso, no processo de construção do 2º Ciclo do PPCS, considera-se fundamental fortalecer o diálogo e a mobilização, e estimular novas parcerias. Para tal fim, são descritas a seguir algumas linhas de ação que visam ao avanço da sustentabilidade no setor varejista no Brasil. No ANEXO 5 se apresenta uma análise sucinta sobre o eixo temático. No ANEXO 5 se apresenta uma análise sucinta sobre o eixo temático.

Cenário desejado e estratégias para sua realização

Posicionar o varejo como centro de disseminação de valores sustentáveis para a comunidade em que está localizado: apesar das diversas iniciativas sistemáticas e voluntárias das empresas, do governo e da sociedade civil, ainda há uma lacuna, uma falta de conexão entre o discurso e a prática da sustentabilidade.

Para que as diversas empresas e entidades varejistas possam se tornar centros irradiadores de valores sustentáveis para a comunidade é preciso ampliar o envolvimento dos consumidores nesse processo, que pode ser feito por meio do/da:

- Desenvolvimento de pesquisas, com mais profundidade, para analisar a percepção dos consumidores brasileiros em relação ao tema sustentabilidade;
- Oferta de incentivos para aumentar sua adesão às diversas práticas promovidas pelas

empresas e organizações da sociedade;

- Mobilização dos consumidores para compreender, praticar e compartilhar suas ações sustentáveis diariamente, por meio das suas redes de relacionamento; e
- Comunicação da sustentabilidade para os consumidores, de forma simples, porém inovadora.

Fomentar o varejo para que seja agente modificador em toda a cadeia de valor: houve uma evolução significativa no entendimento das empresas varejistas e dos seus fornecedores sobre a importância de reduzir o impacto ambiental na cadeia de suprimentos. Entretanto, são necessários avanços, de modo que as cadeias de valor do varejo e da indústria abordem, de forma sistemática e estratégica, as questões sociais, sobretudo aquelas que dizem respeito às condições de trabalho.

Não é possível mobilizar o consumidor para a sustentabilidade sem que ele consiga ter uma ideia mais clara sobre “o que está por trás da cadeia produtiva do varejo”.

Para valorizar as iniciativas das empresas e entidades varejistas que estão trabalhando pela sustentabilidade nesses últimos anos, é preciso estender as práticas sustentáveis por toda a cadeia de valor desse setor, aumentando a responsabilidade de todos os agentes envolvidos sobre as questões sociais e ambientais. Caso contrário, todo o setor continuará a ser penalizado pelos que não estão desenvolvendo iniciativas nesse sentido.

Dessa forma, é necessário melhorar a inserção da sustentabilidade na cadeia produtiva de todo o setor varejista, por meio de:

- Monitoramento sistemático dos elos da cadeia produtiva, para evitar riscos e coibir o vínculo de produtos e empresas com o desmatamento, o trabalho escravo e o trabalho infantil, entre outras;
- Inovação dos mecanismos e ferramentas de rastreabilidade dos produtos das indústrias têxtil, alimentos, eletroeletrônicos, automotiva, entre outras;
- Promoção de critérios de compra que privilegiam os aspectos sociais e ambientais na mesma proporção que os critérios econômicos;
- Incentivo, do ponto de vista econômico, à compra de produtos sustentáveis, destacando seus benefícios socioambientais para os consumidores; e
- Aumento do número de parcerias entre as empresas varejistas e as entidades de classe do varejo e da indústria para promover a sustentabilidade na cadeia produtiva.

O varejo e a indústria, juntos, têm condições de aproximar o poder público da realidade e da complexidade dos processos produtivos e do trabalho nestes setores. É preciso que os órgãos públicos também estejam engajados em soluções e não somente na punição às empresas.

O varejo tem condições de informar e facilitar o processo de compra dos consumidores, exercendo seu forte papel de influência sobre a cadeia de valor. A comunicação transparente do varejo e da indústria com os consumidores precisa ser a base desse processo.

Estratégias para o Segundo Ciclo do PPCS

1) Combate às perdas e ao desperdício de alimentos

O Brasil é um dos países que mais desperdiçam alimentos no mundo: cerca de 26,3 milhões de toneladas de alimentos têm o lixo como destino. O desperdício de alimentos

está presente em toda a cadeia, sendo o varejo responsável diretamente por 10% do desperdício (10% ocorre no campo, 50% manuseio e transporte e 30% na comercialização e abastecimento), mas com um grande potencial de influenciar os demais elos da cadeia. O ideal seria reduzir esses números a zero nos próximos anos.

A preocupação com a redução do percentual de perdas de alimentos é comum a todas as grandes redes de supermercados. Em algumas situações, o valor de perda chega a ser maior do que o resultado líquido dos supermercados.

Para combater o desperdício e as perdas de alimentos, a ABRAS propõe a mobilização do setor supermercadista brasileiro, a divulgação da cartilha de boas práticas para combate do desperdício de alimentos nos supermercados (recente publicação da instituição) e a implementação do programa para reduzir as perdas de alimentos nos supermercados.

Para essa agenda o principal desafio, na visão da ABRAS, é o envolvimento de mais empresas do setor nas ações de prevenção de perdas, especialmente as médias e pequenas, e a conscientização dos gestores das empresas do setor supermercadista com relação ao objetivo do País de redução pela metade do desperdício de alimentos até 2030.

2) Aumento da oferta de produtos mais sustentáveis

A sustentabilidade dos produtos deve cobrir não apenas questões ambientais. Como também sociais e de direitos humanos, com a finalidade de oferecer segurança aos consumidores, garantindo que somente fornecedores que atuam em conformidade com a legislação produzam para a rede. Nesse contexto, a realização de auditorias para o cumprimento de critérios sociais relacionadas ao processo produtivo do setor e a certificação dos produtos é estratégica. Para o aumento da oferta de produtos sustentáveis nas gôndolas, é preciso fortalecer o diálogo entre o setor produtivo e o setor varejista, de forma a garantir que produtos com comprovados melhores impactos ambientais, sociais e econômicos recebam destaque e possam ter essa característica reconhecida pelo consumidor final.

3) Estímulo à certificação e a selos que garantam a qualidade e origem dos produtos

O selo possui valor na medida em que o consumidor é informado sobre as implicações e a importância de obter determinada certificação ou selo de responsabilidade socioambiental. Exemplos clássicos são os selos do CERFLOR/PEFC (Programa Brasileiro de Certificação Florestal/Program for Endorsement of Forest Certification Schemes) e do FSC, já reconhecidos por grande parte dos consumidores. Porém, existe uma série de selos sobre uso de água ou compensação de emissões de carbono ainda desconhecidos e que acabam por não criar o impacto desejado. Ou seja, não basta oferecer produtos certificados, é preciso fazer com que o consumidor entenda o que está por trás do processo de certificação, para entender o seu significado e atribuir o valor adequado. Tão importante quanto é que o selo seja emitido por um organismo confiável, que disponibilize de forma transparente informações sobre os critérios e metodologias utilizadas para o desenvolvimento destes selos e que sejam preferencialmente, verificadas por uma terceira parte independente.

4) Diminuição das embalagens em excesso nos produtos

Uma das formas de reduzir os custos do produto (que não necessitam embalagens especiais), sem prejudicar sua qualidade e ainda contribuir com o meio ambiente, é ofertar produtos a granel ou com o mínimo de embalagens.

O uso de embalagens recicláveis ou com menor quantidade de componentes não recicláveis é outra tendência do setor, gerando menor volume de resíduos sólidos. Muitas redes recebem as embalagens vazias e as encaminham para reaproveitamento, diretamente ou por meio de parcerias com associações de catadores de materiais recicláveis, empresas que utilizam material reciclável ou ONGs voltadas para a conscientização e reeducação do consumidor. A logística reversa tem ganhado espaço no setor varejista, e precisa ser fortalecida e ampliada para ganhar escala e alcançar também as micro, pequenas e médias empresas.

5) Apoio a produtores e fornecedores locais

Uma das formas de os supermercadistas atuarem no combate ao desperdício, de promover a economia local e garantir produtos de qualidade é diminuindo o número de intermediários na cadeia de produção, privilegiando a compra direta de produtores locais. Além de promover a economia local e regional, as redes contribuem assim com a redução do transporte, gerando menor impacto com emissões de gases de efeito estufa.

6) Investimento em comunicação e mobilização, e envolvimento dos consumidores com a sustentabilidade

Consumidores se mostram cada vez mais interessados em saber como as empresas e marcas que consomem atuam em seus mercados. O que as empresas efetivamente fazem têm mais valor do que elas buscam divulgar ao mercado e aos consumidores. O caráter e o respeito à sustentabilidade devem abranger todos os processos e ações que a empresa possa realizar. As informações têm como fonte principal a Internet em sites de busca. Ampliar a comunicação aos consumidores é fundamental.

Nesse aspecto, os varejistas possuem um papel fundamental na disseminação de valores e princípios da sustentabilidade, seja por meio do apoio ou a realização de campanhas de mobilização, seja pela constante disponibilização de informações claras sobre o impacto das escolhas realizadas pelos consumidores e sobre o pós-consumo dos produtos. A coleta seletiva e o descarte adequado dos resíduos e das embalagens podem ser estimulados pelos supermercadistas.

O desafio dessa linha de ação é considerado um dos mais importantes, tanto pelo próprio setor quanto pelas organizações que trabalham com o tema do varejo sustentável. O setor precisa oferecer comunicação adequada e qualificada para potencializar mudanças de valores, atitudes e comportamentos.

7) Implementação de programas de gestão dos resíduos

Administrar os próprios resíduos gerados em suas lojas e estimular que os consumidores façam o descarte corretamente, apoiando compostagem e a reciclagem, de modo que os materiais sejam separados e, posteriormente, enviados para cooperativas ou indústrias especializadas em transformação é uma das grandes contribuições que os varejistas podem fazer à sustentabilidade.

Aumentar o número de Pontos de Entrega Voluntária (PEV) de embalagens e resíduos tem se mostrado uma iniciativa muito importante, uma vez que o sistema de limpeza pública de várias cidades ainda não dá conta desse atendimento. A instalação de estações de reciclagem, com estruturas para facilitar a separação dos resíduos recicláveis nos hipermercados e supermercados, para atender à crescente procura da população por locais que possam receber esses resíduos gerados em suas residências é fundamental.

Outras estratégias para a gestão dos resíduos também podem ocorrer por meio da adequação de estruturas de operação (coletores, caçambas, locais de armazenamento); da identificação e formação de parcerias na gestão de resíduos (cooperativas de catadores ou empresas que atendam aos critérios de gestão de resíduos com o objetivo de dar o destino ambientalmente adequado para todos os resíduos segregados); ou da ampliação dos resíduos a serem recebidos, tais como óleo de cozinha usado, medicamentos vencidos, pilhas e baterias e cartuchos de impressoras.

O principal desafio dessa agenda é ampliar o número de empresas participantes do Programa e atingir todos os estados da federação.

8) Ampliação do número de lojas ecoeficientes

Um das formas de os varejistas contribuírem e darem o exemplo em relação à sustentabilidade é investir em lojas ecoeficientes, principalmente pela substituição de equipamentos que reduzam o consumo de água e energia. Algumas grandes lojas, atentas para essas melhorias, já vêm adotando esse novo modelo.

Outra iniciativa importante das lojas é a melhoria dos balcões de exposição de produtos resfriados e congelados. Balcões com fechamento frontal promovem uma significativa redução no consumo de energia e a melhora do ambiente de compra da loja. A utilização de sistemas automáticos de controle e medição de energia também contribui para redução do consumo, mantendo um adequado funcionamento dos equipamentos elétricos.

9) Mudança de embalagens plásticas para embalagens alternativas para as compras

Durante o ano de 2009 foram realizadas tentativas de proibição do uso das sacolas plásticas e de cobrança pelo uso das sacolas por alguns lojistas. No entanto, essas tentativas foram frustradas e seu uso ainda permanece. Por outro lado,, o uso das sacolas retornáveis, as chamadas *ecobags*, confeccionadas principalmente em tecidos resistentes, vêm ganhando cada vez mais adeptos e a tendência é de um uso cada vez mais frequente.

O principal desafio dessa linha é encontrar caminhos para conscientizar e estimular o consumidor a dar destino correto aos sacos e sacolas plásticas, evitando jogá-las nas ruas, já que ainda não existem sistemas de coleta seletiva implantados na maioria das cidades.



5.6 Agricultura Sustentável

O conceito de agricultura sustentável remete a garantia de que, os requisitos nutricionais básicos das gerações presentes e futuras sejam atendidos, ao mesmo tempo em que oferecem uma série de benefícios econômicos, sociais e ambientais. Provem emprego, renda suficiente e condições dignas de vida e de trabalho para todos os que estão envolvidos na produção agrícola. Além disso, sempre que possível, aumenta a capacidade produtiva dos recursos naturais e renováveis e sua capacidade regenerativa, mantendo o funcionamento dos ciclos ecológicos básicos, respeitando os atributos socioculturais das comunidades rurais envolvidas.

Nesse sentido, os países desenvolvidos e em desenvolvimento precisariam proceder mudanças de paradigma no desenvolvimento agrícola, no qual a "revolução verde" seria substituída por uma opção de intensificação verdadeiramente sustentável. Isso implicaria em uma mudança rápida e significativa dos insumos para a indústria e da monocultura convencional rumo a um mosaico, com sistemas regenerativos, resilientes e integrados que melhorariam consideravelmente a produtividade dos agricultores. É necessária uma mudança de visão para uma abordagem holística na gestão agrícola. Esta reconheceria que um agricultor não é apenas um produtor de bens agrícolas, mas um gestor de um sistema agroecológico, que fornece um grande número de bens públicos e serviços, como segurança territorial, alimentar, água de qualidade, solo estruturado, paisagem, energia, biodiversidade, cultura e recreação.

Para tanto, o desenvolvimento rural tem um papel importante para lidar com a escassez de recursos e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. No entanto, os métodos de produção teriam que ser adaptados às realidades locais, mais resilientes, melhorando significativamente a governança do processo produtivo, corrigindo problemas de assimetrias na entrada de alimentos nos mercados, bem como nas atuais regras do comércio para a agricultura. No ANEXO 6 se apresenta uma análise sucinta sobre o eixo temático.

Cenário desejado e estratégias para sua realização

A Agricultura Sustentável pode se tornar estratégica no sentido de modificar os padrões de produção e consumo no País. Por isso, no processo de construção do 2º Ciclo do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, considerou-se fundamental induzir o diálogo, buscar novas parcerias e fortalecer uma mobilização constante para avançar essa agenda fundamental para o Brasil. Para tal fim, são descritas a seguir algumas tendências/iniciativas que poderão alavancar a agricultura sustentável e que indicariam a situação desejada para o avanço da sustentabilidade no setor.

1) Combate ao desperdício e às perdas de alimentos

Apesar da necessidade de um diagnóstico atualizado, é possível dizer que o Brasil é um

dos países que mais desperdiçam alimentos no mundo. É certo que há necessidade de avanços na redução de perdas, especialmente de frutas, verduras e legumes, e de outros produtos dependentes de cadeia de frios. Há a necessidade de racionalização das logísticas tanto das centrais de comercializações, como nas operações intermediárias entre as operações de pós colheita e o consumo.

Também há necessidade de fortalecer iniciativas que promovam a racionalização no consumo, tanto do ponto de vista quantitativo, por exemplo, melhorar o aproveitamento integral dos alimentos, quanto a valorizar os aspectos qualitativos do consumo, como, por exemplo, dobrar o consumo de frutas, verduras e legumes. Há, ainda, a necessidade de o consumidor passar a reconhecer, também, externalidades aos sistemas de produção relativos à sua sustentabilidade.

2) Aumento da oferta de produtos mais sustentáveis.

O respeito às questões sociais e de direitos humanos é também fundamental para a sustentabilidade da agricultura e a segurança de varejistas e consumidores. O cumprimento de critérios sociais relacionados ao processo produtivo do setor e a utilização de certificação de produtos, para além da obediência da legislação ambiental, são aspectos a serem promovidos e valorizados.

A oferta de produtos sustentáveis e orgânicos pode ser estimulada, com o fomento de sistemas mais sustentáveis de produção e distribuição, o desenvolvimento de cadeias que estendam a responsabilidade pelo desempenho social e ambiental, e a disponibilização de incentivos e estrutura de crédito que tornariam o preço do produto final mais acessível aos consumidores.

Torna-se, portanto, necessário um esforço que envolva governo, setor varejista, setor produtivo, certificadoras e outros atores, para identificar claramente as medidas e instrumentos que precisam ser adotados para superar as dificuldades e aumentar a oferta de produtos mais sustentáveis do setor agrícola. Estabelecendo-se metas concretas; privilegiando-se pequenos e médios agricultores; apoiando a logística; privilegiando mercados locais; garantindo mecanismos de rastreabilidade; apoiando a formação de parcerias e associações; e promovendo ações de sensibilização do público, entre outras ações.

Os sistemas de produção sustentáveis acima descritos são capazes de orientar o amadurecimento e as possibilidades de multiplicar um representativo conjunto de casos de sucesso. A efetiva decisão de política de estado em fortalecer e integrar tais ações certamente mobilizará e oferecerá acesso a um grande conjunto de produtores rurais no País e poderá gerar um exemplo importante para agricultura tropical do mundo de suprimento de produtos de origem animal e vegetal criados e cultivados sistemas sustentáveis.

Ações coordenadas de ensino em ciências agrárias, de pesquisas agropecuárias e a assistência técnica e extensão rural necessitam ser ainda mais abrangentes para as transformações e ampliações de tais sistemas. Estes instrumentos, embora de suporte às decisões dos produtores são fundamentais para que avanços efetivos se consolidem à campo.

A complexidade dessas transformações requer o desenvolvimento de capacidades e esforços coordenados entre governos, lideranças do setor agropecuário, agroindustrial,

varejista, prestadores de serviços e outros agentes econômicos capazes de ajustar condutas para esta nova realidade.

3) Estímulo à certificação e a selos que garantam a qualidade e origem dos produtos

O incentivo a produtos que apresentem selos de qualidade, que incluam critérios socioambientais em seus processos de certificação, entre outros aspectos, pode ser ação estratégica para avançar a sustentabilidade na agricultura. O selo possui grande valia, quando o consumidor é informado sobre a importância de determinada certificação ou selo para o desenvolvimento sustentável. Porém, existe uma série de selos sobre uso de água ou compensação de emissões de carbono ainda pouco conhecidos e que acabam por não criar o impacto desejado. Ou seja, não adianta somente oferecer produtos certificados. Fazer com que o consumidor entenda o que está por trás do selo, seu valor e significado, com transparência e base técnica, é fundamental¹⁶.

A rastreabilidade é outra forma que pode garantir produtos de qualidade e com menos impacto ambiental, sejam identificados pelo consumidor e pelos agentes da cadeia de valor. Informações cada vez mais claras, a exemplo de algumas já fornecidas através de aplicativos móveis, leva os consumidores a proceder suas escolhas e aos produtores a aprimorar seus processos.

Ao mesmo tempo, é importante que os preços dos produtos diferenciados (“mais sustentáveis”) não sejam muito superiores aos dos produtos comuns, pois tal elemento de escolha do consumidor, será sempre um fator relevante. A redução deste diferencial, em prol do abastecimento de produtos sustentáveis, é crescentemente possível, especialmente com o desenvolvimento tecnológico, como o uso de novos produtos de insumos preconizados pela agricultura orgânica, como inimigos naturais e outras estratégias de controle. O preço ainda é um fator relevante na escolha dos consumidores.

4) Apoio a produtores e fornecedores locais

O desperdício de alimentos também pode ser combatido com a promoção da economia local, que ainda garante produtos de maior qualidade, diminuindo o número de intermediários na cadeia de produção, privilegiando a compra direta de produtores locais e os circuitos curtos de comercialização.

Outros benefícios importantes incluem a redução da logística e escoamento, a promoção do consumo de alimentos regionais, a adequação dos alimentos locais a padrões de qualidade e a inclusão de pequenos produtores nas cadeias de suprimento, entre vários outros.

5) Fortalecimento da comunicação e sensibilização

¹⁶ Os signos distintivos são amparados por tratados internacionais importantes como *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* - TRIPS e Tratado de Barreiras Técnicas ao Comércio – TBT. O uso destas ferramentas de forma adequada traz credibilidade internacional aos produtos nacionais e respeitam direitos internacionais conquistados pelos consumidores de todo o mundo. É necessário fortalecer os mecanismos oficiais de acompanhamento e que assegurem os direitos difusos do consumidor contra falsas certificações. Por outro lado, é fundamental que o consumidor entenda as garantias que tais signos distintivos oferecem, seu valor e significado, com transparência e até a sua base técnica.

Consumidores se mostram cada vez mais interessados em conhecer as características do que consomem. Fortalecer a comunicação aos consumidores é fundamental para garantir uma escolha mais consciente e informada, privilegiando produtos com menor impacto ambiental, melhor qualidade e maior retorno social. É necessário oferecer fontes confiáveis com bases técnicas e científicas.

Para apoiar os consumidores na escolha de produtos mais sustentáveis, cada ator deve demonstrar com transparência suas responsabilidades. O governo, no exercício da transparência, deve difundir o desenvolvimento do conhecimento científico, técnico e tecnológico aplicado à segurança dos alimentos, oferecer estatísticas ágeis e confiáveis sobre o tema, inclusive daquelas de interesse dos agentes econômicos operantes nos mercados de produtos sustentáveis.

6) Crédito e Financiamento

Os dois principais instrumentos de financiamento da agricultura no Brasil, o Plano Safra e o Plano Safra da Agricultura Familiar, apresentam linhas destinadas à sustentabilidade para o setor. No entanto, o total de recursos efetivamente aplicados nessas linhas ainda são modestos. Entre os fatores que contribuem para isso é possível destacar a limitada capacidade de elaboração de projetos de financiamento destinados às diferentes estratégias de sustentabilidade da agricultura, seja por agentes públicos, seja por agentes privados. O sistema financeiro ainda não absorveu as particularidades dos sistemas produtivos sustentáveis, sendo balizados pelos custos e receitas dos pacotes tecnológicos, insumos químicos e maquinários utilizados na agricultura convencional.

Sendo assim, há necessidade de adequar os procedimentos e as informações solicitadas pelo sistema financeiro, que determinam a configuração dos projetos de financiamento para a agricultura sustentável; capacitar técnicos ou funcionários dos agentes financeiros sobre os diferentes sistemas produção sustentável na agricultura; e ampliar e consolidar as linhas de financiamento diferentes estratégias e técnicas de sustentabilidade na agricultura.

7) Fortalecimento e ampliação da Assistência Técnica e Extensão Rural para uma agricultura sustentável

Todas as iniciativas listadas nos itens anteriores são potencializadas com a devida capacitação e assistência técnica oferecida aos agricultores, visando-se à correta utilização dos insumos agropecuários. Há necessidade de ampliar e consolidar os conhecimentos e a qualificação de agentes de assistência técnica para a capacitação de agricultores em princípios e técnicas de produção orgânica, agroecológica e outras, que busquem reduzir o consumo de recursos naturais, a geração de resíduos e o desperdício, além de agregar valor à produção e acessar mercados.

Nesse sentido, muito se espera do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) como instrumento fundamental desta transformação. Mesmo havendo grandes avanços nessa temática nos últimos anos, ainda há necessidade de implementar ações capazes de reorientar a assistência técnica e extensão rural para enfoque nas estratégias de sustentabilidade da agricultura; promover formação continuada e qualificação profissional dos agentes de ATER com agregação de estudos sobre estratégias de sustentabilidade na agricultura; sistematizar o saber aplicado e validado relacionado à

agricultura sustentável.

8) Programas de P&D para o desenvolvimento de tecnologias para transição para agroecologia.

Embora a sustentabilidade seja foco dos trabalhos de pesquisa agropecuária nas últimas décadas, há necessidade de fortalecer as redes de pesquisas que geram efetivas inovações nesse campo. Nesses conjuntos estão os programas de pesquisa para o desenvolvimento da agroecologia, especialmente daqueles capazes de promover o uso da agrobiodiversidade nativa. Entre tais potenciais estão os insumos com uso regulamentados para a agricultura orgânica que a rigor tem o potencial de mudar a face de toda a agricultura convencional e reduzir seus riscos ambientais, de saúde dos alimentos e dos trabalhadores rurais que os aplicam. Estas técnicas poderiam substituir aquelas convencionais que ainda geram impacto significativo ao meio ambiente. O desenvolvimento de técnicas com estas características, como a produção integrada e a adoção de boas práticas agrícolas podem auxiliar, tanto o agricultor familiar, quanto o grande produtor na transição para uma agricultura com atributos agroecológicos.

9) Outras ações

Outras ações incluem o controle e o gerenciamento dos impactos socioambientais na produção agrícola, com a redução do consumo de energia, água e outros insumos; o incentivo ao desenvolvimento de produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais, estimulando o desenvolvimento de pequenos produtores e a produção local e regional por meio de compras públicas sustentáveis, da pesquisa e do desenvolvimento; e a racionalização da oferta de produtos, fazendo uso de entregas a granel com a redução do uso de embalagens.

A promoção de políticas e planos governamentais constitui ação fundamental para avançar esses e outros objetivos relacionados à agricultura sustentável, podendo ser identificados como prioritários nesse contexto:

A. Promover a implantação do PRONARA, concluindo a proposta e implementando o Plano.

B. Fortalecer o Plano ABC e potencializar suas ações para cobrir todo o território nacional com a mesma intensidade: ampliando a implementação de unidades de teste e demonstração (UTD), o uso de sistemas de plantio direto (SPD), integração lavoura-pecuária-floresta, fixação biológica de nitrogênio, florestas plantadas, promovendo a conservação do solo, da água e da biodiversidade, com aumento da eficiência da adubação, do conteúdo de matéria orgânica do solo e, especialmente, a redução do consumo de combustíveis fósseis; e incrementando processos de biodigestão e compostagem, que proporcionam a redução de custos de produção por evitar consumo de energia e de insumos químicos, diminuir os riscos para o meio ambiente, bem como reduzir a emissão de GEE (gases de efeito estufa), ampliando o uso dessas tecnologias para 4,4 milhões de m³ de dejetos de animais para geração de energia e produção de composto orgânico, para compostagem de hortas em áreas públicas.

C. Ampliar a inclusão de outros produtos do extrativismo nacional na Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio).

D. Fortalecer o Programa de Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), adequando a estratégia para os próximos anos de modo a promover sua sustentabilidade social, econômica e ambiental.

E. Fortalecer a Produção Integrada e os sistemas de produção de boas práticas agrícolas sob certificações voluntárias que promovam a sustentabilidade no campo.



5.7 Consumo Sustentável

Descrição e contexto

O Consumo Sustentável envolve a escolha de produtos que utilizaram menos recursos naturais em sua produção, que garantiram o emprego decente aos que os produziram, e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados. Significa comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos tanto quanto possível. Consumimos de maneira sustentável quando nossas escolhas de compra são conscientes, responsáveis, com a compreensão de que terão consequências ambientais e sociais – positivas ou negativas.

A preocupação com o consumo está presente no debate nacional, sobretudo nos últimos dez anos. O Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) inseriu o tema na agenda governamental e fomentou movimentos voluntários na sociedade que despertem uma mudança dos atuais paradigmas insustentáveis de produção e consumo. Ampliou a disseminação de conceitos sobre o consumo, por meio de campanhas, publicações e capacitações ao longo desses quatro anos de implementação. Estudos e pesquisas realizados por meio de parcerias no 1º ciclo do PPCS também foram importantes para ampliar o conhecimento da realidade do cidadão brasileiro no que se refere a atitudes e comportamentos. No ANEXO 7 se apresenta uma análise sucinta sobre o eixo temático.

Cenário desejado e estratégias para sua realização

O Brasil tem pela frente um grande desafio, que não difere da maioria dos países em desenvolvimento, que é garantir a equidade do consumo respeitando os limites ambientais e sua capacidade de suporte. A redução das desigualdades é um dos maiores desafios que se coloca aos atuais padrões de consumo.

Torna-se fundamental a realização de um amplo debate, em nível nacional, para sensibilizar a sociedade a respeito dos impactos dos níveis de consumo das diferentes classes de renda, de modo que as respostas para esse desafio podem ser de fato construídas e legitimadas pela sociedade.

Com base nos dados apresentados, as ações relacionadas ao consumo no 2º Ciclo do PPCS poderiam ser priorizadas nas seguintes temáticas¹⁷:

- Uso racional da água;
- Alimentação e nutrição;

¹⁷ Aqui não foi incluído o saneamento (apontado, pela consulta do CGEE¹⁷, como uma das áreas do consumo mais relevantes para o Desenvolvimento Sustentável) por entender-se que sua menção nos estudos se deve muito mais ao fato de que um número grande de pessoas ainda não possui acesso a esse serviço básico no País. Mais do que tornar o saneamento mais sustentável do ponto de vista ambiental, é necessário aumentar sua oferta a todas as regiões, um problema ainda muito básico, já solucionado em outros lugares.

- Mobilidade e transporte; e
- Bens: sobretudo os bens para manutenção da habitação; vestuário e calçados; aparelhos e equipamentos; e telefone.

Estratégias para o Segundo Ciclo do PPCS

1) Ampliação do debate

Para estimular padrões mais sustentáveis de consumo é necessário que o debate sobre a (in)sustentabilidade dos atuais padrões se torne presente em todos os setores da sociedade. Esse debate deve estar adequado às especificidades das diferentes classes de renda e deve se dar de modo transparente e objetivamente pautado em dados. A partir da consulta realizada pelo CGEE (2015), identificou-se que as áreas de estilos de vida e educação e; informação para o consumidor (Programas do 10YFP) deveriam ser priorizadas para a transição para padrões de consumo sustentável, para fortalecer e disseminar a cultura dos estilos de vida sustentáveis, e encorajar para a escolha de bens e serviços mais sustentáveis.

Uma estratégia para ampliação do debate relacionada à comunicação no que diz respeito à educação para o consumo sustentável é a da investigação pessoal no consumo em uma perspectiva ética, adotando um viés mais focado nos valores pessoais e da ética coletiva.

Para que a comunicação para o consumo sustentável de fato influencie a mudança de comportamento da população, ela deve ser destinada aos diferentes públicos, atendendo, por exemplo, as diferentes classes de renda, gênero e regiões do Brasil. Assim, para que o 2º Ciclo do PPCS possa contribuir para uma comunicação eficaz para o consumo sustentável, é necessário identificar as especificidades dessa diversidade de grupos sociais, decidir quais são os grupos prioritários para a mudança de padrões de consumo e elaborar estratégias adequadas a eles.

Para tanto, é necessário promover um diálogo amplo sobre como tornar mais eficaz a comunicação para padrões de vida mais sustentáveis. Deve-se dialogar com quem de fato entende do assunto e está na ponta da comunicação no Brasil. Para que isso tenha êxito, será necessário dialogar com comunicadores, publicitários e jornalistas consagrados no Brasil, que têm sensibilidade à temática ambiental e que assumem publicamente.

Nesse sentido, são importantes instrumentos:

- Inclusão da temática do consumo (in)sustentável na educação formal e informal;
- Estímulo ao debate sobre o consumo (in)sustentável em âmbito regional e local (por meio da parceria com Estados e Municípios), e em diversas categorias de organização (associações, empresas, cooperativas, órgãos públicos, sindicatos, movimentos sociais etc.);
- Organização de eventos específicos sobre a temática (encontros, seminários e congressos);
- Ampliação da presença do tema em notícias de jornais, blogs e revistas;
- Promoção permanente de debates em programas de televisão e rádio, públicas e privadas;
- Campanhas de conscientização e de mobilização, e educativas, adequadas às diferentes classes de renda e grupos sociais; e

- Utilização da publicidade como poder transformador do consumo consciente.

2) Qualificação e divulgação de informação

Para subsidiar o debate sobre consumo (in)sustentável, são fundamentais informações objetivas e consistentes que possibilitem tomadas de decisão individuais, coletivas e políticas, pautadas em fatos e dados concretos e cenários futuros bem projetados. Para tanto, é necessário o aperfeiçoamento ou a qualificação de dados já existentes que permitam:

- Avaliar a (in)sustentabilidade dos diferentes padrões de consumo nas diferentes classes de renda e diferentes categorias de bens;
- Projetar cenários futuros em diferentes contextos de crescimento econômico, de inclusão socioeconômica e de evolução tecnológica para avaliar os impactos socioambientais de diferentes padrões de consumo;
- Analisar os aspectos culturais, psicológicos e sociais relacionados ao consumo que possam catalisar as mudanças de padrões de consumo nas diferentes classes de renda;
- Analisar os aspectos econômicos, políticos e tecnológicos que possam viabilizar estratégias e instrumentos para a mudança dos padrões de consumo; e
- Identificar e avaliar as iniciativas de consumo alternativo existentes, assim como seus potenciais e limites sociais, ambientais, econômicos, tecnológicos e políticos para as mudanças dos padrões de consumo.

No Brasil, estudos com essas abordagens ainda são escassos e pouco divulgados, o que resulta na importância de estimular a elaboração e a ampla divulgação de dados sobre diferentes dimensões relacionadas ao consumo e à sustentabilidade socioambiental. Para tanto, algumas ações a serem adotadas são:

- Estímulo à criação de centros, programas ou instituições de pesquisa específicas para a temática;
- Criação de concursos ou prêmios anuais de pesquisas na área;
- Criação de periódicos acadêmicos ou edições específicas sobre o tema em periódicos já existentes;
- Criação de banco de dados que possam apresentar panorama tanto regional quanto nacional do Estado da Arte e das discussões sobre esta temática bem como promover a discussão sobre o tema; e
- Apoio a programas de pós-graduação que tratem do tema.

3) Ampliação do acesso aos bens, serviços e práticas sustentáveis

Para além de priorizar o encorajamento para a escolha de bens e serviços mais sustentáveis (CGEE, 2015), é necessário identificar e remover as barreiras para o acesso aos meios que possibilitem essa mudança de comportamento. Essas barreiras estão relacionadas tanto a questões de mercado (restrição de oferta ou questões de preço), como pela falta de informações adequadas impactos sociais e ambientais, que

impossibilita uma tomada de decisão adequada. Incluem-se tanto bens e serviços que podem ser adquiridos no mercado, como bens e serviços públicos como, por exemplo, mobilidade urbana.

Nesse sentido, é necessário:

- Ampliar a oferta de bens e serviços mais sustentáveis para todas as classes de renda;
- Tornar os preços acessíveis aos consumidores, estimulando o desenvolvimento desse mercado;
- Oferecer alternativas de bens e serviços públicos;
- Implementar incentivos econômicos que desestimulem o consumo de bens e serviços insustentáveis ou que estimulem o consumo de bens e serviços mais sustentáveis;
- Capacitação interdisciplinar de multiplicadores para o consumo sustentável; e
- Estimular a ampliação da rotulagem de bens e serviços que permitam o processo consciente de tomada de decisão dos consumidores.

4) Identificação e incentivo a iniciativas sustentáveis inovadoras

Além das práticas sustentáveis clássicas como, por exemplo, evitar desperdício de água e energia em casa e separar os resíduos, existem diferentes iniciativas inovadoras que estão sendo implementadas. Essas iniciativas estão presentes em diversos setores da sociedade, por parte de indivíduos, passando por pequenos grupos coletivos de bairro até pequenas empresas de diferentes portes (micro, pequenas e grandes). Parte dessas iniciativas insere-se nos conceitos de “economia do compartilhamento” e da “economia da vida útil longa” (LOSKE, 2015).

Questões que necessitam ser aprofundadas pela sociedade brasileira e podem constituir relevantes conteúdos para o 2º Ciclo do PPCS, são:

- Qual o potencial que essas iniciativas podem oferecer para o Desenvolvimento Sustentável?
- Quais são, onde estão e quais as dimensões dessas iniciativas?
- Como a política pública pode contribuir para que essas iniciativas deixem de ser marginais e passem para o centro do debate sobre padrões de consumo?

Pesquisa do IDEC (2014) mostra que a maioria dos brasileiros troca equipamentos eletroeletrônicos sem antes levá-los à assistência técnica. O principal motivo para isso, segundo a pesquisa, é que o conserto é muito caro. Outro estudo do IDEC (2012) mostra que “a quantidade de assistências técnicas dos cinco principais fabricantes de celular é ínfima em grande parte do Brasil”. Há que se considerar, no entanto, o estudo elaborado pelo SPC (2015), que contrasta com o do IDEC (2014), já que identificou que 81% das pessoas pesquisadas têm a atitude de deixar de comprar um produto novo, enquanto o que tem ainda pode ser utilizado ou consertado. A logística reversa pode ser um grande instrumento para pressionar as empresas a aumentarem a vida útil dos produtos, além da pressão dos consumidores e da ampliação das redes de serviço de manutenção.

Para se contrapor à tendência do descarte, da obsolescência, algumas opções podem ser eficazes:

- Fomentar a gradual transição do modelo de negócios tradicional para os modelos propostos pela economia circular;

- Estimular o aumento de estabelecimentos que fornecem assistência técnica e consertos em geral, devidamente vinculados aos fabricantes, garantindo sua rastreabilidade;
- Implementar estímulos econômicos que tornem a manutenção de produtos com preços mais competitivos em relação aos novos, quando possível;
- Promover a discussão sobre o arcabouço jurídico para a implementação da logística reversa na Política Nacional de Resíduos Sólidos; e
- Realizar amplas campanhas estimulando os consumidores a descartarem de forma correta os resíduos recicláveis e a reduzirem o consumo de descartáveis, inclusive de embalagens.

5) Regulação da publicidade e combate ao consumismo infantil

Atualmente, os setores que conseguem atingir o conjunto da população com informações relacionadas ao consumo são as redes de comunicação de massa, que vendem suas audiências para que empresas divulguem suas mensagens publicitárias. Assim, o espaço institucional que tem sistematicamente trabalhado estratégias de comunicação para influenciar o padrão de consumo da população são as agências de publicidade. Nesse sentido, emerge em alguns setores da sociedade debates visando aprimorar a regulamentação da publicidade e da comunicação mercadológica. Esta regulamentação foi apontada pela consulta do CGEE (2015) como o segundo principal instrumento para encorajar a adoção de padrões de consumo alinhados com o Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, com o advento das novas tecnologias de comunicação, a televisão não é mais a único veículo de difusão de mensagens publicitárias para crianças. Jogos para computadores, tablets e celulares, redes sociais, parques temáticos, redes de lanchonetes, atividades escolares promovidas por empresas ligadas à produtos destinados às crianças etc. fazem parte da multiplicidade de estratégias para difundir mensagens publicitárias e de comunicação mercadológica, nem sempre de modo explícito.

Destacam-se dois dos principais problemas em relação ao consumismo infantil: os transtornos alimentares e o materialismo excessivo. Com relação ao primeiro, encontra-se na base da obesidade infantil, que atinge 15% da população infantil brasileira. Conforme dados do IBGE, o sobrepeso entre crianças dobrou nos últimos 34 anos e está intimamente relacionado ao aumento do consumo de alimentos industrializados, amplamente divulgados pelo mercado produtor e distribuidor.

Dessa forma, considera-se de extrema importância o papel da regulação da publicidade direcionada ao público infantil no contexto da produção e consumo sustentáveis. Sua peculiar situação de desenvolvimento faz com que a criança seja mais vulnerável aos apelos consumistas e a todas as graves consequências.



5.8 Programa Ambiental na Administração Pública – A3P

A iniciativa voluntária Agenda Ambiental na Administração Pública, conhecida pela sigla A3P, completou, em 2014, quinze anos, comemorando o fato de ter crescido a sua implementação em todo país. A Agenda nasceu do propósito de cumprir o capítulo nº 4 da Agenda 21 – instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis. O capítulo instiga o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões inadequados de produção e consumo.

A A3P é uma agenda pioneira e um marco indutor das ações de sustentabilidade nos órgãos públicos. Parte do princípio de que a administração pública deve dar o exemplo na mudança dos padrões de produção e consumo, combatendo todas as formas de desperdícios. A agenda não é restrita ao meio ambiente. É mais ampla, trata de sustentabilidade, ou seja, envolve reduzir desperdícios, economizar recursos públicos, proteger o meio ambiente e proporcionar qualidade de vida no trabalho.

Concebida com o objetivo principal de estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios socioambientais no governo, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos, a A3P é, atualmente, a principal ação para estabelecimento de um novo padrão de responsabilidade nas atividades meio da gestão pública.

A A3P opera duas linhas de engajamento do setor público: a primeira é a adesão formal, monitorada pelo Ministério do Meio Ambiente; a segunda é uma rede colaborativa de informação – a chamada Rede A3P. Até o presente momento, a A3P conta com a adesão formal de 255 parceiros e mais de 500 participantes na Rede A3P. O Programa tem ganhado amplitude nos últimos anos, especialmente, junto aos municípios. Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2013 (IBGE, 2014b), no Brasil, 504 municípios implementam programas de sustentabilidade na administração pública e desses, 66 são parceiros formais da A3P. Quatro Estados possuem adesão formal ao Programa: Bahia, Pernambuco, Sergipe e Ceará. No ANEXO 8 se apresenta uma análise sucinta sobre o eixo temático.

Cenário desejado e estratégias para sua realização

Para o 2º Ciclo do PPCS, as expectativas são de:

1) Expansão do número de parceiros da A3P.

Para tanto, tem-se buscado junto aos Estados novos arranjos de governança para implementação da Programa, envolvendo parcerias com órgãos estaduais, consórcios de municípios e redes de sustentabilidade. A proposta é criar estratégias de municipalização

diferenciadas, que sejam eficientes e adequadas para as distintas realidades do País.

Espera-se também que algumas das iniciativas que já se encontram em andamento, como é o caso da implantação da A3P em municípios do Estado de São Paulo, e da Rede de Sustentabilidade do Rio de Janeiro, possam consolidar-se e que outros novos arranjos sejam implementados. Além disso, busca-se promover a A3P no âmbito de outros instrumentos de âmbito estadual como é o caso do ICMS Ecológico.

2) Articulação do Programa com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Estima-se que a criação de unidades específicas para tratar do tema da sustentabilidade nas instituições públicas ajudará a fortalecer ainda mais a Agenda e o alcance de seus objetivos. Propõe-se, ainda, a criação de um Comitê Setorial para a implementação da Agenda nos órgãos militares e de segurança.

3) Fortalecimento das ações relacionadas aos eixos temáticos da A3P, especialmente no eixo de licitações sustentáveis.

Neste caso, sugere-se a articulação com os órgãos de controle, especialmente, tribunais de contas, e Ministério do Planejamento. Deve-se também promover maior integração regional e a criação de espaços de discussão, além do engajamento dos fornecedores.

4) Criação de uma agenda permanente de cursos de capacitação

Os cursos de capacitação devem contemplar (i) capacitação presencial e à distância, sobre os seis eixos temáticos da A3P, nas 27 unidades da Federação; (ii) formação de agentes multiplicadores; (iii) cursos específicos de capacitação por eixo da Agenda; e (iv) programa de intercâmbio entre as instituições. Propõe-se também ampliar as parcerias com outras instituições que promovam capacitação, como é o caso das escolas de governo e universidades corporativas.

5) Elaboração de materiais específicos de orientação da A3P por setor

Já foram identificados os seguintes públicos/setores para os quais a A3P deveria ser orientada considerando suas especificidades: a) municípios com até 50.000 habitantes; b) órgãos e entidades públicas; c) instituições financeiras; d) tribunais; e) empresas públicas; e f) universidades e institutos federais. Esses novos materiais visam a aperfeiçoar a implantação da Agenda de modo diferenciado e adequado a cada tipologia de instituição/setor.

6) Implantação do sistema de monitoramento online da A3P (Ressoa) e do Banco de Boas Práticas

O Ressoa permitirá o aperfeiçoamento das iniciativas e facilitará a implementação das ações do Programa nas instituições parceiras, tendo em vista que o monitoramento e a avaliação de impacto do Programa constituem as maiores fragilidades identificadas. A proposta é a publicação anual de um relatório de impactos do Programa. O sistema Ressoa já está sendo implantado, e ficará a cargo das instituições a inserção de seus dados

de monitoramento, fortalecendo a avaliação e o aperfeiçoamento permanente do Programa.

7) Inclusão de ações da A3P junto às escolas públicas.

A ideia é, em conjunto com o MEC, apoiar a implementação do projeto Escolas Sustentáveis.

8) Elaboração de uma proposta de metodologia para certificação pública da A3P.

A ideia é que, a partir da certificação, seja possível apoiar financeiramente projetos de sustentabilidade, ligados aos 6 eixos temáticos da A3P. Com a abrangência de sua atuação, o Programa A3P tem demonstrado grande capacidade de contribuir para o alcance do ODS 12 (Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis), além dos Objetivos 6 (Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos), 7 (Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos), e 11 (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis).



5.9 Gestão de Resíduos Sólidos – Aumento da Reciclagem

Descrição e contexto

A gestão de resíduos sólidos perpassa muitos dos temas abordados no 2º ciclo do PPCS. A Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS tem como um de seus princípios a necessidade de abordagem sistêmica na gestão dos resíduos sólidos. Esse princípio responde face à natureza multidimensional da gestão dos resíduos, introduzindo o conceito de gestão integrada de resíduos sólidos, o qual designa o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções, considerando as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

A adequada gestão de resíduos é um dos grandes desafios sociais e ambientais enfrentados pelos municípios para o desenvolvimento e implementação de cidades sustentáveis. Está vinculada aos modelos econômicos e de desenvolvimento e crescimento urbano adotados, o que faz com que toda e qualquer iniciativa voltada ao equacionamento dessa questão deva ser analisada à luz dos padrões atuais de produção e de distribuição da riqueza, assim como, do processo de produção do ambiente urbano construído e das formas de apropriação desses espaços pelos diferentes segmentos sociais e do cenário futuro ideal que se almeja alcançar. No ANEXO 9 se apresenta uma análise sucinta sobre o eixo temático.

Cenário desejado e estratégias para sua realização

Na lógica de encadeamento das etapas previstas na PNRS, é fundamental fortalecer, prioritariamente, todas as ações que precedem a reciclagem. Assim como a reutilização, a reciclagem pressupõe a implantação de um sistema de coleta seletiva, mediante prévia segregação dos resíduos na fonte geradora e acondicionamento adequado.

As ações prévias à coleta em si estão, portanto, atreladas a fatores culturais e a padrões comportamentais relativos ao consumo, ao desperdício, ao descarte e à conscientização do papel fundamental dessas ações para aumentar a eficiência da cadeia da reciclagem.

A reciclagem, conforme a Lei nº 12.305/2010, consiste no “processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama¹⁸ e, se couber, do SNVS¹⁹ e do SUASA²⁰”.

As possíveis alternativas para reutilização e reciclagem dos resíduos estão associadas a distintos fatores, muitos dos quais variam em função das condições e capacidade local

¹⁸ Sistema Nacional de Meio Ambiente.

¹⁹ Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

²⁰ Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

para implementá-las. Dentre esses fatores, destacam-se: i) a viabilidade técnica, ambiental e econômica dos processos tecnológicos existentes e disponíveis, relativos à cada fase da ordem de prioridade acima; ii) a capacidade institucional, técnica e financeira do poder público local, titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, de conduzir um processo participativo de planejamento e gestão dos resíduos e articular junto aos diferentes atores envolvidos na gestão integrada a implementação das ações necessárias que assegurem a ordem de prioridade das etapas na gestão e no gerenciamento dos resíduos sólidos; iii) a capacidade instalada no mercado para reabsorção dos resíduos passíveis de reciclagem e dos reciclados; a distribuição no território nacional dos polos recicladores e as conectividades existentes, por meio de infraestrutura e logística que viabilizem os fluxos dos resíduos; iv) a capacidade do setor produtivo de desenvolver e implantar processos produtivos inovadores, assim como produtos a partir dos reciclados.

Estratégias para o Segundo Ciclo do PPCS

1) Planejamento e Gestão

A Política Nacional de Resíduos Sólidos ressalta a importância do planejamento para sua implementação, em todas as esferas de governo, por meio dos planos nacional, estaduais, municipais e intermunicipais de resíduos sólidos.

Nessa mesma direção, a PNRS confere destaque a alternativas, como o consorciamento público intermunicipal ou compartilhamento entre municípios na área dos resíduos sólidos, por meio do qual é possível o arranjo institucional pautado na cooperação federativa para realização de objetivos de interesse comum pelos entes envolvidos.

No tocante ao apoio técnico e financeiro para aquisição de equipamentos e para obras de infraestrutura para a gestão dos resíduos sólidos, a Fundação Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (FUNASA) apoia os municípios com população inferior a 50 mil habitantes, ao passo que o Ministério das Cidades, a quem compete a coordenação da implementação da Política Federal de Saneamento Básico, apoia aqueles com população superior a 50 mil habitantes.

2) Coleta Seletiva

A coleta dos resíduos separados previamente na fonte geradora é fundamental para a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos – RSU, construção civil, do comércio/prestador de serviço, entre outros, e instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A separação prévia dos resíduos na origem interfere na qualidade dos processos pós consumo estabelecidos na gestão integrada dos resíduos sólidos. Por meio da coleta seletiva, evita-se a contaminação dos materiais recicláveis, aumentando o valor agregado, a quantidade de material passível de recuperação e diminuindo os custos do processo. Em relação à produção de bens, cabe lembrar que a substituição de matéria prima virgem por material reciclado evita a retirada da primeira, além de diminuir o uso de água e energia nos processos produtivos. Nesse sentido, é importante a promoção de políticas públicas que viabilizem essa prática.

A coleta seletiva facilita e melhora os processos de tratamento da fração orgânica dos RSU

(compostagem e biodigestão), resultando na produção de composto de qualidade superior aos resíduos de coleta mista e seguro para qualquer uso agrícola.

Por último, é importante ponderar sobre o papel da coleta seletiva nas mudanças comportamentais da população. Ao separar seus resíduos, os cidadãos têm a possibilidade de refletir, individual e coletivamente, sobre a geração e formas de disposição dos mesmos. De modo geral, ao descartarem seus resíduos, os tratam como “lixo” e acreditam que, a partir de então, já não tem mais qualquer responsabilidade sobre ele. Em última instância, portanto, a coleta seletiva é, em si, um processo educativo e promotor de cidadania.

3) Compostagem

A PNRS, por meio dos acordos setoriais, destaca, como um de seus objetivos, o incentivo à reciclagem de resíduos sólidos, normalmente associada somente à fração seca dos resíduos, tais como papel, papelão, plásticos, vidro e metais.

Entretanto, já há o entendimento de que a compostagem, ao transformar a matéria orgânica em insumo, é, ao mesmo tempo, reciclagem e uma forma de tratamento desses resíduos. Nesse sentido, a compostagem da fração orgânica dos RSU contribui significativamente para o aumento da reciclagem no país.

A implementação de sistemas de compostagem é especialmente importante no contexto brasileiro, uma vez que os resíduos orgânicos representam mais de 50% da massa total dos RSU coletados. Além disso há uma quantidade significativa proveniente das atividades agrossilvopastoris (aproximadamente 900 milhões de toneladas ao ano), que podem contribuir para aumentar a qualidade de vida da população em vários aspectos, desde a diminuição da poluição até a obtenção de composto de qualidade para produção de alimentos mais saudáveis.

4) Logística reversa e reciclagem

A PNRS trouxe um importante princípio, chamado responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, que é o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, no sentido de minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

Esse princípio atribui à toda a sociedade responsabilidade por reintroduzir os produtos após o uso pelo consumidor ao novo ciclo produtivo, outro que o utilize ou, caso isto não seja possível, promover sua disposição final ambientalmente adequada.

Portanto, o objetivo da logística reversa é promover atividades que viabilizem a coleta e o retorno dos produtos descartados pelo consumidor aos fabricantes e importadores (por meio dos comerciantes e distribuidores) para reaproveitamento na cadeia produtiva ou sua destinação final ambientalmente adequada, levando em consideração a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Um dos gargalos que dificulta a implementação da logística reversa no país é o número insuficiente de indústrias de reciclagem. Essa restrição encarece a atividade de

reciclagem, em função da necessidade de percorrer grandes distâncias para transportar o material às poucas unidades disponíveis no país, aliada aos baixos preços de mercado. Neste sentido, uma importante ferramenta para o desenvolvimento da indústria da reciclagem é a previsão de novos instrumentos de incentivo econômico tanto para a instalação de parques industriais com esta característica como para a viabilização econômica de produtos que absorvem matéria-prima reciclada, que hoje não conseguem concorrer em preço com produtos fabricados com matéria-prima virgem no mercado.

5) Análise do Ciclo de Vida do produto

A Análise do Ciclo de Vida consiste em uma metodologia desenvolvida para definir o perfil ambiental de um produto ou processo, por meio da avaliação das cargas ambientais associadas e do impacto da energia e materiais lançados no meio ambiente, e da identificação e avaliação das oportunidades que afetam o melhoramento ambiental durante todo o ciclo de vida do produto, processo ou atividade.

Constitui um instrumento relevante para a PNRS, uma vez que permite definir o perfil ambiental de um produto ou um processo, bem como possibilita que os fluxos de matéria e energia envolvidos no ciclo de vida de um bem sejam medidos e relacionados a diversas categorias de impactos ambientais.

A ACV é essencialmente quantitativa, sendo que os resultados refletem as categorias de impacto e permitem inclusive comparações entre produtos semelhantes. Pode ser utilizada para estimar o impacto da reinserção de produtos no ciclo produtivo, por meio da reciclagem e, desse modo, incentivar investimentos no setor.

6) Inclusão socioeconômica e produtiva dos catadores de materiais recicláveis

Os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis desempenham papel fundamental na implementação da PNRS. Sua atuação é anterior à Política, marcada tanto pela prática da catação individual e autônoma, de maneira informal e dispersa nas ruas e em lixões, quanto de forma organizada, por meio de associações e cooperativas.

A participação dos catadores na cadeia da reciclagem está vinculada, de modo geral, às etapas de coleta, triagem (separação e classificação), parte do processamento (prensagem, enfardamento) e comercialização dos materiais recicláveis, ainda de forma insipiente no beneficiamento e agregação de valor dos materiais.

A perspectiva de organização dos catadores em associações e cooperativas, estas de venda e em rede, é uma forma de fortalecer a atuação desse segmento na cadeia da reciclagem, ampliando a possibilidade de comercialização em escala e de oportunidades alternativas de negócio, dentre as quais, inclusive a verticalização da produção com o beneficiamento. Para tanto, é preciso superar dificuldades e desafios enfrentados para a viabilidade desses empreendimentos, os quais vão desde a precariedade das infraestruturas disponíveis à capacidade de autogestão, organização e gerenciamento do empreendimento, até a melhoria das condições de trabalho.

Nesse contexto, ações voltadas à proteção social, à capacitação profissional dos catadores e ao acesso à infraestrutura adequada tornaram-se imprescindíveis para estruturar a atividade realizada por este segmento, assim como aprimorar e abrir novas oportunidades de negócio para as cooperativas e associações.

Para o fortalecimento dessas iniciativas e expansão da reciclagem, são identificados como instrumentos fundamentais:

a) Educação Ambiental e Comunicação Social

Para o 2º Ciclo do PPCS, deve-se centrar esforços na educação ambiental e comunicação social voltadas para o aumento da reciclagem e para a destinação final ambientalmente adequada. Isto significa que os diferentes atores devem entender claramente o seu papel em cada etapa do processo.

A proposta é definir diferentes estratégias de comunicação para os diferentes públicos:

I) Governo Federal - A3P (Esplanada Sustentável), “Plano de Ação” para viabilizar a implementação da PNRS junto às instituições que compõem o CI;

II) Governos estaduais - A3P; cursos (compostagem, planos de resíduos, implementação da Coleta Seletiva, logística reversa), divulgação de estudos e manuais sobre reciclagem, premiação e divulgação de boas práticas; governos municipais - A3P; cursos (compostagem, planos de resíduos, implementação da Coleta Seletiva, logística reversa), divulgação de estudos e manuais sobre reciclagem, premiação e divulgação de boas práticas; sociedade no geral - campanhas, principalmente nas redes sociais, com linguagem clara e direta sobre cada assunto específico e sobre qual o papel de cada um; fóruns de discussões, oficinas locais sobre práticas sustentáveis relacionadas à reciclagem; e campanha nacional, monitorada e continuada, nas redes sociais, sobre a importância da reciclagem.

b) Arcabouço Legal

A regulamentação de algumas matérias é importante, tanto para conferir segurança jurídica aos processos ainda não estabelecidos e instituídos, quanto para incentivar a implementação de ações que não necessariamente precisam de uma regra para serem implementadas, mas que apenas por mérito não são priorizadas.

Esse, possivelmente, é o caso da compostagem. No MMA acredita-se que regulamentá-la é fundamental para trazer segurança jurídica aos setores privado e público, além de ser um catalizador para aumentar a implantação de sistemas de compostagem nos municípios. Dessa forma, está sendo proposta uma Resolução CONAMA sobre compostagem de resíduos orgânicos.

Uma decorrência dessa proposta de Resolução é a revisão da Resolução Conama nº 275, de 25 de abril de 2001, que trata das cores de recipientes de descarte de resíduos. A proposta é adequar a forma de segregação dos resíduos à realidade dos municípios brasileiros. A separação em muitos containers dificultou a adesão à coleta seletiva.

Outro documento que visa estabelecer regras entre o setor público e o privado são os acordos setoriais, firmados entre o Ministério do Meio Ambiente e os representantes da indústria em cada cadeia de produtos previstos na PNRS.

c) Instrumentos Econômicos

A PNRS estabelece um conjunto de instrumentos econômicos voltados à viabilização da gestão integrada de resíduos. Em relação especificamente à reciclagem, define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios a indústrias e entidades dedicadas a reutilização, ao tratamento e reciclagem de resíduos sólidos.

Nesse sentido, foi criado grupo de trabalho (GT3), coordenado pelo Ministério da Indústria e Comércio Exterior, realizou, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria – CNI, um estudo sobre estímulos à cadeia de reciclagem, o qual prevê medidas indutoras da reciclagem, tais como: pagamento em uma única vez de impostos dos materiais incluindo embalagens retornáveis; alívio tributário para as cadeias de logística reversa obrigatórias, da coleta à reciclagem e desoneração do trabalho.

Algumas ações, do ponto de vista tributário, sugeridos pelo estudo para atender às referidas medidas são: isenção de impostos sobre materiais reciclados (ICMS, PIS-COFINS, IPI); isenção de impostos sobre as atividades de reciclagem, particularmente relacionadas às cadeias de logística reversa obrigatórias (ICMS, PIS-COFINS, ISS); isenção de impostos sobre embalagens retornáveis; e outros (IR, ecovalor/taxa de destinação, desoneração da folha). Nesse sentido, é necessária uma articulação maior entre os órgãos dos diferentes níveis de governo responsáveis por essas ações, a qual poderá ser viabilizada por meio das Mesas Federativas.

A gestão integrada dos resíduos sólidos possui interfaces com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, particularmente os Objetivos: 3 (assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, dado a importância da implementação da PNRS e da Política Federal de Saneamento Básico para a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; 11 (tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; e 12 (assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis, e particularmente a meta 12.5, de reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização).

Vários princípios e objetivos da PNRS, dentre os quais o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania, contribuem para a consecução desses e de outros ODS, bem como das políticas e prioridades nacionais relativas ao combate à pobreza, à segurança alimentar, melhoria da nutrição e promoção da agricultura sustentável, à gestão sustentável da água e saneamento, ao acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, ao crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, ao emprego pleno e produtivo, e ao trabalho decente.

Considerando a autonomia administrativa dos municípios para lidar com problemas locais, apresenta-se como um grande desafio para a implementação da PNRS a real capacidade institucional, financeira e técnica das administrações locais para atuarem na busca de soluções para questões, incluindo a questão dos resíduos sólidos.

Ademais, torna-se imprescindível mudar os atuais padrões de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, pautados na obsolescência programada, na cultura do descarte e do desperdício, como forma de reduzir a pressão sobre os recursos naturais e consequentes impactos ao meio ambiente.



5.10 Relatos Corporativos de Sustentabilidade

Descrição e contexto

A consciência cada vez maior do papel social das empresas e a responsabilidade que decorre dos impactos de suas atividades têm levado à inclusão sistemática das questões ambientais, sociais e de governança (ESG, em inglês) na estratégia e no processo de tomada de decisão das organizações. Impõe-se, assim, desafios de segurança energética, alimentar, hídrica e climática e de medidas que não podem depender de ações isoladas das empresas mais cientes desses riscos, tampouco esperar os sinais de mercado que pavimentem esse caminho rumo à economia sustentável.

Esse panorama começou a mudar nos últimos anos, sendo possível identificar avanços na base produtiva brasileira, ainda que dispersos, mas consistentes, acompanhadas de um crescente interesse das empresas em relatar esse esforço. Nesse contexto, os Relatos Corporativos de Sustentabilidade passam a ser um instrumento cada vez mais importante por incluírem uma abordagem ESG ao processo decisório das organizações, ajudando a melhorar o seu desempenho geral.

O processo de relato é importante, pois atende, pelo menos, a três objetivos: 1) comunicar e demonstrar o grau de compromisso de uma empresa com os aspectos socioambientais; 2) planejar atividades de forma integrada e melhorar a competitividade nos diversos mercados; e 3) fornecer subsídios para a tomada de decisão e a alocação eficiente de capital. No ANEXO 10 se apresenta uma análise sucinta sobre o eixo temático.

Cenário desejado e estratégias para sua realização

Os elementos aqui propostos para o desenvolvimento da agenda no contexto do 2º Ciclo do PPCS são as recomendações do GT sobre Relatos Corporativos de Sustentabilidade, que fortalecem a articulação entre diferentes políticas, ações e instrumentos para maior sustentabilidade da produção e do consumo no País, além de contribuírem para o alcance da meta 12.6 (Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios) e, conseqüentemente, o cumprimento do Objetivo 12 de “Assegurar Padrões de Produção e de Consumo Sustentáveis”.

Estratégias

1) Criação de condições para que **empresas públicas** que integram os Orçamentos de Investimentos da União, Estados e Municípios divulguem anualmente Relatos Corporativos de Sustentabilidade na modalidade Relate ou Explique, adotando roteiro compatível com o porte, materialidade e relevância dos impactos sociais e ambientais.

Ações Propostas:

Incluir no Anteprojeto de Lei de Responsabilidade das Estatais (LRE) artigo que obrigue as empresas públicas a divulgarem anualmente Relatos Corporativos de Sustentabilidade na modalidade Relate ou Explique;

Criar Grupo de Apoio ao relato das empresas públicas, de modo a orientar na elaboração de roteiro e implementação de procedimentos de relatos que sejam adequados com o porte, materialidade e relevância dos impactos sociais e ambientais.

2) Incentivo às **grandes empresas de capital fechado** (alterando a Lei nº 11.638/2007) e **limitadas**, de grande porte, a publicar informações financeiras e não financeiras.

Ações Propostas:

Influir na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 289/2015 (PLS) que dispõe sobre a obrigatoriedade de relatórios de sustentabilidade para companhias ou sociedade anônimas, de modo que o PLS se adeque às recomendações feitas pelo GT sobre Relatos Corporativos de Sustentabilidade;

Instituir Grupo de Apoio à divulgação de informações financeiras e não financeiras por companhias de capital fechado.

3) Criação de incentivos para divulgação integrada de informações não financeiras e financeiras, na modalidade “Relate ou Explique”, como critério para participação em compras públicas sustentáveis, política de incentivos fiscais e acesso facilitado ao crédito, licenciamento e concessões. Devendo ser o roteiro compatível com o porte, a materialidade e a relevância quanto aos impactos econômico-financeiro, sociais e ambientais da organização, sendo essa observância discriminada nas normas e/ou nos editais, quando necessário.

Ações Propostas:

Influir na tramitação do Projeto de Lei nº 3.613/2008 que obriga a publicação, anualmente, do Balanço Social pelas empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos, em todos os níveis da Administração Pública e empresas privadas que tenham recebido apoio financeiro ou crédito do poder Público.

Instituir mesa de diálogo com Ministério do Planejamento e da Fazenda, Banco Central, órgãos ambientais para tratar da obrigatoriedade de publicação de relatos corporativos quando, respectivamente, das compras públicas, do recebimento de incentivos fiscais, crédito facilitado e licenciamento.

4) Identificação de **parâmetros de sustentabilidade setoriais e globais** que permitam gerar compromissos voluntários com as associações empresariais e outras organizações da sociedade interessadas, cujo instrumento de verificação de desempenho em relação a esses compromissos seja os Relatos Corporativos de Sustentabilidade.

Ações Propostas:

Elaborar estudo que deverá conter o perfil da indústria nacional, no qual mapear-se-ão as principais características da indústria nacional, tais como: consumo de matérias primas, energia, perfil do parque industrial, principais externalidades geradas (impactos

ambientais, sociais e econômicos) distribuição espacial dos principais tipos de indústria e os respectivos problemas ambientais pelos quais são responsáveis;

Promover eventos temáticos com setores específicos para pactuação de parâmetros de sustentabilidade e compromissos voluntários.

5) Utilização da capacidade de **indução das agências reguladoras**, considerando a aplicabilidade e a relevância quanto aos impactos sociais e ambientais dos setores regulados, para exigir e/ou recomendar a prática do Relato Corporativo de Sustentabilidade das empresas reguladas. A materialidade e a relevância dos impactos relativos aos temas de governança, social e ambiental, específica aos setores regulados, devem ser observadas nos processos adotados pelas agências nos respectivos setores de atuação.

Ações Propostas:

Influir na tramitação do Projeto de Lei nº 3.613/2008 que obriga a publicação, anualmente, do Balanço Social pelas empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos, em todos os níveis da Administração Pública e empresas privadas que tenham recebido apoio financeiro ou crédito do poder Público;

Instituir Mesa de Diálogo com as agências reguladoras para promoção dos relatos pelas empresas reguladas, incluindo a identificação do uso das informações fornecidas por elas.

6) Criação de **plataforma digital**, de acesso público, com a finalidade de: i) disponibilizar banco de dados com as informações das organizações e dados oficiais do Governo, para que sirvam como instrumento de pesquisa, benchmarking e, sobretudo, de transparência no diálogo entre empresas, Governo e sociedade civil, no que respeita os compromissos com a sustentabilidade; ii) acolher relatos de boas práticas, documentos/materiais de divulgação em Português, visando o apoio à difusão dos Relatos Corporativos de Sustentabilidade; iii) acolher acervo de informações necessárias ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), indicadores e metas, relacionados com os compromissos da base produtiva do País, com a melhoria do desempenho socioambiental e da governança das empresas. Essas métricas devem servir de referência para a criação de mecanismos de estímulo ao setor produtivo e auxiliar no monitoramento do desempenho das empresas e do País, pelas partes interessadas, tendo como instrumento os relatos; iv) acolher a divulgação de relatos, viabilizando, após tratamento estatístico dos principais quesitos que integram os relatos nas áreas de governança, social e ambiental, o monitoramento estatístico pela sociedade e as partes interessadas.

Ações Propostas:

Criar plataforma integrada com o Plano de Comunicação do PPCS.

Promover pesquisas que evidenciem a relação entre a adoção de práticas integração de processos e do seu relato e benefícios para as empresas e demais stakeholders.

Ampliar o debate na sociedade em relação aos potenciais benefícios da utilização dos Relatos Corporativos de Sustentabilidade.

7) Consideração, de forma efetiva, da aplicação do **sistema internacional XBRL** (*Extensible Business Reporting Language*), que é um dicionário estruturado que explica o conjunto de conceitos utilizados por um país, um grupo de países ou um domínio particular (bancos, seguradoras, bolsa de valores).

Ações Propostas:

Estabelecer link entre este sistema e a plataforma de que trata uma das recomendações acima.

8) Adoção de **medidas de estímulo** ao relato das pequenas e microempresas (P&ME) na cadeia de valor das empresas públicas e privadas, por meio da modalidade Relate ou Explique, em processos compatíveis com o porte, materialidade e relevância quanto aos impactos sociais e ambientais, das P&ME.

Ações Propostas:

Estabelecer diálogo com a Secretaria de Micro e Pequenas Empresas da Presidência da República e com o SEBRAE;

Disponibilizar de forma gratuita sistemas de avaliação e mensuração e controles dos indicadores de sustentabilidade para as pequenas e médias empresas implantarem em sua gestão, viabilizando assim a introdução dos conceitos e indicadores em sua gestão e promovendo a geração de diferencial competitivo mercadológico àquelas que assim o fizerem, promovendo parâmetros de atendimento dos indicadores de sustentabilidade para as pequenas e médias empresas se compararem por região, porte e setor de atividade.

Estabelecer pactos setoriais para que as grandes empresas viabilizem que as pequenas e médias empresas de suas cadeias de suprimento adotem a gestão integrada de seus negócios e o relato.

9) Proposição às instâncias pertinentes do Governo federal de **modelo de relato anual para instituições públicas**, compatível com a natureza, materialidade, relevância e capacidade gerencial das suas organizações, bem como sua publicação no website do órgão respectivo.

Ações Propostas:

Incorporar o relato nos Planos de Logística Sustentável dos órgãos públicos federais.

10) Realização de **processos de diálogos** com setores específicos não contemplados no GT, de modo a ampliar o processo de escuta, engajamento e construção de uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade.

Ações Propostas:

Instituir no âmbito do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis instância específica e permanente para acompanhamento da temática.

11) Estabelecimento de mecanismo de governança como instrumento de coordenação e de diálogo permanente com as partes interessadas, com o objetivo de viabilizar uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade e para uma gestão integrada de recursos financeiros e não financeiros.

Ações Propostas:

Instituir no âmbito do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis instância específica e permanente para acompanhamento da temática.

6. Institucionalidade de PPCS no Brasil

Comitê Gestor de PCS – Componentes, Objetivos e Funcionamento

No final de 2014, a equipe do Ministério de Meio Ambiente deu início a um diálogo sobre o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis - PPCS, convocando seus parceiros a repensar estratégias inovadoras para a implementação e fortalecimento da segunda fase do Plano. A finalidade dessa convocação foi realizar um amplo debate, articulando os membros do Comitê Gestor do PPCS, parceiros dos setores público e privado e da sociedade civil, a identificar ações que possam levar o Brasil, de forma planejada e monitorada, a buscar padrões mais sustentáveis de produção e consumo nos próximos anos. Nesse sentido, no mesmo período, foi publicada a Portaria MMA nº 437, de 8 de dezembro de 2014, que restituiu o Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis, instância máxima deliberativa de desenvolvimento e implementação do PPCS.

Assim como no primeiro ciclo, a aposta nesse processo de mudança é na governabilidade e no comprometimento das instituições que contribuem para a construção e implementação do Plano, adicionadas à motivação dos gestores públicos, dos empresários e dos cidadãos, para que juntos trabalhem com soluções criativas e sustentáveis, a partir de uma cooperação baseada na articulação intersetorial coletiva.

Com esse propósito, o Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável (CGPCS) e seus parceiros, visa a fomentar soluções duradouras, eficientes e passíveis de multiplicação nacional e internacional, criando as condições para uma efetiva mudança nos atuais processos de produção e consumo, em benefício de todos.

Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis

Conforme estabelecido na Portaria MMA nº 437/2014, o CGPCS é integrado por:

1. Ministério do Meio Ambiente (MMA), que exerce as funções de Secretaria Executiva do CGPCS e coordenador do PPCS;
2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
3. Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI);
4. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
5. Ministério de Minas e Energia (MME);
6. Ministério das Cidades (MCidades);
7. Ministério da Fazenda (MF);
8. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP);
9. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
10. Ministérios dos Transportes (MT);
11. Banco Central do Brasil (BACEN);
12. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
13. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO);
14. Escritório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) no Brasil;
15. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS);

16. Confederação Nacional da Indústria (CNI);
17. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
18. Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE);
19. Central Sindical envolvida em atividade de gestão ambiental, produção mais limpa e desenvolvimento sustentável;
20. Fundação Getúlio Vargas (FGV);
21. Instituto Akatu;
22. Confederação Nacional do Comércio (CNC);
23. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC);
24. Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE);
25. Associação Brasileira de Ciclo de Vida – (ABCV); w
26. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – (IBRACON).

7. Instrumentos e mecanismos de implementação

Como forma de valorizar e fortalecer iniciativas já em curso e estimular novas ações – tanto do setor governamental quanto não governamental, o 2º ciclo do PPCS também prevê uma tipologia diversa de ações que possam ser agrupadas e nomeadas segundo a sua natureza e as principais partes envolvidas. O Plano conta com os seguintes mecanismos e ferramentas de gestão:

7.1 Ações Governamentais (AG)

Iniciativas conduzidas sob a liderança e a coordenação técnica dos Ministérios do Governo Federal e de outros entes públicos, como agências e autarquias, empreendidas com recursos públicos do Orçamento da União ou dos congêneres nos Estados e Municípios, de empresas ou bancos estatais - e que representem uma contribuição direta às prioridades do PPCS. Encaixam-se nesta categoria, por exemplo, a edição da Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014, do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

7.2 Acordos de Cooperação Técnica (ACT)

Instrumentos formais utilizados por entes públicos para estabelecer um vínculo cooperativo ou de parceria entre si ou, ainda, com entidades privadas, que tenham interesses e condições recíprocas ou equivalentes, de modo a realizar um propósito comum, voltado ao interesse público. O acordo de cooperação se diferencia de convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada pelo simples fato de não prever a transferência de recursos. A título de exemplo, o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e o Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MCTI), que acordaram unir esforços para implementar a agenda proposta pelo PPCS, com a criação do Fórum Permanente de Diálogo entre os setores público e privado para promover o debate sobre o tema de Produção e Consumo Sustentáveis.

7.3 Iniciativas Voluntárias (IV)

Iniciativas empreendidas sem aporte de recursos governamentais, pelo setor privado ou por organizações da sociedade, em execução ou previstas para implementação do PPCS, planejadas como contribuição direta para atender às prioridades do Plano. Podem ser ações de empresas, desenvolvidas individualmente, em grupo ou setor, neste caso representado por alguma associação empresarial ou entidade da sociedade. Para integrar o Plano oficialmente, a iniciativa deve observar critérios de transparência, que incluem relatórios anuais e metas monitoradas por agente externo à empresa ou organização.

Encaixam-se nesta categoria ações como a campanha do “Programa Movimento Limpeza Consciente”, da Associação Brasileira de Produtos de Limpeza e Afins (Abipla), com o objetivo de chamar a atenção do consumidor para a grave crise hídrica que vivem diversas regiões do País, promovendo a conscientização da população quanto à conservação e ao uso eficiente da água, disseminando práticas que diminuam o seu desperdício renovando a mensagem em prol do consumo sustentável dos produtos de limpeza.

7.4 Ações de Parceria (AP)

Iniciativas conjuntas entre o setor público e o setor privado e/ou sociedade organizada, com recursos mistos (aportes públicos e privados), sob coordenação e/ou monitoramento conjuntos. Embora guardem certa autonomia de execução ou desempenho em relação ao Governo, para fazer parte do PPCS oficialmente, estas ações devem contar com mecanismos de monitoramento público – como relatórios anuais e outros cabíveis –, de acordo com a característica da iniciativa.

Ações de parceria entre o MMA e instituições ou setores empresariais já se encontram em curso, como por exemplo o Estudo sobre Estado da Arte da Construção Sustentável, numa parceria entre o MMA e o Conselho Brasileiro da Construção Sustentável (CBCS); e iniciativas voltadas para ampliar a destinação adequada e o reaproveitamento de resíduos da construção civil, particularmente no contexto da publicação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

7.5 Pactos Setoriais (PS)

Pactos efetuados entre o Ministério do Meio Ambiente e associações representativas de diferentes cadeias do setor produtivo, estabelecendo compromissos voluntários ou vinculantes. Os pactos visam a promover a produção, o uso e o consumo sustentáveis, e o descarte correto de produtos ou serviços específicos, claramente significativos na redução, mitigação ou prevenção de impacto socioambiental já detectado. São compromissos construídos de maneira participativa e transparente, estabelecendo medidas práticas e metas, bem como seus instrumentos de monitoramento.

Nesses pactos ou acordos, o governo é necessariamente parte integrante e constitutiva, participando ativamente do monitoramento. Como exemplo, o pacto realizado entre o MMA e a Associação Brasileira de Indústrias de Limpeza e Afins (ABIPLA) que, por meio de campanhas vem promovendo a redução do consumo de água e energia, da emissão de gases de efeito estufa, do uso de químicos e de embalagens, e da maior ergonomia na cadeia e para o consumidor.

7.6 Projeto de Cooperação entre MMA e PNUMA

O MMA e o PNUMA firmaram, em 2010, um acordo de cooperação técnica, que se estenderá até 2017, para a implementação do projeto Produção e Consumo Sustentáveis, a fim de “promover no Brasil um forte e contínuo processo de disseminação de ações alinhadas com o conceito de Produção e Consumo Sustentáveis, estabelecido pelo Processo de Marrakesh, integrado aos esforços nacionais para abordar mudanças climáticas, redução da pobreza, desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade e recursos naturais”.

O projeto contou com um aporte do MMA no montante de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), para custear atividades de: elaboração de estudos técnicos e manuais metodológicos; realização de cursos de capacitação; apoio técnico para a criação de novas parcerias entre governos, setor privado e agências de financiamento, e expansão das redes, iniciativas e parcerias existentes em PCS; apoio a atividades de intercâmbio e cooperação técnica; desenvolvimento de ferramentas de informação, tais como plataformas, redes e *clearinghouses*; elaboração de materiais didáticos para o público consumidor; realização de campanhas e estudos de análise de ciclo de vida; e desenvolvimento de instrumentos de Comunicação.

7.7 Termos de Adesão e Rede A3P

O Termo de Adesão é o instrumento de compromisso para implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P nas instituições públicas, celebrado entre os interessados e o MMA, cuja finalidade é integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implementação da A3P. A assinatura do termo demonstra o comprometimento da instituição com a agenda socioambiental e a gestão transparente.

A A3P tem sido implementada em vários órgãos e entidades públicos por meio da participação na Rede A3P. A Rede é um canal de comunicação permanente para promover o intercâmbio técnico, difundir informações sobre temas relevantes à agenda, sistematizar dados e informações sobre o desempenho ambiental das instituições e incentivar programas de formação e mudanças organizacionais, permitindo a troca de experiências.

7.8 Certificação e Premiação

O Selo de Sustentabilidade na Administração Pública – composto por três categorias independentes: o Selo Verde, o Selo Prata e o Selo Laranja – tem por objetivo conferir o reconhecimento e a divulgação de práticas de gestão baseadas em conceitos de sustentabilidade, implantadas pelas Administração Pública no contexto do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

O Prêmio A3P procura dar visibilidade e estimular a implantação de iniciativas inovadoras em instituições públicas, contemplando as melhores ações em quatro categorias: Gestão de Resíduos, Uso Sustentável dos Recursos Naturais, Inovação na Gestão Pública e Destaque da Rede A3P.

7.9 Fóruns de Discussão e Implementação

Fórum Anual do PPCS: o terceiro mecanismo de implementação do PPCS é o fomento à troca de experiências e à visibilidade de experiências exitosas em Produção e Consumo Sustentáveis, bem como a discussão sobre os gargalos ao longo da implementação do Plano. O Fórum busca debater os avanços do Plano e estratégias para sua maior efetividade. Para o planejamento do Fórum Anual, o Comitê Gestor deve designar uma comissão específica.

Mesas de Diálogos: anterior à divulgação das diretrizes para o 2º ciclo do PPCS para consulta pública, os documentos de base foram objeto de discussões em mesas de diálogos, com a participação de instituições relevantes dos setores públicos e privados, e de representantes da sociedade civil. O objetivo foi aprofundar os entendimentos sobre as prioridades do Plano e suas estratégias no 2º ciclo de implementação. Durante o 2º ciclo, deverão ser estabelecidas outras instâncias setoriais de diálogos, como grupos de trabalho ad hoc, reuniões bilaterais e *webinars*, para avançar na identificação de iniciativas e aperfeiçoar as estratégias e ações de implementação dos eixos temáticos do plano.

Consulta Pública: as diretrizes para o 2º ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, foram construídas a partir dos debates e parcerias no contexto das mesas de diálogo, e aprovadas preliminarmente pelo Comitê Gestor. Finalizado esse processo, o documento do 2º ciclo do PPCS foi disponibilizado para consulta de modo a permitir que toda a sociedade tivesse conhecimento e pudesse contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Portal e redes - comunicação e informação eletrônica: o PPCS privilegiará a utilização dos meios eletrônicos para comunicação entre parceiros e a divulgação de informações sobre o progresso de sua implementação. As ferramentas incluem um portal específico, redes sociais e redes temáticas. O Portal do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis deverá ser uma ferramenta viva e dinâmica, a ser atualizada permanentemente pela equipe técnica do DPCS/MMA.

Para melhor compartilhamento das ações e integração das parcerias, o Plano pretende lançar a Rede PCS, que integrará o Portal PPCS, reunirá parceiros e trará novos atores e projetos, a fim de discutir mudanças, desafios e oportunidades para uma economia mais inclusiva, além de analisar e estimular as transformações de comportamento do consumidor apontadas nas estratégias do Plano. A rede também contribuirá para a disseminação e discussões sobre questões relativas ao alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente o ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Na esfera internacional, o PNUMA conta com o SCP *Clearinghouse*, ambiente virtual cujo objetivo é disseminar informações sobre consumo e produção sustentáveis. Essa plataforma de alcance internacional permite o compartilhamento de informações sobre produção e consumo sustentáveis ao redor do mundo, a construção de redes e a identificação de parcerias, além de fornecer informações sobre o Quadro Decenal de Programa sobre Produção e Consumo Sustentáveis (10YFP) - <http://www.unep.org/10yfp/>.

7.10 Outros: estudos e pesquisas; campanhas

As campanhas são, junto aos processos informativos e de comunicação, uma das

principais ferramentas de sucesso do PPCS. Ao longo desses últimos anos foram realizadas diversas campanhas direcionadas ao consumo sustentável, buscando a sensibilização do consumidor em geral. Nesse sentido, no âmbito das atividades/estratégias do 2º Ciclo, o Ministério do Meio Ambiente buscará continuar a promover e/ou desenvolver das campanhas, além de apoiar institucionalmente as campanhas desenvolvidas pelos parceiros.



A realização das campanhas em todos os ciclos do plano considera a influência que podem ter nas pessoas, nas instituições e na sociedade como um todo, por meio do engajamento do público para a sustentabilidade, fazendo com que o cidadão se sinta parte de um movimento que trará mudanças estruturantes na sociedade, mudando sua maneira de compreender a vida, o mundo e, sobretudo, suas próprias motivações, critérios de escolha e de comportamento.

Nesse sentido, pretende-se, no 2º ciclo do PPCS, continuar realizando e apoiando campanhas nacionais anuais tratando principalmente de aspectos do consumo sustentável, com vistas à sensibilização do consumidor em geral; buscar parcerias para implementar e apoiar campanhas dos parceiros que tratem de aspectos do consumo e estímulo ao setor produtivo para comunicar melhor suas ações; e elaborar materiais didáticos e campanhas dirigidas aos impactos da geração de resíduos sólidos, buscando sensibilizar para a importância da reciclagem.

8. Monitoramento e Avaliação

O processo de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e controle das políticas públicas no Brasil passa, nos últimos 20 a 30 anos, pelo debate sobre a incorporação dos requisitos democráticos da transparência dos atos governamentais e do modo pelo qual procedimentos e processos burocráticos do Estado podem ser mobilizados a fim de garantir direitos e aumentar a eficiência e eficácia das ações públicas. Desse movimento decorre a percepção da avaliação e monitoramento como atividades que integram o próprio ciclo das políticas públicas e com capacidade efetiva de subsidiar as mudanças da realidade social à qual a ação se volta e a própria ação²¹.

Nesse sentido, sistemas de monitoramento e avaliação constituem uma das etapas mais sensíveis na gestão de programas e políticas públicas, sobretudo ambientais. O acompanhamento cotidiano e a realização de estudos específicos de avaliação, como insumo ao planejamento público, são procedimentos com pouca tradição em nosso País e,

²¹ ²¹ Beluzzo e LIMA (20__).

portanto, ainda não são institucionalizados de forma adequada por órgãos públicos, para além daqueles criados para essa função específica²².

No Brasil, a experiência mais consolidada de criação de um painel de indicadores focados no desenvolvimento sustentável, incluindo um número significativo de indicadores ambientais, é a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com a publicação regular dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), desde 2002. A última versão dos IDS foi publicada em 2015, contendo 63 indicadores, produzidos com dados adquiridos nas pesquisas do IBGE e de diversas instituições, e procura mensurar, em seus aspectos essenciais, a qualidade ambiental e de vida da população, o desempenho macroeconômico do País, os padrões de produção e consumo, e a governança para o desenvolvimento sustentável.

Outra experiência de relevo é o Painel Nacional de Indicadores Ambientais (PNIA) 2012, atualizado em maio de 2014, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente²³, que busca atender à estratégia de consolidação e fortalecimento do Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (SINIMA), um dos instrumentos básicos da Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 1981.

O PPCS ainda não conta com um conjunto de indicadores por meio dos quais seja possível realizar o monitoramento e a avaliação do impacto gerado pela implementação dessa agenda. Um sistema regular de informações para o Plano contribuirá para o alcance de maior eficiência na alocação de recursos e de eficácia e qualidade das ações realizadas, produzindo dados gerenciais indispensáveis à tomada de decisões. Esse sistema permitirá identificar a necessidade de ajustes e mudanças de rumo, bem como a transparência das ações realizadas e seus resultados para executores, parceiros e principalmente para a sociedade.

A definição de Linhas de Base (*baselines*) têm fundamental importância nesse contexto, para a medição e o controle dos indicadores das ações e seu desempenho, sendo também são fontes ricas de lições aprendidas para orientar e melhorar a precisão de iniciativas futuras. Por meio delas será possível identificar se as metas e cronogramas estão acima ou abaixo da previsão inicial, e qual o nível de aderência ao escopo original das linhas de ação e cenários desejados.

O documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, aprovado pelas Nações Unidas em setembro de 2015, ressalta a importância de estabelecer mecanismos para seu acompanhamento e revisão, nos níveis nacional, sub-regional, regional e global, facilitando o compartilhamento de experiências, incluindo sucessos, desafios e lições aprendidas, e promovendo a coerência de todo o sistema e a coordenação das políticas de desenvolvimento sustentável. Salienta a importância de os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas, constantes da Agenda

²² Vaitzman e colaboradores (2006).

²³ O primeiro esforço empreendido pelo MMA na construção de indicadores ocorreu quando foi assumido o compromisso junto ao Fórum de Ministros da América Latina e do Caribe para compilação de um conjunto de indicadores que pudessem ser padronizados com os demais países da região. O resultado foi o Relatório de Acompanhamento da Iniciativa Latino Americana e Caribenha, a ILAC Brasil - 2007. Esse trabalho foi realizado em parceria entre os departamentos do MMA e participação da ANA, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e apoio direto do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA.

2030, serem acompanhados de modo inclusivo, com vistas a promover sua integração com os instrumentos de planejamento existentes, tais como as estratégias de desenvolvimento nacional e de desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma como aconteceu com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, busca-se, a partir dos ODS, determinar linhas gerais orientadoras de uma série de políticas públicas de execução nacional²⁴, que refletirão o compromisso amplo de conciliar o desenvolvimento de uma economia de baixo impacto ambiental com a inclusão social, além de estabelecer as fontes de recursos destinadas à cooperação internacional para o desenvolvimento nos próximos anos.

A agenda de produção e consumo sustentável (PCS) permeia de modo direto e indireto, praticamente todo o conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e não apenas no Objetivo 12, que é “assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis”, que contempla metas explícitas nessa direção. Dessa forma, acredita-se que a agenda em PCS ganhará espaço e robustez no cenário nacional e internacional e, portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de indicadores, e seu acompanhamento sistemático, para que monitoramento e a avaliação das ações e atividades desenvolvidas à luz do 2º ciclo do PPCS possam alçar o País à altura dos compromissos assumidos.

Assim sendo, espera-se que o conjunto de instrumentos aprovados no contexto da Agenda 2030, inclusive seu mecanismo de monitoramento e avaliação regular, possa, além de estabelecer os critérios de avaliação dos avanços de países desenvolvidos e em desenvolvimento, oferecer sugestões de melhores práticas e garantir recursos internacionais suficientes para estimular bons projetos e promover práticas de governança participativa fundadas no diálogo entre Estados e sociedade civil, em todos os níveis.

Diante dessa realidade, fica claro que a elaboração de um plano de monitoramento e verificação se faz necessário para que os tomadores de decisão, gestores públicos e privados, passem a ter subsídios fidedignos quanto ao atual estágio da implementação da agenda nacional de produção e consumo sustentáveis, expresso especialmente neste texto de referência para a implementação do 2º ciclo do Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis.

²⁴ Angelim e Oliveira (2015).

QUADROS, FIGURAS E TABELAS

	Página
Quadro 1: Os 17 temas que constituíram a estrutura do 1º Ciclo do PPCS, com destaque as 6 prioridades	38 e 39
Tabela 1: Rendimento médio mensal real das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo as classes de percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, em ordem crescente de rendimento no ano de 2013. Fonte: PNAD-2013 (IBGE, 2013)	12
Figura 1: Composição de Despesas – 2009. Fonte: POF 2008-2009. Extraído de: SAE	13
Figura 2: Pegada Acumulada por percentil de renda. Fonte: SAE	13
Figura 3: Pegada de Materiais percapita (PM/cap) em quatro categorias e Consumo Doméstico de Materiais per capita (DMC/cap) do Brasil no período de 1990–2008. A unidade de medida é t/cap. Fonte: Adaptado de Wiedmann e colaboradores (2015).	14
	16

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). Conjuntura dos recursos hídricos: Informe 2016 / Agência Nacional de Águas - Brasília: ANA, 2016. 95 p. :

WOLKMER, M. de F.; PIMMEL, N. F. Política nacional de recursos hídricos: governança da água e cidadania ambiental. Sequência (Florianópolis) no.67 Florianópolis Dec. 2013 (<http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n67p165>)

ABRE; FGV. **Dados de Mercado: Estudo Macroeconômico da Embalagem ABRE/FGV - Apresentação fevereiro 2011: fechamento do ano de 2010.** Disponível em: <http://www.abre.org.br/setor/dados-de-mercado/dados-de-mercado-2010/>

ABRE; FGV. **Dados de Mercado: Estudo Macroeconômico da Embalagem ABRE/FGV - Apresentação fevereiro 2012: fechamento do ano de 2011.** Disponível em: <http://www.abre.org.br/setor/dados-de-mercado/dados-de-mercado-2011/>

ABRE; FGV. **Dados de Mercado: Estudo Macroeconômico da Embalagem ABRE/FGV - Apresentação fevereiro de 2013: A indústria de embalagem em 2012 e perspectivas para 2013.** Disponível em: <http://www.abre.org.br/setor/dados-de-mercado/dados-de-mercado-2012/>

ABRE; FGV. **Dados de Mercado: Estudo Macroeconômico da Embalagem ABRE/FGV - Apresentação fevereiro de 2014: A indústria de embalagem em 2013 e perspectivas para 2014.** Disponível em: <http://www.abre.org.br/setor/dados-de-mercado/dados-de-mercado-2013/>

ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2012.** Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2012.pdf>

ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2013.** Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2013.pdf>

ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2014.** Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>

ANA. **Atlas Brasil do Abastecimento Urbano de Água.** 2011.

ANA. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil.** 2013.

ANA. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2014: Encarte Especial sobre Crise Hídrica.** 2014.

ANGELIM, D; OLIVEIRA, T. **Qual nova agenda para o desenvolvimento? Desafios e prioridades dos ODS-ONU.** Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos Universidade do Estado do Rio de Janeiro IESP/UERJ. 2015.

BACEN. **Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional.** 2016. Acessível em: <http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>

BELUZZO, L.; LIMA, R. S. **Planejamento, diagnósticos setoriais, indicadores**

socioeconômicos e culturais na gestão, monitoramento, avaliação e controle das políticas públicas. Fundação João Mangabeira: Escola de Formação Política Miguel Arraes. 20__.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed. 2014. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasiliera-Miolo-PDF-Internet.pdf>

BRASIL. **Intended Nationally Determined Contribution Towards Achieving The Objective of the United Nations Framework Convention on Climate Change.** 2015a. Disponível em: <http://www4.unfccc.int/submissions/INDC/Published%20Documents/Brazil/1/BRAZIL%20iNDC%20english%20FINAL.pdf>

BRASIL. **Grupo de trabalho sobre relatos corporativos de sustentabilidade: Documento Final.** Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2015b.

CARDOSO, R. **Varejo Sustentável.** GV Executivo. vol.7 nº5, pp. 70-73. 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/viewFile/34244/33052>

CBCS. **Aspectos da Construção Sustentável no Brasil.** 2014. Disponível em <http://www.cbcs.org.br/website/>.

CGEE. **International Consultation on Consumption Patterns for Sustainable Development – Preliminary Report.** Project: Sustainable Development Goals. Activity: CGEE's Insertion in international agendas. Brasília, 2015.

CETIC. **TIC Kids Online Brasil – 2014: Crianças / Adolescentes.** Disponível em: <http://cetic.br/tics/kidsonline/2014/criancas/>

CONDE, W.M. & BORGES, C. **O risco de incidência e persistência da obesidade entre adultos brasileiros segundo seu estado nutricional ao final da adolescência.** Revista Bras Epidemiol 2011; 14(1) Supl.: 71-9. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rbepid/v14s1/a08v14s1.pdf>.

COSTA, C. E. L. da. **As licitações sustentáveis na ótica do controle externo.** Instituto Serzedello Corrêa – ISC/TCU. Brasília, 2011.

DATAFOLHA. **Consumismo na Infância.** 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/137316452/Datafolha-Consumismo-Infantil>.

EC; JRC; IES. **ILCD Handbook: Specific guide for Life Cycle Inventory (LCI) data sets.** European Commission, Joint Research Centre, Institute for Environment and Sustainability, Luxembourg, Publications Office of the European Union, 2010.

EPE. **Anuário estatístico de energia elétrica 2013.** Empresa de Pesquisa Energética. Ministério De Minas e Energia. 2013. Disponível em: http://www.epe.gov.br/AnuarioEstatisticodeEnergiaEletrica/20130909_1.pdf

FAO. **World hunger falls, but 805 million still chronically undernourished.** 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/en/item/243839/icode/>

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros – 2013**. Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2013/munic2013.pdf

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013**. 2. ed. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: Volume Brasil – Tabelas Completas**. 2014a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/brasil_defaultxls.shtm

IBGE, MS e MPOG. **Pesquisa Nacional de Saúde**. 2013

IBICT. **Entendendo o Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de vida**. 2015. Disponível em <http://acv.ibict.br/pbacv/>

IDEC. **Fácil de comprar, consertar**. REVISTA DO IDEC, p. 25-27, Fevereiro 2012. Disponível em: http://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/ed-162-servico-telefoniamovel.pdf. Acesso em 01 de julho de 2015

IDEC. **O destino dos aparelhos usados**. REVISTA DO IDEC, p. 20-22, Fevereiro, 2014. Disponível em: http://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/184-pesquisa-eletronicos1.pdf. Acesso em 01 de julho de 2015.

INSA. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. 2012. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/censosab/publicacao/sinopse.pdf>

LOSKE, R. **Novas formas de economia cooperativa como contribuição para o desenvolvimento sustentável: Reflexões sobre a reinserção da economia na sociedade e na natureza**. Amon, Théo (Trad.). Fundação Heinrich Böll Stiftung. 2015.

MCTI. **Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 2 ed. 2014.

MAPA. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2014/15 a 2024/25 - Projeções de Longo Prazo**. 6 ed. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. 2015. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PROJECOES_DO_AGRONEGOCIO_2025_WEB.pdf

MMA. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 2011. Disponível em: 2011.

MMA. **Plano de ação para produção e consumo sustentáveis – PPCS: Relatório do primeiro ciclo de implementação**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 2014. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/90-producao-e-consumo-sustentaveis>

MMA. **Eficiência Energética: guia para etiquetagem de edifícios**: volumes 1 e 2. Brasília: MMA, 2015.

MS. **Vigitel Brasil 2014 – Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**. Abril, 2014. Disponível em: <http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/72/553a243c4b9f3.pdf>

NOSSA SÃO PAULO; IBOPE. **Indicadores de Referência do Bem-Estar no Município: Criança e Adolescente**. 2015. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/irbem/criancaeadolescente-apresentacao2015.pdf>

OPREE, S. J.; BUIJZEN, M.; VALKENBURG, P. M. **Lower Life Satisfaction Related to Materialism in Children Frequently Exposed to Advertising**. *Pediatrics*, 2012. Disponível em: <http://pediatrics.aappublications.org/content/early/2012/08/15/peds.2011-3148.full.pdf+html>

PADUAN, R. **Classes A e B, o mercado que mais cresce**. *Revista Exame*. 29/06/2011. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/995/noticias/classes-a-e-b-o-mercado-que-mais-cresce>.

SAE. **Padrões de consumo e desenvolvimento sustentável: tendências do crescimento e redistribuição de renda sobre o meio ambiente**. Documento para Discussão. 2015.

SPC. **Consumo Consciente: Junho 2015**. Meu Bolço Feliz. Serviço de Proteção ao Crédito 2015.

UNCTAD. **Trade and Environment Review 2013 - Wake up before it is too late: Make agriculture truly sustainable now for food security in a changing climate**. United Nations Publication, 2013. Disponível em: <http://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=666>

UNEP. **Paving the way for sustainable consumption and production. The Marrakech Process Report**. Paris. 2011.

UNEP; GRI; KPMG; The Centre for Corporate Governance in Africa. **Carrots and Sticks: Sustainability reporting policies worldwide – today’s best practice, tomorrow’s trends**. 2013.

UNCSD. **Declaração Final da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20): O Futuro Que Queremos**. 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>

WIEDMANN, T. O.; SCHANDL, H.; LENZEN, M.; MORAN, D.; SUH, S.; WEST, J.; KANEMOTO, K. **The material footprint of nations**. *PNAS*. vol. 112, no. 20, p. 6271 - 6276. 2015.

VAITSMAN, J.; W. S. RODRIGUES, R; PAES-SOUSA, R. **O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2006.

ANEXOS

1. Compras Públicas Sustentáveis

Descrição e contexto

De forma geral no mundo, as estruturas administrativas governamentais são responsáveis por uma grande parcela da movimentação na economia de seus países. O governo, normalmente, é o principal consumidor da economia nacional.

Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, África do Sul, foi elaborado um plano de implementação que incita autoridades a levar em consideração o desenvolvimento sustentável em suas tomadas de decisões. Nesse sentido, o documento explicita a importância das licitações "... englobando ações para promover políticas de licitação pública que incentivem o desenvolvimento e a difusão de bens e serviços ambientais saudáveis".

No Brasil, tal prática já vem sendo adotada há pelo menos sete anos, em iniciativas estaduais e no Governo Federal, como , por exemplo, cita-se os casos dos estados de São Paulo (Decreto Estadual nº 50.170/2005) e de Minas Gerais (Decretos Estaduais nº 44.903/2008 e nº 46.105/2012), que usam de forma sistemática o poder de compra do Estado como instrumento de política pública, voltado para a ampliação de práticas de sustentabilidade do setor produtivo brasileiro.

Prova desses avanços consiste na busca constante por parte dos governos em aprimorar seus mecanismos de compras e contratações, a partir da inserção de requisitos de sustentabilidade nos processos administrativos. Para tanto, a vontade política e o empreendimento de esforços por parte dos gestores públicos têm se demonstrado essenciais à viabilização das compras e contratações sustentáveis.

Entretanto ainda se observa alguma resistência no âmbito da Administração Pública, decorrente, muitas vezes, de uma interpretação limitada da legislação nacional vigente, associada à falta de embasamento técnico por parte dos gestores públicos no que diz respeito às formas de realização das exigências de caráter socioambiental e de sua respectiva contratação após o processo de licitação.

Importante destacar que o Brasil conta com um arcabouço jurídico no que diz respeito à prática das compras e contratações públicas sustentáveis. Assim as mudanças e melhorias ocorridas na legislação aplicável às licitações e contratos administrativos garantiram maior tranquilidade ao agente público, restando apenas superar algumas questões de

Práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável para contratação pública federal (Decreto nº 7.746/2012)

Critérios estabelecidos:

- menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

caráter técnico para garantir efetividade à política. Dentre essas, citam-se: a Constituição Federal em seus artigos 170 e 225; a Lei Geral das Licitações, (Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada em 2010); a Lei Complementar, (Lei 123, de 14 de dezembro de 2006) e o Decreto nº 7.746/2012, que regulamentou o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, estabelecendo critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e instituiu a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Também se cita a norma que implementou o Regime Diferenciado de Contratações (RDC – Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011), que tem como prerrogativas o desenvolvimento regional e a sustentabilidade.

Com a criação do Programa de Contratações Sustentáveis do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a edição da Instrução Normativa nº 01/2010, da Secretaria de Logística do MPOG, foi criado o Catálogo de Bens Sustentáveis - CATMAT²⁵, no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG. O Catálogo e o esforço para ampliação do número de itens ofertados ao gestor de compras, tem-se constituído num dos principais instrumentos para a política de expansão do valor de compras sustentáveis em relação ao total gasto em contratações pela administração pública.

A identificação de bens e serviços sustentáveis tem crescido sistematicamente e por conseguinte o valor total de contratações sustentáveis nas três unidades da federação, sendo que, a participação do consumo das administrações públicas no PIB foi de 20,2 %, em 2014, segundo o IBGE (Figura 10).

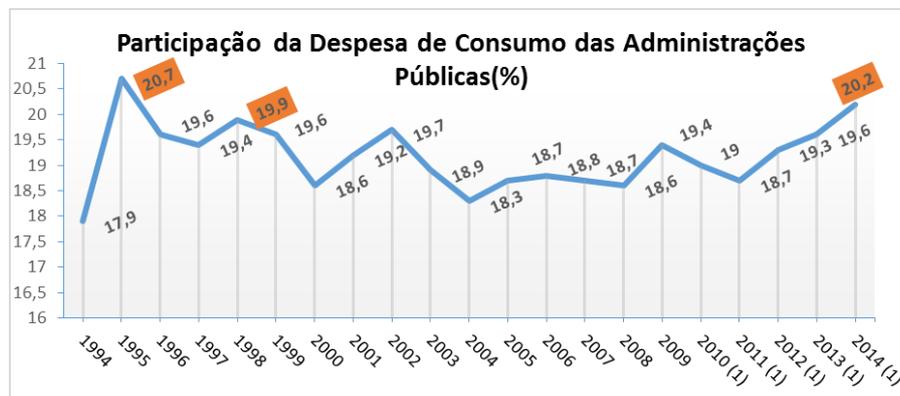


Figura 10. Variação das Compras da Administração Pública. Fonte: IBGE 2016 –Séries Estatísticas²⁶

(1) Para os anos de 2012, 2013 e 2014 os resultados preliminares foram obtidos a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

O Estado de São Paulo é a unidade mais antiga nessa prática e vem mantendo seu potencial de indução de boas práticas de sustentabilidade e seu desempenho de contratações sustentáveis. Em 2014, as aquisições de itens com o Selo Socioambiental do

²⁵ <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Catmat/Conitemmat1.asp>

²⁶ <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=11&op=2&vcodigo=SCN333&t=despesa-consumo-administracoes-publicasbr-valores-correntes>

Estado de São Paulo foram em torno de 5,37% em relação ao valor total das aquisições, equivalente a cerca de R\$ 215 milhões. Cabe destacar que o Governo do Estado de São Paulo tem como meta, até 2020, que 20% de todas as contratações públicas estejam em conformidade com referências socioambientais.

O Governo Federal registrou um avanço significativo na evolução do valor das compras sustentáveis, como demonstrado no caso da aquisição de produtos padronizados, em 2013, quando foram movimentados R\$ 68,4 bilhões na aquisição de bens e serviços, segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Embora as compras sustentáveis apresentem uma considerável evolução, ainda necessitam serem ampliadas como apresentado na tabela abaixo sobre as aquisições dos órgãos do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, que partiram de R\$ 13,5 milhões, em 2010, chegando a R\$ 44,7 milhões, em 2013, com uma pequena queda em 2014, devido aos contingenciamentos do Governo Federal.

Valor das compras sustentáveis – Órgãos SISG					
Ano	Valor das Compras Sustentáveis ¹				Total
	Pregão Eletrônico	Pregão Presencial	Convite	Dispensa/Inexigibilidade de Licitação	
2010	13.152.423,56	59.727,91	1.060,06	1.084.354,36	14.297.565,89
2011	15.175.958,85	23.494,24	515,64	713.768,39	15.913.737,11
2012	46.916.331,08	18.415,54	728,62	505.889,50	47.441.364,74
2013	44.740.174,59	4.325,84	593,26	678.342,10	45.423.435,79
2014 ²	38.647.218,28	0,00	0,00	417.886,07	39.065.104,35

¹ Valores corrigidos pelo IPCA Dessazonalizado.
² janeiro a dezembro.
 Fonte: Comprasnet.
 Elaboração: SLTI/MP.

Tabela 3. Valor das Compras Sustentáveis. Fonte: Comprasnet/MPOG²⁷.

<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/gestor-de-compras/sustentabilidade/planos-de-gestao-de-logistica-sustentavel>

Em 2012 a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI publicou a Instrução Normativa nº 10, que estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Planos de Gestão de Logística Sustentável para cada órgão da Administração Pública Federal. Nesse plano, os órgãos devem estabelecer metas em relação à aplicação de critérios e práticas de sustentabilidade, o que deve fortalecer a contribuição das políticas de compras para a sustentabilidade no setor público federal. O MMA foi um dos primeiros órgãos públicos a construir seu PLS, tendo-o aprovado em 2013, no qual já identificava 46 materiais de consumo que deveriam seguir critérios de sustentabilidade.

Em fevereiro de 2015 a SLTI publicou a Portaria nº 23, a qual “estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços”. Além de reduzir o gasto e tornar mais eficiente o uso dos insumos, a medida deverá permitir um melhor gerenciamento dos contratos de prestação de serviços das instituições.

²⁷ <http://painelcompras.planejamento.gov.br/Comprasnet/MPOG.y.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=Painel%20de%20Compras.qvw&host=Local&anonymous=true>

2.

2. Finanças Sustentáveis

Descrição e contexto

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é um conjunto de instituições e instrumentos financeiros que possibilitam a transferência de recursos entre agentes superavitários e deficitários. A função do SFN é regulamentar, fiscalizar e executar as operações necessárias à circulação da moeda e do crédito na economia, conforme preconizado na

Constituição da República Federativa do Brasil ao tratar da Ordem Econômica e Financeira, no seu art. 192

As instituições do setor financeiro são responsáveis pela gestão dos recursos que movimentam toda a economia e, como tal, têm potencial para contribuir significativamente com o desenvolvimento sustentável. A consciência sobre esse papel tem feito com que as finanças sustentáveis ganhem cada vez mais relevância no cenário nacional e internacional.

Mas, afinal, o que são finanças sustentáveis e como esse conceito está presente no dia a dia das instituições que atuam nesse mercado? O princípio básico é a integração de critérios sociais e ambientais, além dos econômicos, às atividades, produtos, serviços e relacionamentos das organizações, o que significa, por exemplo, analisar o risco socioambiental na hora de conceder créditos.

Nessa perspectiva, no século 21, fortalece-se a agenda da sustentabilidade, reconhecendo os vários problemas sociais e ambientais não tratados pelos sistemas econômicos. Grupos de pressão da sociedade começam a exigir mais responsabilidade das empresas em lidar com problemas mundiais, muitos deles considerados externalidades das atividades econômicas. Cientes do poder fiduciário dos investidores e financiadores nas estratégias das empresas, a sociedade civil organizada passou a pressionar, cobrando a responsabilização dos acionistas pelos impactos socioambientais das empresas. Enquanto as empresas deram início às discussões sobre responsabilidade corporativa, o setor financeiro iniciou o debate sobre o investimento socialmente responsável.

Dessa forma, o setor financeiro está cada vez mais sensível ao tema da incorporação das variáveis socioambientais em suas práticas de negócios, reconhecendo e assumindo seu papel de veículo do desenvolvimento sustentável, por meio da participação de bancos, companhias seguradoras e fundos de pensão em iniciativas como o Pacto Global, os Princípios para o Investimento Responsável, os Princípios do Equador e o *Carbon Disclosure Project*. Outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central (cooperativas de crédito, financeiras, agências de fomentos, sociedades de crédito mercantil, entre outras) têm incorporado variáveis socioambientais em suas práticas de negócios.

Um número crescente de ferramentas de gestão e transparência (como os relatórios) procuram explicitar a relevância estratégica de políticas de sustentabilidade no setor financeiro, enquanto a análise de investimento agrega novas variáveis ao processo decisório, fundamentalmente ligadas às questões de governança corporativa e responsabilidade socioambiental.

Os Princípios do Equador envolveu um número significativo de bancos internacionais de primeira linha, que passaram a incluir critérios de análise e monitoramento

socioambiental, especialmente nos financiamentos estruturados na modalidade *project finance*, em conformidade com as diretrizes formuladas pela *International Finance Corporation – IFC*²⁸.

O PRI (*Principles for Responsible Investments*) se insere no mesmo processo que tem conduzido seguros e fundos de pensão (PSI – *Principles for Responsible Insurance*) a avaliar o perfil de risco socioambiental de seus clientes e/ou entidades investidas, como parte integrante da estratégia de tomada de decisão.

Tendo em vista que, no modelo econômico vigente, o sistema financeiro é um dos agentes mais importantes na determinação do desenvolvimento econômico, este não poderia caminhar à margem da agenda de sustentabilidade. As instituições financeiras estão expostas a riscos que podem se traduzir em prejuízos relevantes, comprometer sua saúde financeira e, no limite, sua continuidade. Cada instituição faz sua própria classificação, de acordo com seu porte e nicho de mercado ou, ainda, em função da melhor forma de gerenciar os riscos.

Considerando a perspectiva que instituições financeiras não possuem qualquer tipo de atividade extrativista ou manufatureira e sem fornecer serviços e produtos de impacto significativo direto no meio ambiente, o setor financeiro não é considerado de alto impacto socioambiental. No entanto, o potencial impacto indireto, por meio da concessão de crédito, em especial para o financiamento de projetos, é estratégico e seu papel como agente estimulador do desenvolvimento sustentável vem ganhando crescente reconhecimento mundial. Além desse impacto, os riscos de exposição de imagem em função de relacionamentos com clientes trazem questões socioambientais com defesa do consumidor, lavagem de dinheiro, relações trabalhistas, etc.

Sempre haverá risco ambiental se o rendimento real de um ativo ou de um investimento diferir do rendimento esperado por razões relacionadas as variáveis ambientais.

Em virtude disso, os investidores individuais e institucionais estão solicitando aos órgãos de regulação que criem regras obrigando as empresas a divulgar relatórios socioambientais padronizados, possibilitando aos investidores avaliar o risco socioambiental. Isso mostra que os investidores pretendem agregar o risco socioambiental ao custo do investimento.

Iniciativas em Finanças Sustentáveis

▪ Princípios do Equador

A *International Finance Corporation (IFC)*, subsidiária do Banco Mundial, criou em 2002, junto com os 10 dos maiores bancos do mundo – *ABN Amro, Barclays, Citigroup, Crédit Lyonnais, Crédit Suisse, HypoVereinsbank (HVB), Rabobank, Royal Bank of Scotland, WestLB e Westpac* –, um conjunto de regras que estabelece critérios mínimos ambientais e sociais, que deverão ser atendidos para a concessão de crédito em financiamento de projetos acima de US\$ 50 milhões. Posteriormente, em julho de 2006, foi lançada uma nova versão dos Princípios do Equador, prevendo critérios mais rigorosos, principalmente na análise da população atingida pelos projetos financiados, além da redução do valor de



²⁸ Membro do Grupo Banco Mundial, é a maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento – fonte: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Multilingual_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Home_PT.

enquadramento do projeto, que passa de US\$ 50 milhões para US\$ 10 milhões.

Essas regras incluem avaliação em base a critérios, como o impacto ambiental do projeto sobre a flora e fauna, exigência de compensações para populações afetadas por projetos, proteção a comunidades indígenas e proibição de financiamento ao uso de trabalho infantil ou escravo. Segundo a IFC, aderir a esses princípios deixou de ser um custo para se tornar uma vantagem comparativa, apesar da adoção dos Princípios do Equador ser voluntária.

O Brasil, de acordo com a Câmara Técnica de Finanças Sustentáveis, o setor financeiro nacional destaca-se como um dos mais avançados no mundo no contexto da sustentabilidade, assumindo, de forma crescente e definitiva uma posição proativa na análise dos projetos de financiamento.

- Índice de Sustentabilidade Empresarial- ISE/BOVESPA

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimula a responsabilidade ética das corporações. O ISE constitui ferramenta para análise comparativa do desempenho conjunto das empresas listadas na BOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada na eficiência econômica, no equilíbrio ambiental, na justiça social e na governança corporativa.

O índice serve como instrumento de avaliação dos próprios bancos, ou seja, é possível analisar até que ponto os bancos estão utilizando a análise dos índices para a concessão de empréstimos e financiamentos às empresas, e, conseqüentemente, conseguindo atender aos princípios da sustentabilidade. A forma de mensurar como os bancos têm atendido aos apelos da sustentabilidade pode ser feita por meio de relatórios de sustentabilidade, elaborados a partir da metodologia do *Global Reporting Initiative (GRI)*.

- Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade é um instrumento de gestão e comunicação utilizado pelas organizações para relatar suas práticas e conseqüentes impactos econômicos, sociais e ambientais. O processo de relato é voluntário e as organizações podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade.

Atualmente, a metodologia da *Global Reporting Initiative (GRI)*, organização internacional não governamental, é a mais utilizada no mundo, por estabelecer diretrizes e padrões estruturados em itens e indicadores que são utilizados pelas organizações para medir e comunicar seu desempenho econômico, social e ambiental.

No Brasil, diversas organizações e todos os maiores bancos com atuação no país utilizam a metodologia GRI para relatar, tornar públicas suas atividades socioambientais, exibindo suas principais fortalezas e debilidades no que tange o seu desempenho.

- Princípios para Sustentabilidade em Seguros

Os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, sigla em Inglês), iniciativa estabelecida pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI, sigla em inglês), lançada na Rio +20, em parceria com a indústria global de seguros, representam um arcabouço global para a indústria de seguros avaliar as dimensões ambiental, social e de governança.

Os Princípios para Sustentabilidade em Seguros fornecem um plano de ação global para desenvolver e expandir o gerenciamento de risco e soluções inovadoras em seguros,

necessários para garantir energia renovável, água limpa, alimento seguro, cidades sustentáveis e comunidades resilientes a catástrofes, entre outros. Com nove signatários, o Brasil é o país com maior número de participantes.

▪ Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental (“Protocolo Verde”)

O “Protocolo Verde” foi elaborado por Grupo de Trabalho instituído pelo Governo Federal, com o objetivo de elaborar uma proposta contendo diretrizes, estratégias e mecanismos operacionais para incorporar a variável ambiental na gestão das instituições financeiras públicas.

O Protocolo explicita os compromissos voluntários do setor bancário em relação à sustentabilidade e orienta a agenda a partir dos seus cinco Princípios, quais sejam: (i) oferecer linhas de financiamento e programas que fomentem a qualidade de vida da população e do uso sustentável do meio ambiente; (ii) considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de seus ativos e nas análises de risco de projetos; (iii) promover o consumo consciente de recursos naturais e de materiais deles derivados nos processos internos; (iv) informar, sensibilizar e engajar continuamente as partes interessadas nas políticas e práticas de sustentabilidade da instituição; e (v) promover a cooperação e integração de esforços entre as organizações signatárias do Protocolo.

No decorrer do processo, a partir de discussões sobre os impactos do desmatamento na Amazônia, envolvendo órgãos governamentais e bancos públicos federais, foi constituído grupo de trabalho informal para avaliação e revisão do Protocolo Verde. O resultado desse esforço foi a proposição de um novo pacto, no qual ficou acordado que os bancos devem cumprir um papel indutor fundamental na busca de um desenvolvimento sustentável. Para tanto, foram previstos novos princípios, que envolvem o compromisso dos bancos com: o fomento ao desenvolvimento sustentável; a avaliação socioambiental dos empreendimentos a serem financiados; a ecoeficiência das práticas administrativas; a evolução das políticas e práticas voltadas à sustentabilidade; e a previsão de mecanismos de monitoramento e governança dos compromissos assumidos pelos signatários.

▪ Protocolo de Intenções – FEBRABAN/ Bancos Privados

A Federação Brasileira de Bancos assinou com o Ministério do Meio Ambiente o Protocolo em 2008, como o conteúdo semelhante ao Protocolo Verde, anteriormente assinado pelos bancos públicos, agora com o compromisso das instituições bancárias privadas.

É importante destacar caráter voluntário do Protocolo, ou seja,

Produtos voltados ao Meio Ambiente

Os Bancos tem oferecidos novos produtos como: o BNDES, por meio do Finem (modernização de empreendimentos), o BNDES Florestal (reflorestamento, conservação e recuperação florestal de áreas degradadas ou convertidas, e uso sustentável de áreas nativas na forma de manejo florestal), Eficiência Energética, e Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, que lançou recentemente o BRDE-PCS (Produção e Consumo Sustentáveis) para incentivar a adoção de conceitos e práticas de desenvolvimento sustentável, além de oferecerem condições especiais crédito para as linhas de uso eficiente e racional da água; geração de energia renovável; gestão de resíduos e reciclagem; agronegócio sustentável; e cidades sustentáveis.

não vinculando juridicamente os bancos associados à FEBRABAN ao documento.

Como resultado dessa articulação, a Febraban elaborou, em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces-FGV), uma matriz de indicadores, a fim de criar uma agenda comum de sustentabilidade no setor financeiro.

Este conjunto de indicadores teve como objetivo induzir a adoção de práticas pelo setor financeiro, bem como acompanhar a evolução dos compromissos assumidos no Protocolo Verde ao longo do tempo.

- Acordo de Cooperação MMA-BACEN

O Banco Central do Brasil e o Ministério do Meio Ambiente assinaram acordo de cooperação técnica, em 2010, com vistas a acompanhar as ações socioambientais das instituições financeiras signatárias do Protocolo Verde, com o objetivo de contribuir para a economia sustentável.

- Responsabilidade Socioambiental das Instituições do Sistema Financeiro Nacional- Resolução nº 4.327/2014

O Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 4.327/2014 com a intenção de regular a responsabilidade civil das instituições financeiras pelos seus impactos sociais e ambientais. A resolução configura o primeiro passo para a construção de um padrão mínimo de gestão socioambiental e para a adoção de critérios de igualdade no nível de diligência para cada tipo de serviço e produto financeiro, assim como o dever fiduciário e a corresponsabilidade dos agentes financeiros nos negócios e nas relações com todos os públicos que possam ser afetados pela atuação da instituição.

Na resolução, o Banco Central estabelece que as instituições financeiras devem pautar suas ações de natureza socioambiental de acordo com as seguintes diretrizes e critérios gerais, dentre outros: (i) sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações das instituições; e (ii) avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação. Ademais, a Resolução exige que, além da PRSA, as instituições financeiras elaborem um Plano de Ação para o cumprimento da política e a integração das questões socioambientais às suas atividades.

3. Indústria Sustentável

Descrição e contexto

Economias bem-sucedidas no processo de industrialização são aquelas que atingem um estágio de desenvolvimento industrial em que são capazes de desenvolver e absorver novas tecnologias e disseminar as mudanças tecnológicas para todo o resto da economia.

Por outro lado, estruturas industriais onde a renda obtida com exportação é prioritariamente oriunda de processos que demandam o uso intensivo dos recursos naturais e mão de obra não qualificada, podem se mostrar insuficientes para sustentar o crescimento de longo prazo. Os estímulos gerados pelo crescimento baseado na abundância de recursos são limitados para promover uma mudança estrutural, além de torná-lo mais vulnerável às mudanças na economia internacional e ao comportamento da demanda externa.

A indústria desempenha um papel extremamente relevante na economia brasileira, responsável por cerca de 13%²⁹ de toda a riqueza produzida no País. No Brasil, por categoria de uso, essa atividade divide-se em indústrias de bens de capital, bens intermediários, bens de consumo duráveis, semiduráveis e não duráveis. Por setores, a indústria brasileira divide-se em indústrias extrativas minerais (com destaque para as indústrias de extração de petróleo e gás natural, além das indústrias de extração de minério de ferro); indústrias de transformação (com os maiores faturamentos nas indústrias de alimentos e bebidas, têxteis, vestuário, madeira, calçados e couros); indústrias de produção e distribuição de eletricidade, gás e água; e as indústrias de construção. De forma geral, pode-se definir sustentabilidade como sendo a inserção da variável socioambiental nos modelos de crescimento econômico. A questão ambiental deixa de ser tratada como uma restrição, e passa a ser interpretada como um ponto necessário, avaliado e estrategicamente tratado. Já, nos termos do Processo de Marrakesh, "produção sustentável" pode ser entendida como sendo a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar impactos ambientais e sociais.

Nessa perspectiva e prioritária a integração entre a política nacional de desenvolvimento sustentável com a política industrial, voltada para a racionalidade no uso dos recursos naturais e inovação nos processos de produção. Além disso, é necessário compatibilizar a política industrial com as políticas macroeconômicas, de competitividade (como política de defesa da concorrência) e regulatórias (como direitos de propriedade autorais, mercado de trabalho, transferência tecnológica e proteção do meio ambiente).

É crescente a preocupação com o uso eficiente e racional dos recursos naturais, em especial nas áreas estratégicas em termos de biodiversidade, recursos hídricos e energéticos. Sendo assim é imprescindível a redução do desperdício e a obtenção do máximo rendimento das atuais fontes de energia e matérias-primas.

As políticas e operações da indústria desempenham um papel central na redução do impacto sobre o uso dos recursos e o meio ambiente, por meio de processos de produção

²⁹ Fonte: IBGE (2013), Contas Nacionais:
<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=11&op=2&vcodigo=SCN29&t=participacao-valor-adicionado-bruto-industriabrem-relacao>

mais eficientes, estratégias preventivas, tecnologias e procedimentos mais limpos de produção ao longo do ciclo de vida do produto.

Reconhece-se, portanto, que os processos e produtos que utilizam recursos de maneira ineficiente, geram resíduos que não são reutilizados e efluentes que causam impactos adversos à saúde humana e ao meio ambiente. Estes precisam ser substituídos por tecnologias, sistemas de engenharia e boas práticas de manejo, que integrem conhecimentos técnico-científicos que fortaleçam a eficiência no uso dos recursos e insumos, e reduzam ao mínimo os resíduos ao longo de seu ciclo de vida. Como resultado, haverá uma melhoria de eficiência e produtividade das empresas, melhor desempenho econômico e menor pressão sobre o meio ambiente.

Em última análise, a lógica da produção mais sustentável é a de otimização do uso de insumos e matérias-primas, como requisito para aumento da competitividade dos negócios. Assim, os ganhos podem ocorrer em duas vertentes: a dos ganhos econômicos, com a redução do custo de produção, e dos ganhos ambientais, com a minimização do consumo de água, energia e demais matérias-primas.

O aperfeiçoamento dos sistemas de produção por meio de tecnologias e processos que utilizem os recursos de maneira mais eficiente e, ao mesmo tempo, produzam menos resíduos - conseguindo mais com menos - constitui um caminho importante na direção da sustentabilidade da indústria. Da mesma forma, é necessário encorajar e estimular a criatividade, empreendedorismo, a competitividade e as iniciativas voluntárias para estimular opções mais variadas, eficientes e efetivas.

Entende-se que, no longo prazo, poderá ser inevitável um ajuste no padrão ambiental da economia nacional, de forma a assegurar sua eficiência, permitindo expandir sua capacidade de participar do comércio internacional. Nesse sentido é vantajoso antecipar possíveis mudanças nos processos e nos produtos, para que não resultem, no futuro, em custos de ajuste excessivos e economicamente inviáveis.

4. Construção Sustentável

Descrição e contexto

O setor da construção civil representa 10,5% do PIB brasileiro e as empresas do setor da construção empregam cerca de 2,6 milhões de pessoas (IBGE, 2016). Conforme o Conselho Internacional da Construção – CIB aponta a indústria da construção como o setor de atividades humanas que mais consome recursos naturais e utiliza energia de forma intensiva, gerando consideráveis impactos ambientais. Além dos impactos relacionados ao consumo de materiais e energia, há aqueles associados à geração de resíduos, efluentes e emissões.

O Brasil ocupa atualmente o quarto lugar entre os que mais produzem prédios verdes no mundo, atrás apenas de EUA, China e Emirados Árabes, segundo a USGBC (United States Green Building Council), responsável pelo selo de construção responsável mais respeitado, o LEED (Liderança em Energia e Design Ambiental, em português).

O conceito de construção verde entrou na pauta dos arquitetos na década de 1970 devido à crise do Petróleo e com o objetivo de amenizar a utilização de energia e procurando novas formas de utilizá-la esse conceito.

No entanto somente na década de 1990, o conceito de sustentabilidade passou a ter mais força junto aos órgãos internacionais e a busca por alternativas mais econômicas e sustentáveis na construção civil se intensificou. Em 1997, em Helsinki, na Finlândia, houve a primeira convenção internacional sobre construção sustentável, e um ano após, no Reino Unido, lançou-se a primeira entidade de certificação de prédios sustentáveis, a BREEAM. Hoje o número de prédios sustentáveis é grande.

Tal posição no cenário da construção sustentável mundial se deve as iniciativas desenvolvidas no Brasil, relativas à sustentabilidade que agregaram conteúdo e valor à temática, de acordo com as demandas da própria sociedade.

Um exemplo é a inserção de diretrizes socioambientais no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que são observadas no financiamento das habitações, tais como minimização dos impactos da obra no meio ambiente; aproveitamento dos recursos naturais do ambiente local; e promoção da educação ambiental dos moradores.

Outra iniciativa é o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H, que orienta o financiamento do PMCMV e que desenvolveu, em parceria com o setor privado, sistemas avaliativos, como o Sistema de Avaliação da Conformidade de Serviços e Obras (SiAC); do Sistema de Qualificação Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC); e do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT).

Outra iniciativa de grande importância para a certificação de edificações públicas é o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, em seu componente dedicado às Edificações, que trabalha com etiquetagem voluntária de eficiência em edifícios públicos e comerciais.

O MMA, o Ministério da Fazenda e a ESAF (Escola de Administração Fazendária) apoiam,

Construção Sustentável

No âmbito da Agenda 21, a construção sustentável é definida como: "um processo holístico que aspira a restauração e manutenção da harmonia entre os ambientes natural e construído, e à criação de assentamentos que afirmem a dignidade humana e encorajem a equidade econômica".

por meio de acordo de cooperação, a disseminação de conceitos e práticas em edificações sustentáveis para gestores e servidores públicos, no contexto do Projeto de Transformação de Mercado para Eficiência Energética, promovido por meio de doação do Fundo para o Meio Ambiente Global (*Global Environment Facility – GEF*).

Cabe lembrar ainda o Programa Inova Sustentabilidade, conduzido em parceria entre MMA, FINEP e BNDES, que incluiu o setor da construção civil, especialmente referente à temática de materiais, o qual lançou o primeiro edital em 2014, tendo uma demanda de aproximadamente R\$ 5 bilhões.

Considerando que, estima-se a necessidade de mais de um bilhão de novas casas no mundo para satisfazer uma população crescente e cada vez mais urbana para o ano de 2050 e que, no Brasil, o déficit habitacional é de aproximadamente cinco milhões e meio de domicílios, é fundamental proporcionar o aumento da sustentabilidade nesse setor, incentivando estilos de vida mais compatíveis com as premissas da sustentabilidade.

5. Varejo Sustentável

Descrição e contexto

Englobando todas as atividades envolvidas na comercialização de bens ou serviços diretamente aos consumidores finais, o varejo está estrategicamente localizado entre estes e os fornecedores, o que lhe confere um papel de fundamental importância como intermediador na cadeia de suprimentos.

Por ser um importante elo de ligação, o varejo tem capacidade de promover mudanças em prol da sustentabilidade. As atividades do varejo, pelo lado da produção ou da oferta, contribuem com 5-10% dos impactos ambientais da cadeia, enquanto os demais 90-95% dos impactos são gerados pela cadeia de suprimentos e transporte dos produtos (*Conservation International e Food Marketing Institute apud CARDOSO, 2008*). Dessa forma, o varejo pode impulsionar a sustentabilidade ao adotar critérios de compra que superem o tradicional binômio preço-qualidade, incentivando seus fornecedores a desenvolver produtos com diferenciais ambientais e/ou sociais.

Pelo lado da demanda, o varejo tem a possibilidade de auxiliar os consumidores a utilizarem critérios socioambientais em suas decisões de compra, tanto disponibilizando produtos mais sustentáveis como fornecendo informações no ponto-de-venda.

Assim, seja por meio da oferta de produtos mais sustentáveis, da mobilização da cadeia produtiva ou pela conscientização e informação dos seus consumidores, o setor varejista pode efetivamente contribuir para a minimização de impactos sociais e ambientais da produção e do consumo.

O setor varejista representa uma enorme variedade de segmentos e empresas, sendo o mais tradicionalmente representativo o de supermercados. Segundo dados da Abras, o setor tem hoje aproximadamente 40 mil empresas e cerca de 84 mil lojas (destas, cerca de 50% possuem apenas um check-out). Ao contrário do que comumente se divulga, trata-se de um setor pulverizado: no Brasil, a participação das três maiores empresas é de aproximadamente 27% do mercado (bastante abaixo da média europeia, da ordem de 60%) e a concentração se verifica principalmente na região metropolitana da Grande São Paulo. Responsável por aproximadamente 23% da receita líquida de vendas de todo o comércio brasileiro, o setor supermercadista empregava 1,836 milhão de pessoas ao final de 2014, correspondendo a 20% dos empregos formais do comércio brasileiro e 3,7% do total de empregos formais³⁰.

Nos anos de 2008 e 2009 importantes ações foram realizadas no âmbito varejo sustentável. Tais ações foram motivadas pela elaboração do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), capitaneado pelo Ministério do Meio Ambiente, e pela criação do Fórum do Varejo Sustentável, liderado pela Fundação Getúlio Vargas, empresários e instituições da sociedade civil mobilizaram-se em torno da sustentabilidade no setor. Inúmeras iniciativas surgiram, especialmente por parte de grandes redes supermercadistas, como Walmart, Pão de Açúcar e Carrefour, que se tornaram a vanguarda do varejo sustentável. Lojas ecoeficientes foram implantadas, alguns reformaram seu parque de iluminação, redes fomentaram o retorno para a cadeia de valor de produtos no pós-consumo, recebendo e encaminhando, por exemplo,

³⁰ Dados informados pela própria instituição durante a Mesa de Diálogo da Agenda de Varejo Sustentável para o 2º Ciclo do PPCS realizada em Brasília em 11/08/2015.

eletroeletrônicos usados e embalagens descartadas nas lojas pelos consumidores. Muitas lojas se aproximaram do consumidor, por meio de informações e campanhas, ao mesmo tempo em que lançaram programas para levar os números de resíduos a zero, estimularam as compras locais, reduziram o impacto do transporte e beneficiaram o desenvolvimento local.

Esses esforços se tornaram mais tímidos nos anos seguintes pela pouca mobilização do setor depois de 2009, seja pela falta de informação disponível sobre as iniciativas implementadas pelas empresas ou possivelmente devido à crise de 2008/2009, que levou os empresários a voltarem sua atenção para questões de ordem econômica e social, mais prementes a partir de então. No entanto, a atual crise econômica pode se converter em uma oportunidade para o setor, na medida em que custos são reduzidos, por meio do menor consumo de matérias-primas e de recursos naturais, como água e energia, e da adoção de medidas que levem a um consumo mais responsável pela população em geral.

O varejo é um setor estratégico no sentido de tornar os padrões de produção e consumo no país mais sustentáveis. Por isso, no processo de construção do 2º Ciclo do PPCS, considera-se fundamental fortalecer o diálogo e a mobilização, e estimular novas parcerias. Para tal fim, são descritas a seguir algumas linhas de ação que visam ao avanço da sustentabilidade no setor varejista no Brasil.

6. Agricultura Sustentável

Descrição e contexto

A publicação *Trade and Environment Review* (TER2013), da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), alerta em seu título: “Acorde Antes que Seja Tarde Demais - Torne a Agricultura Verdadeiramente Sustentável para que Haja Segurança Alimentar em um Momento de Mudanças Climáticas.” Segundo o documento, a diversidade, os produtores locais, a redução de fertilizantes e a reforma das regras globais de comércio, que caminham para um mosaico sustentável e regenerativo de sistemas agrícolas produtivos, parecem a única opção para assegurar alimentos e saúde para a população mundial.

Os países desenvolvidos e em desenvolvimento precisariam proceder mudanças de paradigma no desenvolvimento agrícola, no qual a "revolução verde" seria substituída por uma opção de intensificação verdadeiramente sustentável. Isso implicaria em uma mudança rápida e significativa dos insumos para a indústria e da monocultura convencional rumo a um mosaico, com sistemas regenerativos, resilientes e integrados que melhorariam consideravelmente a produtividade dos agricultores. É necessária uma mudança de visão para uma abordagem holística na gestão agrícola. Esta reconheceria que um agricultor não é apenas um produtor de bens agrícolas, mas um gestor de um sistema agroecológico, que fornece um grande número de bens públicos e serviços, como segurança territorial, alimentar, água de qualidade, solo estruturado, paisagem, energia, biodiversidade, cultura e recreação.

A TER2013 destaca que a transformação necessária é muito mais do que o aprimoramento do sistema agroindustrial existente. Ao invés disso, exige a percepção das multifunções da agricultura. O desenvolvimento rural, reduzindo-se a pobreza no campo, tem papel importante para lidar com a escassez de recursos e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. No entanto, os métodos de produção teriam que ser adaptados às realidades locais, mais resilientes, melhorando significativamente a governança do processo produtivo, corrigindo problemas de assimetrias na entrada de alimentos nos mercados, bem como nas atuais regras do comércio para a agricultura.

O resultado seria um tratamento amplo, inter-relacionando-se problemas como fome e pobreza, meios de subsistência rurais, desigualdade social e de gênero, falta de saúde e nutrição, alterações climáticas e sustentabilidade ambiental.

O sistema de produção e distribuição dos alimentos pode promover justiça social, saúde pública e proteger o ambiente; ou, ao contrário, gerar desigualdades sociais, problemas de saúde e ameaças aos recursos naturais e à biodiversidade. Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014, p.10; 125-126), três dos dez passos para uma alimentação adequada e saudável são: fazer que alimentos in natura ou minimamente processados, em grande variedade e predominantemente de origem vegetal, sejam a base da alimentação; limitar o consumo de alimentos processados; e evitar o consumo de alimentos ultraprocessados.

Segundo estudo da SAE (2015, p.5), “a Pegada Ecológica brasileira é gerada principalmente por despesas relacionadas à alimentação (46%)” e a área de pastagens é a maior área bioprodutiva demandada pelos brasileiros, seguida por áreas de agricultura. Ainda segundo esse estudo (no prelo, p.26):

A produção de 1 tonelada de carne requer, por exemplo, 0,4 ha globais, enquanto a produção de 1 tonelada de cereais ou frutas requer o uso de 0,1 ha globais.

A produção vegetal no Brasil é suportada por uma grande variedade cultural com dimensões proporcionais aos seus diferentes biomas. As culturas de soja, milho e cana de açúcar são as que mais demandam áreas produtivas no País e destinam-se majoritariamente à produção de rações, agroenergia e alimentos processados e ultraprocessados.

Aspectos que definem o impacto ambiental e social do sistema alimentar incluem: tamanho e uso das propriedades rurais que produzem os alimentos; autonomia dos agricultores na escolha de sementes, de fertilizantes e de formas de controle de pragas e doenças; condições de trabalho e exposição a riscos ocupacionais; papel e número de intermediários entre agricultores e consumidores; capilaridade do sistema de comercialização; geração de oportunidades de trabalho e renda ao longo da cadeia alimentar; e partilha do lucro gerado pelo sistema entre capital e trabalho.

Há que se observar que além dos aspectos zoológicos e fitotécnicos, tais sistemas evoluem na produtividade e das condições ergométricas das intervenções humanas nestes sistemas. A exemplo deste trabalho, em prol da gestão dos riscos ocupacionais, mecanização agrícola com uso de tecnologia embarcada, sistema de informação geográfica, e a chamada *IoT (Internet of Things)*, demonstra a tendência das chamadas “tecnologia habilitadoras” serem aplicadas a campo. Com diferenças regionais ainda contrastante, é possível verificar nas últimas décadas a evolução e o fortalecimento no Brasil, das organizações da base social produtiva. Em particular da expansão do associativismo na agricultura familiar e do desenvolvimento do profissionalismo e empreendedorismo comercial das cooperativas agrícolas. Tais organizações são elementos-chaves ao desenvolvimento sustentável, pois atuam com efeitos na distribuição equitativa de benefícios agregados pelas cadeias de valores ligadas à produção agrícola. São estas organizações capazes de participar da dinâmica necessária ao relacionamento entre agricultores e consumidores, por exemplo em sistemas de comercialização capazes de promover os mecanismos de “mercado justo”. Ainda com o formato de nicho, os arranjos estruturados para atender aos padrões destes consumidores que valorizam o “fair trade”, geram casos de estudos importantes à distribuição de benefícios gerados pela cadeia de produção, ao fomento ao trabalho digno e produtivo ao longo da cadeia alimentar.

Cabe ressaltar a necessidade de que todos os projetos públicos ou em parcerias público/privadas assegurem a avaliação e, se entendido como necessário, por este estudo prévio, o financiamento obrigatório de Serviços Técnicos Especializados até que as Associações de Produtores e suas Cooperativas atinjam um nível de organização que assegure a permanência no mercado que se pretende alcançar.

Sobre o uso racional da água, insumo essencial para as atividades dos setores produtivos da economia, é importante salientar que o setor da irrigação é responsável pela maior parcela de retirada de água dos cursos superficiais, chegando a 54% do total (1.270m³/s)³¹, seguido das vazões retiradas para fins de abastecimento humano urbano, industrial, animal e humano rural. Buscar soluções para a racionalização do uso da água no país está associada a todos os setores que a consomem, sendo certamente a adoção de boas práticas agrícolas, agroflorestais ou agroecológicas fator-chave para a conservação

³¹ ANA (2013)

desse recurso natural. Neste particular, o custo da água, da energia elétrica e a falta de qualidade ainda restringe o uso da irrigação na agricultura. A disponibilidade de água para irrigação é heterogênea entre regiões agrícolas no Brasil. Tal disponibilidade é restrita, por diversos fatores e entre estes, pela aplicação de marcos regulatórios que não consideram a produção de alimentos como uso de interesse social, o que tem oportunizado a análise das autoridades ambientais em tais outorgas.

Muitos agricultores utilizam processos pouco eficientes de irrigação, como a aspersão convencional (jatos de água lançados para o ar), muitas vezes feita em horários não apropriados, fazendo com que a maior parte da água evapore antes mesmo de atingir o solo ou se deposite nas folhas, ao invés de ser absorvida pelas raízes. É necessário divulgar e incentivar a aplicação de técnicas mais modernas e ecológicas de irrigação, como a irrigação por gotejamento ou micro aspersão.

O Acordo de Cooperação Técnica assinado entre os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Integração Nacional e do Meio Ambiente, e a Agência Nacional de Águas em 2014, tendo como objetivo principal a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos e solo no meio rural pode ser citado como um grande avanço nessa agenda e um exemplo de como as instituições governamentais podem colaborar na viabilização de ações que visem à conservação e à gestão sustentável de insumos estratégicos para o País.

No Brasil a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, por meio do Decreto Presidencial nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, art. 1º: “fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica”.

Em outubro de 2013, foi lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável. Fruto de debate e construção participativa, o Planapo é o principal instrumento de execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). O plano busca integrar e qualificar diferentes políticas e programas de dez ministérios parceiros na sua execução. O principal objetivo do Planapo é implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à parte da população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.



As ações articuladas vários ministérios parceiros no Plano formam um conjunto de 125 iniciativas, distribuídas em 14 metas e organizadas a partir de 4 eixos estratégicos. I. Produção; II. Uso e Conservação de Recursos Naturais; III. Conhecimento; e IV.

Comercialização e Consumo.



O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC é outro plano que tem a sustentabilidade como eixo norteador. Reconhecido no artigo 3º do Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, como um dos planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas, tem como finalidade planejar ações para adoção de tecnologias sustentáveis de produção na agropecuária brasileira, de modo a elevar a renda do produtor rural, recuperar e intensificar áreas de pastagens degradadas, promover a recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal, reduzir os níveis de elevação dos níveis atuais de emissões de gases de efeito estufa e desmatamento.

362. Com esse fim, o Plano ABC estimula a adoção de técnicas e gestão da agricultura para diminuir a vulnerabilidade da agricultura no Brasil frente às mudanças climáticas, tornando-a mais produtiva, competitiva, sustentável, resiliente.

De julho de 2010 a setembro de 2015, foram contratados cerca de R\$ 11,2 bilhões para apoiar os sete programas do Plano, num total de 25.389 contratos, dos quais seis se referem a tecnologias de mitigação e o último a ações de adaptação às mudanças climáticas. A abrangência é nacional e o período de vigência do Plano é de 2010 a 2020, sendo previstas revisões e atualizações no período.

Os compromissos na agropecuária relacionam-se à recuperação de pastagens atualmente degradadas (RPD); promoção da integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e suas combinações como ILP, ILF e IPF; ampliação do uso do sistema plantio direto (SPD), fixação biológica de nitrogênio (FBN), florestas plantadas (FP) e tratamento de dejetos animais (TDA). Adicionam-se a essas medidas estratégias de Integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) e os sistemas agroflorestais (SAFs), bem como a produção de florestas plantadas e o processo de tratamento de dejetos animais. A meta para integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) e de sistemas agroflorestais (SAFs) é atingir 4 milhões de hectares em todo país.

A adoção de boas práticas agrícolas aos produtos de origem vegetal, pauta-se pelo programa de Produção Integrada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Este sistema assegura, com instrumentos metrológicos, entre outros quesitos, a racionalização do uso de insumos, a conformidade social, trabalhista e ambiental, enfim a comprovação de sua conformidade e a promoção da qualidade, em atendimento à denominada "saudabilidade", tendência mundial de consumo. Este programa iniciado em 2003 induziu importantes avanços visíveis nos produtos ofertados pelo varejo, de frutas, legumes e verduras. Os produtos capazes de cumprir todos estes protocolos têm a opção de receber a marca de certificação oficial "Brasil Certificado". Este sistema de produção

rastreados, auditados por certificadoras oficialmente acreditadas, para a produção de dezenove espécies agrícolas. Nove outras cadeias, já acordaram, tiveram suporte da pesquisa para o desenvolvimento de suas Normas Técnicas Específica e buscam neste, sua inclusão. Como importante multiplicador da adoção das boas práticas agrícolas preconizadas, este sistema tem ainda, oferecido referências para certificações privadas, marcas coletivas e indicações geográficas para estas cadeias, e modelagens para outras. Este projeto conta com o apoio do estratégico Portfolio de Alimentos Seguro da EMBRAPA, com a colaboração de diversas unidades estaduais de pesquisas e universidades, não raramente organizadas em redes formais de pesquisa que geram soluções tecnológicas, capazes, por exemplo, de racionalizar o uso de insumos agropecuários, especialmente de agrotóxico, reduzir custos de produção, melhorar a competitividade das cadeias de valor.

As Boas Práticas Agropecuárias são a base de qualquer produção sustentável (orgânica ou não). O Sistema Indústria – através do SENAI, em parceria com o SEBRAE e SENAR, e posteriormente a EMBRAPA, iniciou o Programa Alimentos Seguros - PAS Campo, dentro de um escopo maior que envolve, além do Campo, a Indústria, a Mesa, o Transporte e a Distribuição. A continuidade e apoio a esse processo é indissociável dos objetivos do PPCS.

A Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), que visa ao fortalecimento e desenvolvimento econômico e social das populações tradicionais e à permanência do homem na floresta, constitui outro instrumento relevante para a sustentabilidade do setor, ao representar a valorização da floresta em pé, contribuindo para a conservação, preservação e uso sustentável de seus recursos naturais.

Inicialmente, a Política, executada com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) repassados à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), visou à sustentação de preços de sete produtos da sociobiodiversidade - açaí, babaçu, borracha, castanha-do-Brasil, carnaúba, pequi e piaçava. Posteriormente, outros produtos passaram a integrar a lista do programa de garantia de preço mínimo e novos estudos estão sendo realizados para inclusão de outros produtos do extrativismo nacional.

Por sua vez, o Programa de Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) atua na promoção da inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, combatendo a insegurança alimentar e nutricional, contribuindo para a formação de estoques estratégicos, o abastecimento institucional de alimento para fins diversos e possibilitando a estocagem dos produtos pelos agricultores para serem comercializados a preços mais justos. A implementação do PAA ocorre por meio de parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), governos estaduais e municipais.

O programa é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). No Relatório de Balanço Geral do ano de 2013, a Conab relata que o PAA atendeu 524 municípios e 41.412 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 123 mil toneladas de produtos, envolvendo recursos na ordem de R\$ 666.083 mil apenas no ano de 2013.

Em processo de elaboração, o Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara), fruto do Grupo de Trabalho Agrotóxicos da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, avança rapidamente. Em 2008, o Brasil ultrapassou os

Estados Unidos e assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos. Segundo o Ibama, conforme dados divulgados no Boletim de Comercialização de Agrotóxicos e Afins – Histórico de Vendas 2000 a 2012, as vendas anuais de agrotóxicos e afins no Brasil no período tiveram um crescimento de 194,09%, passando de 162,5 mil para 477,8 mil toneladas de ingredientes ativos comercializados, sendo que os principais estados - SP, MT, PR, RS, GO, MG, BA, MS, SC e MA – são responsáveis por mais de 82,8% das vendas. Vale observar que o PRONARA poderá apoiar este programa no âmbito da agricultura familiar.

O Pronara está sendo elaborado de forma a orientar e organizar diferentes iniciativas do governo para desencadear a construção de mecanismos suplementares de controle. Ferramentas como restrição ao uso, produção e comercialização de agrotóxicos no País, com especial atenção para aqueles com alto grau de toxicidade e ecotoxicidade; incentivo à redução do uso dos agrotóxicos, promovendo a conversão para sistemas de produção como os orgânicos e de base agroecológica; e educação em torno da temática agrotóxicos, de forma a conscientizar a população dos problemas advindos do seu uso, bem como das alternativas existentes para o seu enfrentamento.

O Pronara foi estruturado em torno de seis eixos temáticos: Registro; Controle, Monitoramento e Responsabilização de Toda a Cadeia Produtiva; Medidas Econômicas e Financeiras; Desenvolvimento de Alternativas; Informação, Participação e Controle Social; e Formação e Capacitação.

7. Consumo Sustentável

Descrição e contexto

Mudar os padrões de consumo insustentáveis é algo tão óbvio quanto obrigatório. No entanto, não é fácil, pois envolve uma série de questões sociais, culturais, psicológicas, econômicas, políticas etc. Por outro lado, enquanto órgão responsável pela promoção de princípios e estratégias para a proteção do meio ambiente, o Ministério do Meio Ambiente entende que a busca de um novo paradigma civilizatório que coloque a sustentabilidade no centro de nossas ações não é mais uma opção – trata-se de condição de nossa sobrevivência como espécie.

A preocupação com o consumo está presente no debate nacional, sobretudo nos últimos dez anos. O Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) inseriu o tema na agenda governamental e fomentou movimentos voluntários na sociedade que despertem uma mudança dos atuais paradigmas insustentáveis de produção e consumo. Ampliou a disseminação de conceitos sobre o consumo, por meio de campanhas, publicações e capacitações ao longo desses quatro anos de implementação. Estudos e pesquisas realizados por meio de parcerias no 1º ciclo do PPCS também foram importantes para ampliar o conhecimento da realidade do cidadão brasileiro no que se refere a atitudes e comportamentos.

No entanto, a implementação de ações concretas que mudem substancialmente os padrões de consumo para níveis mais sustentáveis no Brasil não acontece na mesma medida da importância e urgência dessa agenda. Em boa parte isso ocorre porque ainda não há um entendimento claro do que venham a ser padrões de consumo sustentáveis, quais são efetivamente os limites dos atuais padrões de consumo e de como a política pública pode potencializar a mudança de comportamento do(a) consumidor(a). Além disso, o acesso a bens e serviços mais sustentáveis é muito mais limitado do que aos insustentáveis, que por sua vez contêm um aparato de comunicação muito mais amplo e estruturado.

No que se refere à Pegada Ecológica, dados de estudo feitos pelo Sistema de Avaliações Educacionais em 2015 sugerem que tanto a manutenção do crescimento da renda como a sua redistribuição são forças que atuam no sentido de aumentar a Pegada Ecológica nacional e que “a renda de um indivíduo com uma Pegada Ecológica igual ou menor à biocapacidade global é de até R\$ 470” (40% da população brasileira). Sendo assim, com base nesses dados, atingir padrões sustentáveis de consumo é uma condição essencial para efetivamente construir uma sociedade equitativa. Do contrário, a equidade será inviabilizada por fatores biofísicos. Nos atuais padrões de consumo, “um terço da população (o de maior renda) demanda a mesma área bioproductiva que os dois terços mais pobres”. O estudo sugere ainda que, “a Pegada Ecológica da população do percentil de maior renda é 3,3 vezes maior do que a média nacional, enquanto a renda média do 100º percentil era 13 vezes maior do que a renda per capita média brasileira em 2009” (SAE 2015).

Esse estudo reforça a existência do sobreconsumo nas classes de rendas mais elevadas (no Brasil e no mundo). Isto coloca ao PPCS e à sociedade, uma questão altamente desafiadora, já que ao mesmo tempo, o sobreconsumo dos ricos parece comprometer substancialmente os recursos naturais, o consumo é uma decisão livre e vivemos numa

sociedade que preza pela liberdade de escolha, que, entretanto, deve se basear em valores e princípios éticos.

8. Programa Ambiental na Administração Pública – A3P

Descrição e contexto

A iniciativa voluntária Agenda Ambiental na Administração Pública, conhecida pela sigla A3P, completou, em 2014, 15 anos, comemorando o fato de ter crescido a sua implementação em todo país. A Agenda nasceu do propósito de cumprir o capítulo nº 4 da Agenda 21 – instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis. O capítulo instiga o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões inadequados de produção e consumo.

A A3P é uma agenda pioneira e um marco indutor das ações de sustentabilidade nos órgãos públicos. Parte do princípio de que a administração pública deve dar o exemplo na mudança dos padrões de produção e consumo, combatendo todas as formas de desperdícios. A agenda não é restrita ao meio ambiente. É mais ampla, trata de sustentabilidade, ou seja, envolve reduzir desperdícios, economizar recursos públicos, proteger o meio ambiente e proporcionar qualidade de vida no trabalho.

Concebida com o objetivo principal de estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios socioambientais no governo, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos, a A3P é, atualmente, a principal ação para estabelecimento de um novo padrão de responsabilidade nas atividades meio da gestão pública.

A A3P opera duas linhas de engajamento do setor público: a primeira é a adesão formal, monitorada pelo Ministério do Meio Ambiente; a segunda é uma rede colaborativa de informação – a chamada Rede A3P. Até o presente momento, a A3P conta com a adesão formal de 255 parceiros e mais de 500 participantes na Rede A3P. O Programa tem ganhado amplitude nos últimos anos, especialmente, junto aos municípios. Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2013 (IBGE, 2014b), no Brasil, 504 municípios implementam programas de sustentabilidade na administração pública e desses, 66 são parceiros formais da A3P. Quatro Estados possuem adesão formal ao Programa: Bahia, Pernambuco, Sergipe e Ceará.

O Programa A3P trabalha com a inserção da sustentabilidade nas instituições a partir de seis eixos temáticos:

- a. Gerenciamento de Resíduos;
- b. Licitação Sustentável;
- c. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho;
- d. Sensibilização e Capacitação dos Servidores;
- e. Uso Racional de Recursos Naturais e Bens Públicos;
- f. Construções Sustentáveis.

O Programa A3P também articula com outras iniciativas que promovem a sustentabilidade – ambiental, econômica e social – na Administração Pública, em todos os níveis de governo, como o Projeto Esplanada Sustentável – PES e os Planos de Logística Sustentável – PLS.

No PPCS, a A3P foi considerada como uma das prioridades para o primeiro ciclo de implementação proposto para o período de 2011 a 2014, tendo sido selecionadas seis

ações estratégicas para a A3P no âmbito do Plano. Todas essas ações foram realizadas e algumas fazem parte da Agenda permanente atual do Programa.

No período considerado, vários avanços foram feitos no sentido de dar maior visibilidade à A3P e ampliar o número de instituições participantes. Em relação às adesões formais, a meta definida no PPCS já foi superada e, dentre os fatores que contribuíram para esse desempenho, encontram-se o Projeto Esplanada Sustentável - PES, a realização dos Fóruns Regionais da A3P e as ações de capacitação presencial realizadas em várias regiões do país.

A realização de quatro fóruns regionais foi uma iniciativa que contribui muito para a ampliação da A3P que tem crescido quase 20% anualmente. Até então, os Fóruns da A3P eram apenas nacionais e realizados em Brasília – DF, limitando a participação e a articulação com novas instituições públicas.

Outras iniciativas que também contribuem para o fortalecimento da A3P são a realização do evento de premiação que, a cada edição, tem um número crescente de projetos e a criação do Selo de Sustentabilidade na Administração Pública. Na última premiação, realizada em 2014, foram 88 projetos inscritos.

São reconhecidos três tipos de selo: Verde, Prata e Laranja. Atualmente, são 111 instituições com Selo Verde, 9 com Selo Prata e 10 com Selo Laranja.

As ações de capacitação constituem uma das principais iniciativas da A3P, que foram fortalecidas com o desenvolvimento de um curso de educação à distância, para facilitar o acesso e disseminar as boas práticas na A3P em todo o território nacional, além da realização de cursos presenciais. Essas iniciativas já envolveram mais de 3.500 participantes, tendo os cursos presenciais sido realizados nos Estados do Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

Entre as fragilidades do programa A3P, a principal tem sido a dificuldade de acompanhamento e aferição de impacto das ações nas instituições parceiras. Apesar da elaboração de um modelo padrão para o relatório de atividades e do desenvolvimento de indicadores de desempenho, a falta de um sistema de monitoramento integrado vem prejudicando uma avaliação sistêmica do Programa.

9. Gestão de Resíduos Sólidos – Aumento da Reciclagem

Descrição e contexto

A gestão de resíduos sólidos perpassa muitos dos temas abordados no 2º ciclo do PPCS. A Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS tem como um de seus princípios a necessidade de abordagem sistêmica na gestão dos resíduos sólidos. Esse princípio responde face à natureza multidimensional da gestão dos resíduos, introduzindo o conceito de gestão integrada de resíduos sólidos, o qual designa o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções, considerando as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

A adequada gestão de resíduos é um dos grandes desafios sociais e ambientais enfrentados pelos municípios para o desenvolvimento e implementação de cidades sustentáveis. Está vinculada aos modelos econômicos e de desenvolvimento e crescimento urbano adotados, o que faz com que toda e qualquer iniciativa voltada ao equacionamento dessa questão deva ser analisada à luz dos padrões atuais de produção e de distribuição da riqueza, assim como, do processo de produção do ambiente urbano construído e das formas de apropriação desses espaços pelos diferentes segmentos sociais e do cenário futuro ideal que se almeja alcançar.

A esse respeito, ressalta-se que ao longo do século XX, o país passou por um acentuado processo de crescimento populacional e de urbanização, cujo padrão de desenvolvimento e de crescimento de muitas cidades baseou-se na expansão horizontal, imprimindo um forte caráter de diferenciação, segregação e fragmentação espacial, bem como de exclusão social associada ao ordenamento do território, com significativos impactos sobre o meio ambiente e acirramento das desigualdades urbanas e sociais.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional de Meio Ambiente e, sob esta ótica, deve assegurar a integração e a articulação entre políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, à redução das desigualdades urbanas e sociais, com base na qualidade ambiental, na proteção da saúde pública, na equidade, na justiça social e garantia de direitos, no desenvolvimento econômico e na gestão democrática e participativa das cidades.

De acordo com a Constituição Federal, a prestação dos serviços públicos de interesse local é de competência e responsabilidade dos municípios. A esse respeito, destaca-se que os serviços, as infraestruturas e as instalações operacionais relativas à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos urbanos, assim como ao abastecimento de água potável, ao esgotamento sanitário, à drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, integram o saneamento básico, que constituem serviços públicos de caráter essencial.

No contexto da gestão dos resíduos sólidos, a não geração está relacionada tanto ao ato de reflexão do consumidor em optar por não adquirir um determinado produto que considere inadequado do ponto de vista socioambiental, quanto ao fato de as empresas intervirem e modificarem seus modelos de negócios, como os focados em produto-serviço, desvinculando a necessidade de adquirir o produto para se obter o benefício esperado, assim como repensar o processo produtivo. Evita-se, assim, a poluição, materiais provenientes de fontes não renováveis, ou, ainda, atuando na redução ou

reestruturação das embalagens, que também favorece a diminuição da geração de resíduos sólidos e da não produção de excedentes.

A redução, estreitamente relacionada ao item anterior, incentiva à reflexão sobre consumo, necessidades e desejos do indivíduo frente aqueles da coletividade, ora conflitantes e por vezes convergentes. Nesta mesma linha, se encaixa a reutilização. Juntas, estas três primeiras etapas, não geração, redução e reutilização, representam as mudanças de paradigmas mais profundas propostas pela PNRS. Por esta razão, exigem, a princípio, um trabalho intenso de Educação Ambiental, debates, disponibilização de informações qualificadas e campanhas educativas, além de incentivos econômicos que viabilizem o aumento de insumos reciclados no processo produtivo.

Cabem também ações junto ao setor produtivo, no sentido de incentivar pesquisas e adoção de práticas sustentáveis na produção de bens e mercadorias. Nesse sentido, o PPCS deve incentivar estudos de avaliação do ciclo de vida dos produtos, principalmente da cadeia de embalagens recicláveis, além do desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas e das pesquisas em ecodesign, entre outras.

Em relação à reciclagem, existem ações importantes em andamento, mas ainda são necessários o planejamento e ações complementares que viabilizem o aumento da reciclagem no Brasil, tanto quantitativa como qualitativamente. Uma importante iniciativa a ser tomada é a revisão da tributação incidente sobre os resíduos, um dos primeiros passos para que se viabilize economicamente a reciclagem no Brasil, evitando que matérias-primas advindas da reciclagem tenham custo mais elevado do que a matéria-prima virgem.

Por sua vez, o tratamento dos resíduos sólidos refere-se às tecnologias utilizadas para reduzir sua periculosidade e volume dos resíduos, a possibilidade de contaminação ambiental e os riscos à saúde pública. São várias as tecnologias de tratamento, desde as mais simples, baratas e eficientes, como a compostagem e reciclagem, até as mais complexas. Após o tratamento, com ou sem recuperação de matéria-prima e/ou energia, os rejeitos devem ser encaminhados para a disposição final ambientalmente adequada em aterros sanitários.

Desde a aprovação da Lei 12.305/2010, os maiores esforços do Governo Federal, assim como dos Estados e Municípios estão relacionados à etapa final do ciclo de gestão dos resíduos sólidos - disposição final ambientalmente adequada de rejeitos -, devido à significativa existência de lixões e de aterros controlados no país, que comprometem a qualidade do ar, do solo e das águas.

10. Relatos Corporativos de Sustentabilidade

Descrição e contexto

A consciência cada vez maior do papel social das empresas e a responsabilidade que decorre dos impactos de suas atividades têm levado à inclusão sistemática das questões ambientais, sociais e de governança (ESG, em inglês) na estratégia e no processo de tomada de decisão das organizações. Impõe-se, assim, desafios de segurança energética, alimentar, hídrica e climática e de medidas que não podem depender de ações isoladas das empresas mais cientes desses riscos, tampouco esperar os sinais de mercado que pavimentem esse caminho rumo à economia sustentável.

Esse panorama começou a mudar nos últimos anos, sendo possível identificar avanços na base produtiva brasileira, ainda que dispersos, mas consistentes, acompanhadas de um crescente interesse das empresas em relatar esse esforço. Nesse contexto, os Relatos Corporativos de Sustentabilidade passam a ser um instrumento cada vez mais importante por incluírem uma abordagem ESG ao processo decisório das organizações, ajudando a melhorar o seu desempenho geral.

O processo de relato é importante, pois atende, pelo menos, a três objetivos: 1) comunicar e demonstrar o grau de compromisso de uma empresa com os aspectos socioambientais; 2) planejar atividades de forma integrada e melhorar a competitividade nos diversos mercados; e 3) fornecer subsídios para a tomada de decisão e a alocação eficiente de capital.

Existe, atualmente, um ambiente favorável à transparência das empresas, que estimula direta ou indiretamente, a disponibilização de informações financeiras e não financeiras na forma de Relatos Corporativos de Sustentabilidade. Esse ambiente foi fortalecido graças a iniciativas intergovernamentais, como o GoF47³², e por plataformas de relato – *Carbon Disclosure Project (CDP)*, o *Global Reporting Initiative (GRI)* e o *International Integrated Reporting Council (IIRC)*. Essas iniciativas encontram respaldo e ganham força com os ODS (12) pela adoção (meta 12.6), que é Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios –, além de diversas iniciativas e normas, tanto do âmbito nacional como internacional, que ampliam a prática de integração de informações e sua transparência (UNEP et al., 2013).

A título de exemplo, são listadas seis iniciativas internacionais, abrangendo diferentes contextos socioeconômicos, setores da economia e processos de implementação. O elemento em comum entre elas é que são todas mandatórias.

- Bolsa de Valores de Johannesburgo e King Code (África do Sul);
- Danish Financial Statements Act (Dinamarca);
- Lei n° 2010-788 (França);
- Companies act, corporate governance code e London stock exchange (Reino Unido);
- State-ownership Policy (Suécia);

³² GoF 47: grupo de trabalho, criado pelo Brasil e outros países, com o fim de encorajar as empresas públicas ou privadas a considerarem a integração de informações sobre a sustentabilidade de suas atividades em seus relatos corporativos, conforme disposto no parágrafo 47 da Declaração “O Futuro que Queremos” (Rio+20).

- Diretivas da União Europeia nº 2003/51 e nº 2006/46.

No Brasil, existem iniciativas e normas em vigência e em processo de debate, que obrigam a publicação de Relatos Corporativos de Sustentabilidade, assim como outras que a estimulam, sem obrigatoriedade. Há normas que favorecem indiretamente a prática de divulgação de informações não financeiras, que não estão necessariamente no formato de um Relato Corporativo de Sustentabilidade, ou que dizem respeito especificamente a informações socioambientais, mas que tratam, sim, de transparência. Abaixo, são apresentadas 15 dessas iniciativas e normas que oferecem razoável estado da arte da temática no País:

- Relatórios de Responsabilidade Socioambiental da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- Resolução nº 4.327/2014, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e Edital de Audiência Pública no 41/2012;
- Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 480/2009;
- Lei nº 12.527/2011 – Acesso à informação;
- Projeto de Lei nº 3.613/2008 e Projeto de Lei do Senado nº 289/2012;
- Relate ou Explique – BM&FBOVESPA;
- ICO2 – Índice Carbono Eficiente;
- Resolução Normativa nº 277/2011 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- Código Previ de Melhores Práticas de Governança Corporativa;
- Pronunciamentos de Orientação nº 13, de 15/06/2012 e nº 14, de 4/09/2012 do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (Codim);
- Código Abrasca de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas;
- Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa – IBGC;
- A Norma ABNT NBR 16001:2012 - Sistema de Gestão da Responsabilidade Social (SGRS).

O Brasil é o terceiro país em número de organizações que publicam Relatos Corporativos de Sustentabilidade, a partir da metodologia GRI. Dados de 2010 indicam que as empresas brasileiras responderam por 7% do total de Relatos Corporativos de Sustentabilidade publicados em todo o mundo, atrás apenas das companhias espanholas (9%) e norte-americanas (10%). Mais recentemente, o conceito de relato integrado desenvolvido pelo International Integrated Reporting Council (IIRC), que tem a GRI como uma de suas idealizadoras e membro do Conselho, vem sendo crescentemente adotado pelas companhias exatamente por orientar a integração das questões financeiras e não financeiras.

Nesse contexto, o Governo Brasileiro, conforme disposto no parágrafo 47 da Declaração “O Futuro que Queremos” (Rio+20), comprometeu-se a encorajar as empresas públicas e privadas a considerarem a integração de informações sobre a sustentabilidade de suas atividades em seus relatos corporativos.

Para dar conta desse compromisso, no contexto internacional, o Brasil criou junto com Dinamarca, França e África do Sul, o Grupo de Amigos do Parágrafo 47 (GoF47). O ponto focal do GoF47 no Brasil é o Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS) do MMA, que está empenhado na implementação da proposta do Brasil para o Plano de Trabalho (2015-2020) do Grupo que consiste em: i) Traduzir publicações, ampliar e melhorar a comunicação sobre as iniciativas do GoF47 nacionalmente; ii) Colaborar no estudo de caso sobre relatos corporativos no mercado financeiro, especificamente, a

experiência da BMF&BOVESPA; iii) Elaborar documento sobre como governos e sociedade civil utilizam (ou podem utilizar) os Relatos Corporativos de Sustentabilidade; iv) Colaborar com eventos regionais e internacionais com o objetivo de promover, dar visibilidade ou divulgar o GoF47, fazendo intervenções ou apresentações sobre o Grupo; e v) Disseminar informações e publicações do GoF47 entre os parceiros de cooperação bilateral ou regional, tais como os países-membros do Mercosul.

No contexto nacional, por iniciativa do MMA em 2014, foi constituído o Grupo de Trabalho sobre Relatos Corporativos de Sustentabilidade (GT), composto pelas entidades que mais têm se destacado na promoção de relatos no Brasil. O trabalho do GT, finalizado em 2015 e consolidado em um documento final, trouxeram como resultados: i) o apontamento de diretrizes que orientem o Governo Federal na construção de uma Estratégia Nacional para Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade; e ii) o aperfeiçoamento do conhecimento pelo MMA sobre o tema dos Relatos Corporativos de Sustentabilidade, com vistas a constituir um *locus* de referência dentro do Governo Federal para a promoção desses relatos.

A estratégia de incorporação do eixo temático relativo aos Relatos no 2º Ciclo de Implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) atende a duas recomendações do GT. A primeira é a de “Incluir a temática dos Relatos Corporativos de Sustentabilidade no 2º Ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)”, já que os Relatos Corporativos de Sustentabilidade são potenciais instrumentos para divulgar os compromissos das empresas em suas práticas nos processos de produção.

A segunda recomendação atendida é a de “iniciar em 2015 processos de diálogos com setores específicos não contemplados no GT, de modo a ampliar o processo de escuta, engajamento e construção de uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade” (BRASIL, 2015b, p.36).